



ESCOLA NAVAL

talant de biefaire



Dailton Evandro Morais

O papel da Marinha nas campanhas de ocupação e pacificação em Angola

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha



Alfeite
2022



ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



Dailton Evandro Moraes

*O papel da Marinha nas campanhas de ocupação e
pacificação em Angola*

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha

Orientação de: António José Duarte Costa Canas

O Aluno Mestrando,

O Orientador,

Dailton Evandro Moraes

António José Duarte Costa Canas

ASPOF Evandro Moraes

CMG Costa Canas

Alfeite
2022

O que sabemos, saber que o sabemos. Aquilo que não sabemos, saber que não o
sabemos: eis o verdadeiro saber..
Confúcio

À minha família, amigos, professores e todos aqueles que sempre acreditaram em mim.

Agradecimentos

Ao capitão-de-mar-e-guerra Costa Canas pela sugestão do tema, pela incansável atenção durante o período de consulta e elaboração desta dissertação. Agradeço também, por ter acreditado em mim, pela disponibilidade, pelo seu empenho para o cumprimento do objetivo principal de estudo e no rigor pela seleção das fontes de estudo, colocando assim, esta dissertação como referência para futuros trabalhos.

Ao Professor Alberto Oliveira Pinto, ao primeiro-tenente Gonçalves Neves e ao segundo-tenente Gaspar Alberto pelo suporte.

Aos trabalhadores do Arquivo Histórico de Marinha, do Arquivo Histórico Militar, da Biblioteca da Escola Naval, e da Biblioteca Nacional de Portugal pelo auxílio prestado na seleção dos documentos a consultar.

Aos docentes e oficiais, que me acompanharam durante a minha jornada na Escola Naval, e todos os camaradas que fizeram parte deste percurso, aos meus amigos, à minha família e à Márcia.

Last but not least, a segundo-tenente Catarina Aresta, e toda guarnição do NRP *Sagitário*, sou muito grato pela oportunidade de estágio de embarque, assim como todos momentos partilhados a bordo.

Resumo

Na segunda metade do século XIX, foi recorrente a participação de forças europeias em guerras contra nativos com o fim de impor a autoridade colonial, havia sensação de insegurança, principalmente no sul de Angola em relação aos britânicos e da rivalidade que existia com a Alemanha sobre interesses das possessões portuguesas em África, visto que, a fraca implantação administrativa, militar e a extensão de fronteiras faziam com que estes territórios fossem alvos de recorrentes interesses militares, económicos e políticos. A população nativa resistia aos esforços de uma ocupação e pacificação portuguesa, principalmente nas proximidade com as possessões alemãs no sul de Angola.

Apesar das dificuldades financeiras que Portugal vivia no fim do século XIX e no início do século XX, esta situação não constituiu um impedimento para a demonstração da autoridade no controlo dos territórios, da população e na exploração económica.

A Marinha esteve sempre diretamente ligada às possessões portuguesas em África, realizando operações como a fiscalização e repressão do tráfico de escravos ao longo da Costa Ocidental de África, planeamento e realização de explorações geográficas e científicas no interior de Angola, e o transporte de tropas expedicionárias que vão realizar campanhas de pacificação que vão consolidar a afirmação da administração portuguesa em Angola.

Palavras-chave: Marinha, Angola, Ocupação, Pacificação.

Abstract

In the second half of the 19th century, the participation of European forces in wars against natives with the aim to impose colonial authority was recurrent, there was a feeling of insecurity, especially in southern Angola in relation to the British and the rivalry that existed with Germany over interests of the Portuguese possessions in Africa, a the weak administrative and military deployment and the extension of borders made these territories were targets of recurrent military, economic and political interests. The native population resisted the efforts of a Portuguese occupation and pacification, mainly in the proximity to the German possessions in the south of Angola.

Despite the financial difficulties that Portugal was experiencing at the end of the 19th century and at the beginning of the 20th century, It did not constitute an impediment to the demonstration of authority in the control of territories, population and economic exploitation.

The Navy was always directly linked to the Portuguese possessions in Africa, carrying out operations such as monitoring and reprimanding the slave trade along the West Coast of Africa, planning and carrying out geographical and scientific explorations in the hinterland of Angola, and also in the transport of expeditious military that will carry out pacification campaigns that will consolidate the affirmation of the Portuguese administration in Angola.

Keywords: Navy, Angola, Occupation, Pacification.

Índice

Introdução	1
1 Antecedentes Históricos	5
1.1 Do governo de Inocêncio de Sousa Coutinho à independência do Brasil	5
1.2 Situação de Angola após a independência do Brasil	7
1.3 A corrida à África pelas potências europeias	16
1.4 Conferência de Berlim	20
1.5 Protetorado Colonial	22
1.5.1 Tratado de Chinfuma	23
1.5.2 Tratado de Simulambuco	23
1.5.3 Expedição ao Muatiânvua	24
1.6 Da Conferência de Berlim à República	24
2 A Marinha no fim do século XIX e início do século XX	27
2.1 A evolução da Política Naval e do Poder Naval	27
2.2 Mudança na Política Naval	32
2.2.1 O Programa Naval de Sá da Bandeira – Mendes Leal	33
2.2.2 O Programa Naval de Andrade Corvo	37
2.2.3 O Programa Naval de Jacinto Cândido da Silva	40
3 Campanhas de Ocupação e Pacificação em Angola	45
3.1 Campanha do Bailundo	45
3.2 Ocupação Militar no Sul de Angola	50
3.2.1 Campanha do Humbe	50
3.2.2 1ª Campanha ao Cuamato	54
3.2.3 2ª Campanha ao Cuamato	64
3.2.4 Ocupação do Baixo Cubango	74
3.2.5 Expedição ao Cuanhama	80
Conclusão	98

Anexos	109
I Imagens	109
II Mapas, cartas e tabelas	119
III Tratado de Chinfuma	137
IV Tratado de Simulambuco	143

Lista de Figuras

2.1	Oficiais no Arsenal Naval da Ilha de Luanda em 1906	36
3.1	Disposição das forças em estacionamento no Bailundo	49
3.2	Coluna de operações	56
3.3	Companhia de Marinha em Moçâmedes	57
3.4	Teatro de Operações	61
3.5	Teatro de Operações	62
3.6	Embarque da Companhia de Infantaria de Marinha no Arsenal de Marinha	70
3.7	Disposição da força de Alves Roçadas no Cuamato	74
3.8	Itinerários de Paiva Couceiro em 1890	76
3.9	Armas usadas pelos cuanhamas.	81
3.10	Embarque e desembarque de pessoal e material para Angola.	82
3.11	Mapa da Região do Baixo-Cunene	83
3.12	Zona de operações durante a Campanha do Cuanhama	84
3.13	Itinerário Moçâmedes-Naulila	85
3.14	Aproximação efetuada pela força do major Franck	87
3.15	Reforço para o sul de Angola	88
3.16	Itinerários durante a operação	90
3.17	Imbondeiro	90
3.18	Disposição do Quadrado da Môngua	92
3.19	Região além-Cunene	97
I.1	Representação do Tratado de Simulambuco	109
I.2	Campanha do Cuamato de 1904	110
I.3	Guerreiro Cuamato	110
I.4	Os que morreram pela Pátria (Cuamato)	111
I.5	Cacimbas grandes do soba do Cuamato Grande em Naloeque em 1907	112
I.6	Campanha do Cuamato de 1907	113
I.7	Os Vencedores do Cuamato	114
I.8	Programa Naval de 1912	115

I.9	Oficiais que partiram no Batalhão Expedicionário de Marinha . . .	116
I.10	Combate da Môngua	117
I.11	Oficiais do Batalhão Expedicionário de Marinha após Campanha no sul de Angola	118
II.1	Carta Geográfica da Costa Ocidental Africana resultado do levantamento do tenente-coronel Pinheiro Furtado	120
II.2	Itinerários feitos nas explorações do tenente Pedro Alexandrino da Cunha e do tenente João Francisco Garcia	121
II.3	Angola portuguesa em 1861	122
II.4	Levantamento Hidrográfico de Lândana e Chiloango em 1884	123
II.5	Carta da África Meridional portuguesa em 1886	124
II.6	Reino do Loango, Cacongo e Ngoio	125
II.7	Expedição de Paiva Couceiro em 1890 (Bailundo-Mucusso)	126
II.8	Campanha do Humbe	127
II.9	Campanha do Bailundo em 1902	128
II.10	Efetivos após 25 de Setembro de 1904	129
II.11	Sul de Angola	130
II.12	Itinerário efetuado pelas tropas do major Franck	131
II.13	Zona de operações no Cuanhama	132
II.14	Operações Militares do Batalhão Expedicionário de Marinha no sul de Angola	133
II.15	Postos estabelecidos durante a campanha do Cuanhama	134
II.16	Destacamentos da Campanha do Cuanhama	135
II.17	Ocupação Portuguesa em Angola	136
III.1	Tratado de Chinfuma	138
IV.1	Tratado de Simulambuco	144

Lista de Tabelas

2.1	Organização do Departamento Marítimo de Angola	31
2.2	Navios da Armada (1835 – 1875)	37
2.3	Navios da Armada (1875 – 1898)	42
2.4	Navios da Armada (1898 – 1918)	43
3.1	Baixas portuguesas durante a campanha no Cuanhama (1914 – 1916)	96
II.1	Distribuição das unidades das guarnições da província de Angola . .	119

Lista de Abreviaturas

Apud	Citado Por
Ass	Assinados
BCM-AH	Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico
BNP	Biblioteca Nacional Portugal
BOA	Boletim Oficial de Angola
BSGL	Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
Cap.	Capítulo
Ed	Edição
et al	E Outros
EN	Escola Naval
Ibid	Na Mesma Obra
Idem	Do Mesmo Autor
<i>N^o</i>	Número
OE	Orçamento de Estado
Op. Cit	Já Citada
p.	Página
pp.	Páginas
SGL	Sociedade de Geografia de Lisboa
s.l.	Sem Lugar
s.n.	Sem Dados (da editora)
t	Toneladas

Introdução

Ao longo dos anos, várias potências europeias procuraram expandir os seus territórios, portanto, Portugal foi um desses casos, e a sua expansão começou com a conquista de Ceuta, em 1415, assim como, em algumas regiões do Norte de África.

No início do século XIX, tínhamos uma Marinha preocupada em estender a dominação portuguesa ao interior de Angola com viagens de exploração, mais tarde, vai estar empenhada na repressão do tráfico de escravos por influência da Lei do Lord Bill Palmerston de 1839, que vai a substituir os escravos pela introdução dos produtos lícitos, nomeadamente, a cera, o marfim, etc.

Mais tarde, a independência do Brasil vai provocar a descentralização do projeto colonial português, que tornar-se-á África, mas, nesta altura não se exerceria soberania em todas regiões destes territórios devido as suas grandes extensões e a escassez de potencial humano para o fazer.

A corrida à África pelas potências europeias vai encontrar a administração portuguesa, tanto em Angola, como em Moçambique, despreparada, com uma Marinha de meios obsoletos, face ao Poder Naval dos concorrentes em África, que vai obrigar a elaboração de um programa Naval para a renovação da Armada.

Por outro lado, em 1876 foi organizado em Bruxelas a grande conferência geográfica, por Leopoldo II, rei da Bélgica, onde foram convocadas várias potências como a Inglaterra, França, Rússia, Áustria-Hungria e Alemanha, deixando de Portugal de fora, desta conferência vai resultar a *Association Internationale Africaine*¹, que tinha o objetivo de levar a civilização e explorar África, e também, acabar com a escravatura.

Entretanto, em Portugal havia sido criada a (*SGL*) *Sociedade de Geografia de Lisboa* com objetivos semelhantes, mais concretamente, reunir condições para a realização de expedições de reconhecimento hidrográfico e topográfico, estudos etnográficos, botânicos e zoológicos, com resultados pouco revelados na comunidade científica internacional que acabava por desprestigiar o papel de Portugal em África.

A conferência de Berlim vai despertar a necessidade de uma ocupação efetiva por parte das potências europeias com colónias em África, que será baseada na atividade militar, comercial, religiosa e cultural.

¹Teresa Bernadino. *As Viagens de Capelo e Yvens: Portugal em África na Segunda metade do Século XIX*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1985.

De salientar que, até 1884, a Alemanha não tinha interesse em intervir nos assuntos coloniais, visto que, tinha a missão de unificar os estados alemães. Mas, após a expedição 1882 do comerciante Adolf Luderitz à África Ocidental, surgiu o interesse de reunir os embaixadores de alguns estados por forma a definir os acessos a navegação dos grandes rios em África, assim como a ocupação destes territórios. Portanto, vai ganhar forte influência no sul de Angola, e para contrariar os avanços das negociações entre estes e as autoridades locais, Portugal vai enviar expedições em navios da Marinha lideradas por militares com elevada experiência, para assinar tratados de protetorados coloniais com as autoridades locais e estabelecer feitorias civilizatórias que acolheriam os colonos portugueses.

Na segunda metade do século XIX, Portugal vai enviar expedições militares com o objetivo de instalar a sua autoridade colonial no sul de Angola, e consolidar as suas fronteiras além-mar, aproveitando a sua experiência no mar. Esta expansão era de interesse social, militar, económico e religioso, e de certo modo, ficou marcada com explorações de carácter científico, como as de Livingstone, Serpa Pinto, Brito Capelo e Robert Ivens.

As campanhas de pacificação eram ações correspondentes a atividades militares de forma a garantir a lealdade dos líderes dos vários Reinos em Angola à coroa Portuguesa. Em muitos casos, Portugal vai ter que recorrer ao poder militar para ocupar um determinado distrito. Como exemplo disso, temos o incidente no sul de Angola, com a derrota sofrida pelas forças portuguesas, vencidos pelas autoridades, motivando assim, o povo do Cuanhama, liderados por Mandume a se revoltarem contra o sistema colonial português².

Neste contexto, surge esta dissertação, para mostrar a corrente coerência principal da atuação da Armada durante as campanhas de ocupação e pacificação em Angola, que vão levantar questões genéricas como, quais foram as táticas utilizadas pelas tropas expedicionárias nas zonas onde existiram forte oposição à presença da administração colonial portuguesa, quais eram as características dos navios a realizarem estas missões atendendo as zonas de operações, qual foi o contributo da Armada nos combates contra a ofensiva alemã durante a grande guerra no sul de Angola.

Este trabalho se encontra estruturado em três capítulos da seguinte forma:

O primeiro capítulo de enquadramento histórico será feita uma explicação relativamente a atuação da Marinha após a independência do Brasil na primeira metade do século XIX, articulando com as explorações geográficas no interior de

²René Pélissier. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941*. 2 Volumes. Lisboa: Estampa, 1986.

Angola, a fiscalização da costa angolana na repreensão do tráfico de escravos pelos navios da Armada, a corrida à África pelas potências europeias e o papel diplomático da Marinha nos tratados de protetorados coloniais com as entidades locais.

No segundo Capítulo, são identificadas as várias alterações que vão ocorrer na Marinha Portuguesa no fim do século XIX e no início do século XX, começando com a contextualização da evolução do Poder Naval na Europa, posteriormente, as alterações que este vai afetar na organização da Marinha e na política Naval em Portugal, consequentemente no Império, e a seguir, a entrada de Portugal na grande guerra. E por também, são abordados vários Programas Navais, que tinham o objetivo de renovar a Marinha, colocando-a ao nível das várias potências concorrentes em África e também na Europa.

Por fim, no terceiro capítulo, vão ser explicadas as campanhas de pacificação que tinham o objetivo de consolidar a ocupação militar no interior de Angola, desde a organização das forças expedicionárias, as táticas utilizadas para submeter o gentio sob a administração colonial portuguesa, até combates os contra os alemães, face ao interesse e sua influência no sul de Angola. Além disso, é explicada como é feita a transição de uma Armada que realizava o transporte de tropas expedicionárias da metrópole à Angola para a sua incorporação e as respectivas guarnições dos navios nas colunas de combate.

A realização deste trabalho consistiu na consulta de fontes primárias manuscritas, impressas e fontes textuais da Biblioteca Nacional de Portugal, telegramas, ofícios, diários de campanhas e relatórios militares das tropas expedicionárias, relatórios de explorações feitas em Angola, consulta de telegramas, relatórios de governadores de Angola, relatórios das várias capitânias dos portos de Angola, correspondências feitas entre a administração colonial portuguesa em Angola e o Rei de Portugal, disponíveis no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Histórico de Marinha, livros, artigos científicos que relatam a história da Marinha Portuguesa presentes na Biblioteca da Escola Naval, além dessas fontes, também foram consultados a imprensa contemporânea, nomeadamente, as revistas *Ocidente* e a *Ilustração Portuguesa*.

Para a execução deste trabalho assisti também o Seminário Internacional de História Militar da Academia Militar, subordinado ao tema: “As Forças Armadas Portuguesas e Guerra Colonial (1961–1974): Adaptações, Evoluções e Impactos”, que me permitiram ter uma ideia de como eram os combates na altura, e sobretudo poder ouvir na primeira pessoa, autores como o Prof. António José Telo, o major-general Vieira Borges, o major-general Pizarat Correia e o Oficial da Marinha Americana, John P. Cann, que escrevem assuntos relacionados a temática de

estudo. Esta tese foi selecionada para apresentação pública nas Jornadas do Mar 2022 organizada pela Escuela Naval Militar.

Capítulo 1

Antecedentes Históricos

1.1 Do governo de Inocêncio de Sousa Coutinho à independência do Brasil

Gastão de Sousa Dias, considerou o *monopólio* e o *tráfico de escravos* como base principal da economia de Angola, desde o período da conquista da província aos Holandeses por Salvador Correia de Sá, até a primeira metade século XIX³.

Por outro lado, o almirante Moura Fonseca no seu livro⁴ menciona as ações da Armada, principalmente antes da República, e explica a sua integração ao Ultramar para fundir um único ministério, assim como, as operações da Armada em Angola, não se limitaram no mar, mas sim em toda extensão territorial, integrando junto ao Exército em muitas expedições⁵.

Apesar das viagens de exploração em África já estarem decorrer desde o século XVII, contudo, surgiu a necessidade de realizar campanhas, de modo a prevenir o estabelecimento de outras potências nas suas possessões, bem como, a sublevação dos nativos às autoridades coloniais empenhadas no local⁶.

Antes das expedições de Capelo⁷ e Ivens⁸, já haviam sido realizadas várias expedições portuguesas, como as do século XVII, XVIII, e também no século XIX, destacando a expedição de Manuel Godinho realizada no ano 1663, em *Um novo*

³Gastão Sousa Dias. *D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: Administração Pombalina*. Lisboa: Cosmos, 1936.

⁴J. C. Moura da Fonseca. *Viagens e Histórias da Marinha: No Mar, em Terra e no Ultramar*. s.l.: s.n., 1995.

⁵A maioria comandadas por oficiais de marinha, e estabeleciam relações diretas com os comerciantes locais porque muitos eram conhecidos.

⁶Gaspar do Couto Ribeiro Villas. *História Colonial*. Lisboa: s.n., 1938.

⁷Nasceu no dia 4 de fevereiro de 1841, em Setúbal. Filho do Major Félix António Gomes Capelo e de D. Guilhermina Amália de Brito Capelo. Irmão dos ilustres oficiais de Marinha, João Carlos e Guilherme Augusto e do naturalista Félix. A sua primeira comissão em Angola foi em 1861, a bordo da corveta *Estefânia*, que transportava efetivos para a campanha dos Dembos de 1872.

⁸Nasceu no dia 12 de junho de 1850, nos Açores. Filho de Robert Breakspeare Ivens. Realizava representações dos vários locais em que frequentava, efetuou um levantamento hidrográfico no rio Zaire.

caminho de Angola à Contra-costa, José da Rocha no ano de 1678, Manuel Correia Leitão e Manuel Caetano Pereira no ano de 1796, todas realizadas entre Angola e Moçambique, apesar de não representarem grandes avanços na ocupação portuguesa em relação ao interior⁹.

No livro *O governo geral do Reino de Benguela* que faz parte do espólio do Arquivo Histórico de Marinha mostra que o governador-geral de Angola Manuel Cerveira Pereira no seu 2º mandato, já se preocupava com uma ocupação no interior, por isso, pediu homens ao Rei Felipe III para iniciar uma expedição que se deduziria na ocupação de Benguela, mas o seu pedido não foi aceite¹⁰.

Para dar continuidade ao projeto do Marquês do Pombal de renovação económica de Angola, em 1765, o governador e capitão da capitania-geral do Reino de Angola, capitão-general D. Francisco de Sousa Coutinho¹¹ comandou as primeiras tentativas de ocupação efetiva a sul de Benguela¹².

Mais tarde, no dia 25 de maio de 1785, o Barão de Moçâmedes, capitão-general¹³ José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho da Maia de Albergaria encarregou ao tenente-coronel Engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e ao capitão-tenente António Valente a missão de reconhecimento da costa sul de Benguela ao cabo Negro¹⁴ a bordo da fragata *Loanda* em direção a Angra do Negro¹⁵ e em simultâneo decorria outra exploração por terra, liderada pelo comerciante local, Gregório José Mendes¹⁶.

Desta viagem vai resultar uma carta que vai ilustrar a Costa Ocidental de África, que se encontra no anexo II.1.

Cecílio Moreira nos seus textos defende que, o atraso da ocupação do sul de Benguela se deve pela não realização do pedido do tenente-coronel Pinheiro Furtado

⁹António Costa Canas. *Viagens e Operações Navais: 1824–1974*. Lisboa: Academia de Marinha, 2020.

¹⁰António de Oliveira de Cadornega. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

¹¹Tomou posse do governo de Angola no dia 6 de junho de 1764, implementa em Angola as reformas propostas pelo Marquês do Pombal. Além do comércio de escravos, a agricultura e a indústria também constituíam fontes de riquezas para a colónia (Elias Alexandre da Silva Correia. *História de Angola*. Lisboa: Ática, 1937). Foi caracterizado pela continuidade dos trabalhos dos seus antecessores.

¹²José Joaquim Lopes de Lima. *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na África Ocidental e Oriental, na Ásia Ocidental, na China, e na Oceânia*. Escritos de Ordem do Governo de sua Magestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

¹³Foi usado durante muito tempo como referência ao governador-geral.

¹⁴Antiga região do Porto Alexandre, atual Tômbwa.

¹⁵Atual Baía de Moçâmedes. Até o fim do século XVIII, foi considerado o melhor fundeadouro de embarcações que desejavam navegar para o sul.

¹⁶Cecílio Moreira. *Fortalezas, Fortes, Fortins e Fazendas Fortificadas de Moçâmedes no Sul de Angola: Subsídios para a História em Angola*. Porto: Universidade Portucalense, 1991, p. 186.

para a ocupação imediata de Moçâmedes com colonos portugueses¹⁷.

Segundo análise do texto do capitão João de Almeida¹⁸ em *Sul d'Angola*, é possível concluir que, essas expedições não tiveram resultados positivos de todo, porque muitos exploradores eram assassinados, e afetava significativamente nos resultados esperados na preparação destas operações¹⁹.

1.2 Situação de Angola após a independência do Brasil

É publicado o Decreto de 10 de dezembro de 1836 de Sá da Bandeira, que abolia o tráfico de escravos por mar e terra nas colónias ultramarinas portuguesas. Este decreto foi muito controverso, principalmente em Angola, pelo facto do tráfico de escravos ser uma das principais fontes de rendimento da província, por isso, muito se afirmou que a sua aplicação levaria Angola à falência e consequentemente a Metrópole. Para isso, em Portugal deveria acontecer uma revolução industrial, tal como sucedeu na Grã-Bretanha, e passou a controlar todo sistema de navegação colonial²⁰. Mas, esta lei apresentava algumas exceções, nomeadamente, poderiam ser traficados escravos em pequenas quantidades, dentro das possessões portuguesas²¹.

“Mas tôdas estas essenciais providências serão ineficazes se elas não forem acompanhadas por uma lei capital, base da civilização e da prosperidade dos povos africanos; esta lei é a da abolição do comércio da escravatura. Esta lei será a única duma eficácia radical para pôr no caminho dos melhoramentos sociais os povos africanos²².”

Apesar das campanhas em Angola terem iniciado muito cedo, até 1834, ainda não era bem conhecida a região além do Cunene. Por isso, em 1839, de modo a explorar a região sul de Benguela para determinar coordenadas geográficas

¹⁷Ibid., p. 187.

¹⁸Em 1907, Desempenhou a função de comandante de uma coluna nas Campanhas dos Cuamatos, e mais tarde na campanha contra os Dembos. Foi governador do distrito da Huíla. Foi comandante de operações militares nas Campanhas do Evale e do Baixo Cubango. Em 1925, se tornou governador da província de Cabo Verde. Foi Ministro das Colónias e mais tarde foi colaborador da *Revista Exército* e da *Armada*.

¹⁹Mateus Moreno. *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.

²⁰João de Andrade Corvo. *Estudos Sobre as Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1883, p. 22.

²¹Rodrigo Affonso Pequito. *A Sociedade de Geographia de Lisboa e o marquez de Sá da Bandeira*. Lisboa: Typographia do Jornal - O Progresso, 1877.

²²Sá da Bandeira apud Alfredo de Albuquerque Felner. *Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, p. 8.

e estabelecer fundeadouros, o governador-geral de Angola, vice-almirante António Manuel de Noronha ordenou o tenente Pedro Alexandrino da Cunha²³ e ao tenente João Francisco Garcia que se iniciassem operações do Dombé Grande ao Porto Alexandre a bordo da escuna *Isabel-Maria*²⁴, sendo explorada a Baía dos Tigres, Angra do Negro até a Huíla, onde se iniciou os contactos com os locais mais pacíficos, por forma a edificar uma fortaleza, em semelhança com a outra expedição anteriormente citada, que se realizou tanto em terra, como no mar, e marcou o início da ocupação efetiva da região de Moçâmedes e os primeiros contactos com o sul de Angola²⁵.

Além da missão de reconhecimento da costa sul de Benguela e de Moçâmedes, o vice-almirante António Manuel Noronha, incumbiu também ao capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha a missão da repreensão do tráfico de escravos a ser realizado naquela região da província de Angola.

Os textos de Duarte da Silva, mostram que durante esta missão de reconhecimento costeiro ocidental, o capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha fez o reconhecimento das posições do cabo Negro e Porto de Pinda (Enseada das areias)²⁶, da Baía dos Tigres e também na Angra do Negro²⁷.

Rebello diz que o Conselho Britânico sugeriu o Porto Alexandre, região a sul do Cabo Negro e próximo a Moçâmedes, como local de início das ocupações por ser o local de maior segurança ao longo da costa para se fundear e sugeriam ser melhor que o porto de Benguela, estudo feito pelo capitão-de-fragata Pedro Alexandrino da Cunha em 1839²⁸.

Quanto a extensão da colonização no interior, em 1839, a construção do forte de Ponta Negra, levou a internacionalização do porto de Benguela, que coincidiu com a ocupação da orla costeira²⁹.

Depois disso, concluiu-se que, Benguela era uma zona estratégica, porque as margens do rio Catumbela eram férteis, assim como, a região a sua volta, e permitia

²³Filho do primeiro-tenente da Armada Jacinto José Pires da Cunha. Em 1831 deixou o Exército e passou ao serviço da Armada. Em 1831, enquanto segundo-tenente, Comandou as escunas *Prudência* e *Terceira*. Em 1832, foi comandante interino da corveta *Vila da Praia*. Em 1836, já no posto de capitão-tenente, comandou a corveta *Isabel Maria*, onde realizou missões no Brasil, África Ocidental, no reconhecimento do sul de Benguela e Moçâmedes. Em 1843, já capitão-de-fragata, comandou a fragata *Urânia* e assumiu também o comando da Estação Naval de Angola. E em 1845 e foi nomeado a governador-geral de Angola, onde acabou por falecer. (Joaquim Duarte Silva. *Pedro Alexandrino da Cunha (Escôrço Biográfico)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939).

²⁴Villas, *História Colonial*.

²⁵Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*.

²⁶*Port Alexander* nas cartas Inglesas, posteriormente nas cartas portuguesas. Situado 68 quilómetros da vila de Moçâmedes.

²⁷*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* N°4 de 1886, 6ª série.

²⁸Manuel da Silva Rebello. *Ocupação do Litoral Sul de Angola*. Lisboa: s.n., 1971, p. 350.

²⁹Jaime Ferreira Regalado. *Cuamato-1907: Os Bravos de Muílo no Sul de Angola*. Lisboa: Tribuna da História, 2004, p. 13.

a entrada de embarcações que realizavam descargas dos navios e poderiam fundear próximo de terra, sem ter preocupações de baixios ou tempestades³⁰.

O Comandante Esparteiro na sua obra, *Três Séculos no Mar*, na sua quinta parte que retrata os navios ligeiros usados no século XIX, e de acordo ao sistema de armamento poderiam ser bergantins ou brigues. E na página 98 descreve o empenhamento do bergantim *Audaz* contra o tráfico de escravos em 1837 na costa do Ambriz, onde apoia na apreensão de vários negreiros espanhóis. O comandante Esparteiro menciona ainda que em 1841, quando tenente Gonçalves Cardoso assume o comando da Estação Naval de Angola, houve necessidade de reforçar com mais meios, pois o momento exigia maior atenção aos negreiros que aí se encontravam, e assegurar a vassalagem com as autoridades locais que se encontravam na Huíla.

Em 1843, o comandante da corveta *Urânia* capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha, regressa a Angola, onde mais tarde se torna comandante da Estação Naval de Angola³¹, enquanto que no *Audaz* estiveram embarcados o governador de Benguela e o major de artilharia Francisco Garcia, oficial mais graduado de Luanda, em abril de 1842, vão desembarcar na Huíla, constituindo os primeiros europeus da região³².

A Estação Naval de Angola nesta altura era composta por³³: duas corvetas, duas brigues, quatro escunas, um cutter e trinta embarcações pequenas (das quais 18 eram combatentes).

Dentre os quais se destacam, o brigue *Ana*, brigue-escuna *Esperança*, brigue *Despique*, escuna *Minerva*, brigue *Sociedade*, patacho *Zulmira*, escuna *Augusta*, brigue *Rápido*, brigue *Caçador*, brigue *Ligeiro*, brigue *Albanes*, escuna *Minerva*, brigue *Bom sucesso* e o patacho *Velez*.

No dia 19 de setembro de 1845, é feita a primeira publicação do *Boletim Oficial de Angola* surge impulsionado por Pedro Alexandrino da Cunha, cumprindo assim, o Decreto de 7 de dezembro de 1836 do Marquês Sá da Bandeira para a criação da imprensa nas províncias ultramarinas³⁴.

³⁰J. A. de Carvalho Menezes. *Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*. Rio de Janeiro: Tipografia Clássica, 1848.

³¹No início era da tutela do governador-geral de Angola, mais tarde, passou a subordinação do Ministério da Marinha, e em 1845 quando Pedro Alexandrino da Cunha se torna governador-geral de Angola, o processo que reverteu com o objetivo de extinguir por completo o tráfico de escravos clandestino e promover a cultura do algodão, tabaco e do café. (ibid.).

³²António Marques Esparteiro. *Três Séculos no Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1986.

³³Menezes, *Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*, p. 64.

³⁴Ibid.

Carvalho Menezes³⁵, explica o projeto de desembarque em Luanda de guarções de navios de guerra da Estação Naval de Angola, projeto criado pelo governador Pedro Alexandrino, com o objetivo de esforçar a sua entrada ao governo-geral, mas, a história colonial descreve Pedro Alexandrino como mesmo inimigo dos escravagistas, como o Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, a Ana Joaquina dos Santos Silva. Porém, mais tarde, cria leis protecionistas para a agricultura, com implementação de novas pautas aduaneiras³⁶.

Segundo o relatório elaborado por Pedro Alexandrino da Cunha *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, a vila de Moçâmedes foi fundada em 1845 por intermédio de Sá da Bandeira³⁷, e era habitada por colonos provenientes dos Açores, Madeira, e também alguns algarvios conhecidos por “filhos de Olhão”³⁸.

Nesta altura, já havia sido estabelecido o primeiro forte na Ponta Negra, e por consequência das dificuldades que se vivia no Brasil, em 4 de agosto de 1849, chegam outros colonos Portugueses provenientes do Brasil, a bordo da nau *Tentativa feliz* e do brigue *Douro*, com o objetivo de se iniciar a colonização daquela região³⁹.

O bergantim *Audaz* esteve em missão em Angola, mais concretamente em Luanda, Benguela, Novo Redondo, Moçâmedes, portanto, em 1845, se encontrava em Luanda com a corveta *Urânia*, a fragata *Diana* e a charrua *Princesa Real*, no início de 1846, vai desembarcar na Huíla voluntários provenientes dos Açores, lugar onde já se encontravam alguns alemães, devido ao favorável clima que a região apresentava, se estabeleceram entre Moçâmedes e Huíla. Mais tarde, surgiu a necessidade de apoio militar porque o povo da Huíla oferecia resistência aos colonos que se instalaram e aos seus interesses, o que levou a edificação de uma fortaleza com guarnição permanente.

Por consequência do Tratado estabelecido entre Portugal e a Grã-Bretanha em julho de 1842⁴⁰, existiria uma comissão mista para o combate do tráfico de escravos no Atlântico Sul⁴¹, é criada a Secreta polícia da Cruzada Naval, que Carvalho

³⁵Escrivão colonial do governador geral de Angola Bressane Leite.

³⁶Menezes, *Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*.

³⁷Político e militar, títulos de Visconde e Marquês por D. Maria II e também por D. Luís I. Foi Presidente do Conselho de Ministros, entre 1836 e 1870. Defensor do liberalismo e fundador do Partido Reformista. Durante a sua passagem como Ministro, foram construídos os brigues *Vouga*, *Tâmega*, *Douro* e *Mondego*, assim como, material para a conclusão dos vapores *Barão de Larazim* e *Maria Ana* (José Agostinho de Sousa Mendes. *Retalhos Históricos Marítimos e Navais*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2000, p. 220).

³⁸Maria Fernanda Rollo e Fernando Rosas. *História da Primeira República Portuguesa*. 3ª Edição. Lisboa: Tinta da China, 2021.

³⁹Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 16.

⁴⁰Já havia sido publicada a Lei do Lord Bill Palmerston em 1839, onde os navios portugueses e a guarnição que eram capturadas seriam julgadas nos tribunais em Ingleses.

⁴¹Pequito, *A Sociedade de Geographia de Lisboa e o marquez de Sá da Bandeira*.

Meneses a chama de unidade repressora do tráfico de escravos terá na sua disponibilidade os seguintes navios da Estação Naval de Angola⁴²: a corveta *Relâmpago*, brigue *Mondego*, brigue *Tâmega* e a escuna *Constituição*.

Nos últimos meses de 1847, após a revolução da Maria da Fonte⁴³, todo esse processo termina após a captura do Conde de Bonfim e sua força, com o auxílio da Espanha, Inglaterra e França, mais tarde foram deportados para Angola a bordo dos navios *Rainha de Portugal*, *Audaz* e *Diana*, apesar de que o protocolo de maio obrigava a libertação destes presos políticos⁴⁴.

Em Angola, os presos ficaram distribuídos entre as fortalezas e os navios, que se traduziu no seguinte⁴⁵: Fortaleza de São Miguel, corveta *Relâmpago*, Fortaleza do Penedo, escuna *Ninfa*, Fortaleza do S. Pedro e Duque de Bragança.

No início da segunda metade do século XIX, o viajante Ladislau Magyar⁴⁶ e um comerciante Português, haviam se estabelecido na tribo Ovampo⁴⁷ (Cuamatos, Evale e Cuanhamas)⁴⁸.

E nesta altura, já se tinha a ideia o início do reconhecimento da foz do Cunene e de todo o planalto, por isso, Fernando da Costa Leal, antigo ajudante do governador-geral de Angola é nomeado a governador de Moçâmedes, como Mateus Moreno mostra nos seus textos⁴⁹.

A presença do capitão-de-fragata António Sérgio de Sousa em Angola, assumindo o cargo de governador interino da província de Angola entre 1851–1852, impulsionou as explorações comerciais e de estudo entre Angola e Moçambique, nomeadamente, as de Silva Porto e dos seus pombeiros. Introduzindo mais tarde as

⁴²Menezes, *Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*, p. 106.

⁴³Revolta contra o governo de Costa Cabral

⁴⁴Ruben Andresen. *Documentos dos Arquivos de Windsor*. Coimbra: s.n., 1955.

⁴⁵Esparteiro, *Três Séculos no Mar*, p. 105.

⁴⁶Nasceu em 1818, na Hungria, frequentou a Escola Náutica e teve a sua vida ligada ao mar. Teve passagens no Brasil e Cuba como marinheiro num negreiro Espanhol. Mais tarde, não se orgulhando da tal prática, vai aperfeiçoar os seus conhecimentos náuticos na Escola Náutica de Regla. Após casar com uma argentina, é recomendado a integrar como oficial na Armada Argentina, participou na guerra contra o Uruguai, onde lhe surgiu a ideia de participar em expedições. Teve passagens por Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e Peru, mais tarde realiza outra no Brasil, após a conclusão de topografia. E por fim, explora os pontos de tráfico de escravos ao longo do rio Congo. (Maria Emília Madeira Santos. *Viagens e apontamentos de um Portuense em África: Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Leitura com introdução e notas por Maria Emília Madeira Santos. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986).

⁴⁷Povos agricultores e pastores que estavam a disposição dos colonos europeus, em combate usavam as armas brancas e armas de fogo, por desconhecerem o uso da espingarda.

⁴⁸Avelino Teixeira da Mota. «O problema da Travessia em meados do século XIX. As viagens de Ladislaus Magyar (1849–1859)». Em: *A Cartografia Antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique: 1500-1860*. Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, 1864.

⁴⁹Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 16.

explorações nas minas no Golungo Alto e Benguela, atraindo assim vários concessionários⁵⁰.

A regeneração vai trazer estabilidade política que vai permitir Sá da Bandeira a dar continuidade aos seus antigos projetos, começando pela manutenção do aparelho colonial em Angola. Depois de várias tentativas de Portugal se estabelecer nestes territórios, somente nos meados do século XIX é que o litoral é todo ocupado, que remete à ocupação das localidades situadas no sul, devido a cobiça de várias potências colonizadoras. Rebelo ilustra nos seus textos, o ofício de 20 de março de 1853 onde o viajante Húngaro Ladislau Magyar nos Gambos, defende a existência de metais como o cobre, junto as margens do rio Cubango⁵¹.

O Historiador Ralph Delgado considera as explorações tanto de Silva Porto, como as do Ladislau Magyar de heróicas, pelas condições em que foram realizadas. Numa altura em que surgia a necessidade de não só dominar a costa africana, mas também a expansão da dominação Portuguesa ao interior, porque tão logo a seguir aos descobrimentos, não houve interesse de ocupação por parte da coroa portuguesa. E mais tarde, no período de exploração do interior da província de Angola, não houve domínio por parte dos colonizadores, mas sim colaboração em atividades mercantis⁵².

Para aquilo que era esperado das anteriores explorações de Honorato da Costa e dos seus pombeiros, após o domínio da feira de Kassange e mais tarde do avanço à Tete, é de considerar que durante este todo tempo houve estagnação da penetração portuguesa em Angola, feito que só se vai recuperar no último quartel do século XIX⁵³.

No ano 1854, vamos observar em Moçâmedes, a primeira sociedade de piscatória com embarcações provenientes do Brasil e do Algarve, que vão contribuir bastante para o crescimento da indústria da pesca, atraindo em 1870, muitos algarvios a se estabelecerem na Baía dos Tigres⁵⁴.

O porto do Ambriz era ponto de aquisição de escravos em grande escala, e embarcavam em navios brasileiros para portos como, Rio de Janeiro, Pernambuco e muitos chegavam a Cuba. Tinha inúmeras feitorias comerciais estrangeiras, e também de exportação de produtos provenientes das minas de Bembe, acontecimentos que atrapalhavam as condições estabelecidas pelo governo Britânico para as colónias

⁵⁰Alberto de Lemos. *História de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional, 1929.

⁵¹Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

⁵²Ralph Delgado. *Ao Sul do Cuanza: Ocupação e Aproveitamento do Antigo Reino de Benguela*. 2 Volumes. Lisboa: Imprensa Beza, 1944.

⁵³Pélissier, *História das Campanhas de Angola*.

⁵⁴João Freire. *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização(1883-1918)*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2011.

portuguesas⁵⁵. De recordar que, a fragata *D. Fernando*, o brigue *Serra do Pilar* e a polaca *Esperança* chegaram em Luanda no mês de abril com o efetivo da expedição, o comandante da Estação Naval de Angola já era o comandante Baptista de Andrade. Durante este processo, estes navios serviram também como serviço de saúde⁵⁶.

Portanto, em maio de 1855, o governador de Angola, Coelho do Amaral vai iniciar o massacre do Ambriz e do seu soba, para mostrar ao governo Britânico que a administração colonial portuguesa em Angola já não praticava o tráfico de escravos. Para esta missão, além do comandante da Estação Naval de Angola, o governador geral de Angola vai contar com cerca de 400 praças de desembarque. Desde o dia 18 de maio que as companhia de infantaria de linha, artilharia e sapadores desembarcaram e as 200 praças dos navios, até o dia 27 de maio, a população do Ambriz, viram as suas libatas queimadas, pois, Portugal pretendia controlar por completo a atividade comercial naquela região, nomeadamente, a grande quantidade de produtos transacionados movimentados na altura⁵⁷.

Vai ser edificada uma fortaleza, que significaria ocupação por parte de Portugal, que tinha a capacidade para albergar cerca de 100 praças, e espaços que vão ser usados como paióis e arrecadações. E nas proximidades, contava com uma pequena povoação de migrantes cabindas, muitos deles ligados a atividades marítimas, também havia carregadores, criados, carpinteiros, pedreiros, ferreiros e cabouqueiros⁵⁸.

Depois, da ocupação portuguesa ao Ambriz, era somente permitido a exportação daquilo que os portugueses consideravam como produtos lícitos, nomeadamente a cera, o marfim, etc. Eram importados géneros de origem europeia e sul americanos como o falso coral⁵⁹, o algodão, a pólvora, a espingarda e a facas⁶⁰.

Era importante a afirmação portuguesa no Ambriz, assim como, nos chamados porto do norte⁶¹, que vão eliminar a concorrência britânica e francesa neste local. Apesar deste processo ser de curta duração devido a fraca oposição, o mal planeamento vai ser marcante, principalmente a nível logístico, desde fardas adequadas

⁵⁵Douglas Lanphier Wheeler. *The Portuguese in Angola 1836-1891: A Study in Expansion And Administration*. Reprodução fac-similada da tese apresentada à Boston University em 1963. Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree Doctor of Philosophy. 1985.

⁵⁶António Justino de Faria Leal. *Relatório acerca de serviço de saúde no Ambriz de 1855 a 1857*.

⁵⁷Ibid.

⁵⁸Ensinam os menos aprendizes libertos.

⁵⁹Usado como moeda de troca no Ambriz e no Congo.

⁶⁰Leal, *Relatório acerca de serviço de saúde no Ambriz de 1855 a 1857*.

⁶¹Ambrizete e Molembo.

ao clima de Angola, meios para acampar, que acabou por ter fortes consequências a saúde, principalmente das praças, levando-os, em alguns casos, a morte⁶².

Esta ocupação vai levar Sá da Bandeira a publicar o Decreto de 5 de junho de 1856 que abolia o tráfico de escravos nas províncias ultramarinas, mas, numa fase inicial vai ter despacho somente para Cabo-Verde e Macau. todavia, em Angola, vai ter efeito tardio, somente depois de 31 de dezembro de 1868 com a assinatura do rei D. Luís que vai abolir de imediato tanto para Angola, como em Moçambique.⁶³

Ao mesmo tempo, é publicada a Lei de 29 de julho de 1856 que aprova a carreira regular da navegação a vapor de Lisboa e aos portos de Luanda Moçâmedes, Benguela, Ambriz e o corredor do Kwanza⁶⁴.

Na sequência das expedições punitivas que aconteceram naquela região, em 1857, aproximadamente 8000 nativos vão cercar a fortaleza da Huíla onde se encontram as forças do major Silva, ação ofensiva em que as tropas portuguesas serão derrotadas pelos nativos sublevados. Mais tarde, as forças subordinadas pelo capitão Godinho de Melo irá vingar o ato e derrotar os nativos, ação que vai marcar o início da colonização da Huíla por tropas europeias, como planeado por Sá da Bandeira. Para impulsionar a agricultura local, a companhia de caçadores que aí se encontravam com as suas famílias vão receber sementes⁶⁵.

Em 1859, se inicia outra expedição para a ocupação do Humbe com a estabelecimento de uma fortaleza nos Gambos, essa ocupação foi liderada pelo capitão Miguel Gomes de Almeida. Essa expedição foi motivada pelo ataque do povo do Ovampo ao Humbe, o autor não distingue se eram Cuamatos ou Cuanhamas, e pede auxílio armado à administração portuguesa, que vai datar a ocupação desta região, e a seguir vai propor a ocupação dos Cuanhamas⁶⁶.

Com o objetivo de obter melhores linhas de comunicações naquela região, Portugal faz um investimento significativo na pacificação de Angola, o governador-geral Barão de Santa Combação⁶⁷, sugere a pacificação da região mais a sul, por possuir o clima semelhante ao do Rio Grande do Sul, e era expetante se desenvolver condições para a realização de comércio de couros e carnes⁶⁸. O autor explica ainda que, segundo os tratados celebrados entre Portugal e o Governo Britânico, ficou estabelecido que se a ocupação efetiva não acontecesse de imediato, esta região seria

⁶²Leal, *Relatório acerca de serviço de saúde no Ambriz de 1855 a 1857*.

⁶³José Gonçalo Santa Rita. *Sá da Bandeira e a Política Ultramarina*. Lisboa: s.n., 1956.

⁶⁴Lemos, *História de Angola*, p. 60.

⁶⁵Regalado, *Cuamato-1907: Os Bravos de Mufilo no Sul de Angola*.

⁶⁶J. Santos Correia. *Ocupação do Sul de Angola*. Lisboa: s.n., 1952.

⁶⁷Atual cidade do Waku-Kungo.

⁶⁸Correia, *Ocupação do Sul de Angola*.

de comércio livre de metais para exploradores, que significaria um retrocesso ao que Portugal pretendia.

Santos Correia nos mostra que o Marquês Sá da Bandeira enquanto colonista esteve empenhado na valorização dos territórios ultramarinos, uma vez que, em 1856 foi publicado a primeira lei que regula a concessão de terrenos na província de Angola⁶⁹. Teve também notoriedade em outras ações como:

- A criação e desenvolvimento industrial, assim como, na criação de algumas espécies de animais e vegetais nestes territórios;
- A criação de políticas colónias na Huíla e Moçâmedes, assim como na instalação de colonos Portugueses nas províncias ultramarinas;
- O estabelecimento do primeiro contrato de navegação entre Lisboa-Luanda;
- Desenvolveu várias ações com vista a preparar missões missionárias nas províncias ultramarinas.

Mediante esta situação, foi pedido ao Governo da província de Angola que estabelecesse inúmeros fortes entre o Porto Alexandre e a região do Cabo Frio, por se tratar de uma localidade estratégica para o desenvolvimento do comércio o que seria uma forma de atrair empresas a investir no local. Segundo análise feita no texto de Rebelo, o governo se sentia ameaçado por exploradores estrangeiros que desejassem se instalar naquela região face as recursos que apresentava. Na página 394 do *Boletim Oficial de Angola* de 1871, é possível consultar aquilo que foi a decisão do Conselho Ultramarino sobre o processo de ocupação do litoral sul de Moçâmedes e as regiões influenciadas pelo rio Cubango e Cunene⁷⁰.

Em 1860, o capitão-tenente Baptista de Andrade lidera uma expedição para a ocupação do São Salvador do Congo. E três anos mais tarde, por consequência da situação na metrópole, houve enfraquecimento nas ocupações ao longo do interior, devido a falta de tropas para as várias localidades a pacificar, e os que guarneciam as fortalezas se encontravam desmotivados, diante disso, houve retirada de tropas nos Gambos e no Humbe, situação que só se restabeleceu em 1867⁷¹.

⁶⁹Ibid.

⁷⁰Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

⁷¹Gastão Sousa Dias. *Ocupação de Angola: Exploração, Conquista e Povoamento*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

1.3 A corrida à África pelas potências europeias

Os navios à vapor começaram a navegar no rio Cuanza entre 1866–1869, que vai coincidir com o governo do contra-almirante Francisco Gonçalves Cardoso⁷², que vai impulsionar as explorações comerciais ao longo do Cubango. Na segunda metade do século XIX, já é possível perceber a existência de ligações marítimas regulares na África Ocidental, como mencionado anteriormente a lei que autorizava⁷³.

O ofício de 28 de junho de 1874 do governador geral de Angola, contra-almirante Baptista de Andrade descreve a problemática da década passada, a falta de tropas em Angola, por isso, os navios da Estação Naval de Angola vão ser obrigados a fornecer elementos da sua guarnição para cumprir missões em terra.

“... circunstâncias extraordinárias obrigaram a marchar para o interior o resto da fôrça de 1^a linha que guarneciam a capital, e assim, foi necessario desembarcar mais cincoenta praças de marinhagem para guarnecer a fortaleza de S. Miguel e garantir outros serviços... D’este modo a estação naval vai prestando importante serviço, tanto no mar, como em terra, quando isto se torna indispensavel⁷⁴.”

Todavia, a ação do governador-geral de Angola foi significativa no processo de ocupação de Angola, pois, o Ministro Andrade Corvo⁷⁵ autoriza o governador de Angola a iniciar a exploração do rio Cunene desde a região do Humbe até a sua foz⁷⁶, como mostra o *Boletim Oficial de Angola* de 1875.

Andrade Corvo publica o Decreto de 29 de abril de 1875, que aboliu a escravatura e passou os escravos para libertos e declarando-os livres. E com a criação do “estatuto do indigenato” onde o africano não letrado passará a exercer trabalhos forçados se não pagar um imposto, enquanto que o letrado tornar-se-à cidadão português⁷⁷.

Mais tarde, Luciano Cordeiro efetua uma proposta que visava intensificar as relações comerciais entre a metrópole e as possessões ultramarinas portuguesas,

⁷²Publica o Decreto de 4 de março de 1863 que cria a comissão de estudo sobre o trabalho indígena.

⁷³Valentim Alexandre. *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822–1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

⁷⁴«Capitania de Angola: Luanda». Arquivo Histórico de Marinha Cx. 89–4.

⁷⁵Ministro da Marinha e do Ultramar e também dos Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1871–1878.

⁷⁶Portaria N^o54 de 3 março de 1875.

⁷⁷Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização(1883-1918)*.

com o objetivo de eliminar a dependência industrial estrangeira, que se assentava em dois pontos⁷⁸:

- No desenvolvimento da navegação nacional;
- No aproveitamento da indústria nacional dos mercados coloniais.

Numa altura em que se começava a preparar a expedição Portuguesa à África Austral em 1876, a realização da conferência de Bruxelas, sem a presença portuguesa, onde foram apresentadas explorações anteriormente feitas por David Livingstone, Pierre Savorgnan Brazza, Cameron e Henri Morton Stanley, vai despertar as potências presentes o interesse na aquisição de colónias, e mais tarde com a Conferência de Berlim⁷⁹, permitiu acelerar o processo⁸⁰.

De salientar que, a Comissão Permanente de Geografia criada pelo ministro Andrade Corvo⁸¹, estava destinada ao estudo da Cartografia, e era dividida em dois grupos, sendo a travessia defendida por Luciano Cordeiro e a exploração dos territórios considerados pela soberania Portuguesa por José Júlio de Bettencourt Rodrigues⁸².

Portanto, foi possível perceber que as expedições realizadas no interior de Angola revelavam mais conhecimentos da administração colonial portuguesa sobre os “povos desconhecidos”, o ministro Andrade Corvo começa a pensar em estabelecer soberania em Santiago do Zaire, pois, Leopoldo II considerava a abertura do Congo Belga ao comércio livre, assim como, a livre navegação, e Portugal sabia que isso iria afetar a sua influência não só comercial na região, sendo assim, Andrade Corvo vai enviar o oficial de Marinha Hermenegildo Capelo e o oficial do Exército Serpa Pinto para efetuar o estudo da bacia do Zaire, aproveitando assim para estudar também as bacias do Zambeze, do Cuango, do Cunene e do Congo⁸³.

E mais tarde, em 1877, o governador da província de Angola escreve para a metrópole dizendo que se deveria conhecer melhor o território que Portugal deseja ocupar, porque neste momento, ainda não se tinha explorado a maior parte destes

⁷⁸Eduardo da Costa. *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*. Lisboa: Typographia Universal, 1906.

⁷⁹Realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Organizada pelo Chanceler Alemão Bismarck, e dessa conferência resultou a fixação de fronteiras das colónias africanas pelas principais potências europeias colonizadoras.

⁸⁰Maria Emília Madeira Santos. *Das travessias científicas à exploração Regional em África: Uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

⁸¹Por Decreto de 17 de fevereiro de 1876.

⁸²Santos, *Das travessias científicas à exploração Regional em África: Uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

⁸³Fonseca, *Viagens e Histórias da Marinha: No Mar, em Terra e no Ultramar*, p. 83.

territórios, sendo que, a sul de Moçâmedes era favorável a raça branca, fator que a diferenciava das outras regiões. O governador da província de Angola explicou quais eram os benefícios da exploração daquela região, com a perspectiva de que seria um ganho para a economia e o consequente desenvolvimento daquela província ultramarina⁸⁴.

“A corrida a África tornou-se uma realidade que colheu Portugal de surpresa. A possibilidade de ser discutida a sua soberania em terras africanas, de que desde o descobrimento considerava ser o legítimo possuidor, nunca fora sonhada. Daí que a rapidez dos acontecimentos internacionais não permitisse ao Governo português dar resposta imediata que eles exigiam⁸⁵.”

Como surgiu a necessidade da exploração do litoral de Angola, em setembro de 1878, o governo-geral de Angola autoriza a realização de uma exploração científica na bacia do rio Cunene a bordo da canhoneira *Tâmega* na região a sul de Moçâmedes, que é reportado no ano a seguir pelo governo-geral de Angola e publicado no *Boletim Oficial de Angola de 1879*, missão que mais tarde veio a ser reconhecido pela metrópole, exaltando o esforço do governo da província, assim como dos oficiais da canhoneira⁸⁶.

E mais tarde, são exaltadas as explorações científicas realizadas em Angola por Serpa Pinto, Brito Capelo, Roberto Ivens, Joaquim José Machado, Manuel Rafael Gorjão e Anchieta. Maria Emília Santos considera este momento charneira das potências europeias em relação as colónias ou pretensões em África, por isso, é necessário empregar os recursos suficientes para responder as mudanças na abordagem da comunidade internacional⁸⁷.

Henrique Galvão numa das suas abordagens sobre a ocupação portuguesa em Angola, considerou este processo de conturbado por influência não só dos nativos, do clima, que se revelavam desvantagens da administração portuguesa em Angola, mas, também dos vários corsários ingleses e franceses que navegavam ao longo da Costa Ocidental de África, mas, Portugal ainda no século XIX, reiniciou o seu projeto de consolidação de ocupação do interior de Angola, iniciando a submissão do gentio mais revoltoso ao seu sistema colonial.

⁸⁴Bernadino, *As Viagens de Capelo e Ivens: Portugal em África na Segunda metade do Século XIX*.

⁸⁵Ibid., p. 4.

⁸⁶*Boletim Oficial de Angola de 1879*, p. 322.

⁸⁷Santos, *Das travessias científicas à exploração Regional em África: Uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

A historiadora Teresa Bernadino, na sua obra, *As Viagens de Capelo e Ivens*, defende que as expedições realizadas entre 1877 e 1879 por Serpa Pinto do Bié à Pretória e Durban em *Como Atravessei África*, publicada em 1881, entre 1877 e 1880 realizaram, *De Benguela às terras de Iácca*, publicada em 1881, e a expedição realizada entre janeiro de 1884 à maio de 1885, de Moçâmedes à costa oriental de Moçambique, que é mais tarde publicada em 1886, *De Angola á Conta-Costa* ... permitiram colecionar um conjunto de fontes históricas, de África, assim como, dos povos que o habitavam na altura⁸⁸.

Enquanto que, Maria Santos na sua obra *Das travessias científicas à exploração Regional em África: Uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa* analisa as expedições à África, realizadas por exploradores entre 1876 e 1885, que tinham objetivos científicos e políticos de caráter internacional, que mais tarde intensificaram o interesse de grandes potências na exploração do continente africano⁸⁹.

No ano de 1881, a Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa explicava as vantagens do investimento na ocupação portuguesa em África e também o projeto colonial de Andrade Corvo, assim como, no envio para Angola, de alguns portugueses que se encontravam no Brasil. Em Angola, o início da viragem para o sul, vai começar com a colonização da Huíla, com o alferes do exército colonial Artur de Paiva⁹⁰ no comando das operações, a estabelecer uma colónia com mais de 300 *boers* na Humpata, enquanto chefe do concelho. E mais tarde, já em 1885, levou dois grupos com mais de 200 colonos madeirenses ao Lubango.

Ainda em 1881, a Sociedade de Geografia de Lisboa iniciava as primeiras relações com a Sociedade de Geografia Comercial do Porto⁹¹ com o objetivo de garantir o maior aproveitamento dos recursos naturais que as províncias ultramarinas em África poderiam oferecer, e vão contribuir significativamente no desenvolvimento da navegação e consequentemente na indústria⁹².

⁸⁸Bernadino, *As Viagens de Capelo e Ivens: Portugal em África na Segunda metade do Século XIX*.

⁸⁹Santos, *Das travessias científicas à exploração Regional em África: Uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

⁹⁰Filho de Bartolomeu José de Paiva e de D. Teresa de Jesus Ferreira, nasceu em Leiria a 9 março de 1856. Foi para Angola com o seu pai na categoria de praça pertencente aos Batalhão de Caçadores N.º3 da província de Angola. Em 1882, liderou uma expedição à Moçâmedes com o objetivo de castigar o sobado de Jau. E mais tarde, no posto de tenente, em 1885, liderou a expedição de ocupação ao Cubango. Comandou também as expedições que resultaram os fortes *Princesa Amélia* e *Maria Pia*, e a seguir a expedição ao Bié e a do Humbe. (Joaquim Duarte Silva. *Artur de Paiva*. Lisboa: Cosmos, 1939).

⁹¹Criada em 1880 para analisar vários centros de produção de interesse nacional, apresentar soluções a questões ligadas as colónias, explorar vias de comunicações, divulgar ações de interesses comerciais das possessões ultramarinas.

⁹²António Dias Madureira. *Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco*. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana apresentada à Universidade Portucalense. 1997.

Em 1883, surgiu a necessidade de representar as pretensões portuguesa, por isso, o ministro da Marinha e do Ultramar vai publicar famoso “Mapa Cor-de-Rosa”, de referir que, Luanda, Bié, e as zonas mais a leste conhecida na época como “terras do Muatiânvua”, não foram incluídas no mapa, com a ideia de afastar esta zona da cobiça de outras potências europeias, como mostra o anexo II.5.

“O Tratado do Zaire entre Portugal e a Inglaterra, em 1884, conferia a Portugal o território da costa ocidental africana entre 5º 12’ e 8º de latitude Sul que se prolongaria pelo interior do rio Zaire até Noqui e daí até aos limites das possessões das tribos da costa e marginais. Como contrapartida, a Inglaterra passaria a deter o tratamento preferencial em todos os domínios africanos de Portugal. Contudo, este diploma tinha um valor mais simbólico do que real, pois o rei dos belgas fundara, em 1876, a Associação Internacional do Congo⁹³.”

Na figura II.3, se encontram representados os limites das colónias portuguesas na África ocidental reconhecidas à nível internacional.

Portugal necessitava criar rotas alternativas de comércio para ligar as suas principais províncias ultramarinas, Angola e Moçambique. Nesta altura, Hemenegildo Capelo e Roberto Ivens vão começar os estudos das bacias do Zaire e do Zambeze, que vão partir do Porto Pinda em janeiro de 1884 a bordo do vapor *S. Tomé*, missão que teve uma duração de aproximadamente 14 meses. Essa viagem vai contribuir na elaboração de uma carta geográfica que compreendia a região do rio Zaire ao Noqui⁹⁴.

Nesta expedição, Capelo e Ivens vão realizar vários registos astronómicos, magnéticos e climáticos, estudos antropológicos em Benguela, no Congo, e nas várias localidades que vão passar ao longo do Kwanza. Além disso, vão efetuar estudo da navegabilidade dos rios Cuango, Cubango, Kassai e outros, que se encontram ilustrados nos seus relatórios desta expedição⁹⁵.

1.4 Conferência de Berlim

A conferência de Berlim foi organizada pelo chanceler Alemão Bismark entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 com o objetivo de não só estabelecer

⁹³Bernadino, *As Viagens de Capelo e Yvens: Portugal em África na Segunda metade do Século XIX*, p. 5.

⁹⁴Fonseca, *Viagens e Histórias da Marinha: No Mar, em Terra e no Ultramar*.

⁹⁵Hemenegildo Capelo e Roberto Ivens. *De Angola à contra costa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

a divisão territorial africana pelas principais potências europeias como a Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Portugal, e outras, que também vão negociar regras para a navegação nas colónias africanas⁹⁶.

Entretanto, o contra-almirante Afonso de Cerqueira na sua obra, *A Marinha Militar na ocupação de África*, explica que durante a conferência de Berlim, Portugal vai empenhar na Divisão Naval da África Ocidental e América do Sul as seguintes unidades⁹⁷: duas corvetas, seis canhoneiras, das quais uma ficava inteiramente em Cabo Verde, se necessário navegava até a Guiné, e outra em São Tomé, e um vapor de 5707 t, 42 bocas de fogo, com uma guarnição de 955 elementos, nomeadamente, 91 oficiais, 97 sargentos e 767 praças.

Ainda no ano de 1884, os oficiais das canhoneiras *Ave* e *Bengo* vão realizar uma missão de carácter científico no distrito do Congo, como se encontra na figura II.4, que vai resultar o levantamento hidrográfico de Lândana e Chiloango⁹⁸.

Contudo, na conferência de Berlim, ficaram definidos alguns pontos por partes das potências colonizadoras presentes em África, que deveriam ser levados a cabo por parte delas⁹⁹:

- O livre comércio na bacia do Congo;
- Emergente *posse efetiva* ou ocupação de uma colónia seria classificado como imposição administrativa;
- O Estado Livre do Congo fosse declarada propriedade do Rei Belga, Leopoldo.

Na conferência de Berlim, Portugal vai reivindicar os “direitos históricos de presença em África” se baseando nos descobrimentos, mas o princípio da ocupação efetiva dos territórios deveria ser legitimado com tratados de protetorados ou com ocupação militar, atividade comercial, missões religiosas ou culturais para civilização dos nativos por parte dos novos impérios e transformando as colónias em centros de exportação de matéria-prima¹⁰⁰.

⁹⁶Rollo e Rosas, *História da Primeira República Portuguesa*.

⁹⁷Afonso de Cerqueira. *A Marinha Militar na Ocupação de África*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938, p. 7.

⁹⁸Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco.

⁹⁹João Augusto de Noronha Dias de Carvalho. *Henrique de Carvalho: Uma vida ao Serviço da Pátria*. S.l.: s.n., 1975, p. 83.

¹⁰⁰Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização*(1883-1918).

1.5 Protetorado Colonial

No caso dos Reinos do Loango, Cacongo e Ngoio, Portugal para concorrer a uma hegemonia francesa existente no distrito do Congo, vai estabelecer, não por vassalagem¹⁰¹, mas sim, por tratado de protetorado, em que, as autoridades locais lhes será atribuída o estatutos de nobreza, como barões, marqueses¹⁰².

O tratado de protetorado consistia no vínculo através do qual a potência europeia reconhecia a autoridade africana e se comprometia a defender contra agressões internas e externas¹⁰³. Naquela altura Cabinda¹⁰⁴ não estava unificada, por isso, nos tratados de Chinfuma e Simulambuco, Portugal vai reunir com entidades do Reino do Loango, Cacongo e Ngoio¹⁰⁵, respetivamente, como mostra o anexo II.6.

Normalmente, as autoridades portuguesas forneciam artigos de fardamentos aos monarcas africanos e o documento do Tratado por escrito, que se traduziria na ocupação efetiva que era assegurada por uma delegação permanente.

Nos Tratados de Protetorado dos Reino do Loango, Cacongo e Ngoio, Portugal vai se fazer representar pelo capitão-tenente Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta *Rainha de Portugal*.

O jurista Francisco António Pinto da comarca de Luanda, vai ter um papel importante como assessor do governador de Angola Ferreira do Amaral nas relações entre a administração colonial portuguesa e as autoridades locais dos povos a negociar os tratados na Estação Civilizadora do Zaire¹⁰⁶.

“Se a tradição do nosso domínio é vivaz entre as populações gentílicas, em toda a nós militarmente, fazia parte das possessões francesas, cujo limite Sul, era o rio Chiloango¹⁰⁷.”

Durante o período deste tratados de protetorados, a Armada vai empenhar vários navios em Cabinda, dentre os quais se destacaram os seguintes tipos¹⁰⁸: duas corvetas mistas, quatro canhoneiras, vapores e navios auxiliares de vela.

¹⁰¹Normalmente, as autoridades portuguesas elaboravam uma carta de subordinação do soba ao Rei de Portugal. Onde ficavam acordados os pagamentos de impostos, o fornecimento de escravos e auxiliares e também o auxilio em caso de alguma rebelião local.

¹⁰²Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822–1891)*.

¹⁰³Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização(1883-1918)*.

¹⁰⁴No século XVII tinha hegemonia comercial inglesa e no século XVIII passou a francesa.

¹⁰⁵Alberto Oliveira Pinto. *História de Angola: da Pré-História ao Início do século XXI*. Lisboa: Mercado de letras Editores, 2004.

¹⁰⁶Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco.

¹⁰⁷Francisco António Pinto apud ibid., p. 161.

¹⁰⁸António José Telo. *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*. Lisboa: Academia de Marinha, 1999.

1.5.1 Tratado de Chinfuma

Como mostra o relatório deste tratado de protetorado, foi celebrado em Lândana, no dia 29 de setembro de 1883, com o objetivo de deixar sob a protetorado da administração colonial portuguesa o reino do Cacongo, pertencente a Costa ocidental africana, onde estiveram reunidos representantes de Portugal encabeçados pelo capitão-tenente Guilherme Augusto de Brito Capelo, habitantes e autoridades do reino do Cacongo, dos quais destacamos o Príncipe Regente, o governador de Massabi e testemunhas Inglesas¹⁰⁹.

1.5.2 Tratado de Simulambuco

Com a conferência de Berlim a decorrer, ficou definida a divisão do Congo pelas potências europeias, onde os reinos do Ngoio, Cagongo e Loango, iriam pertencer ao rei Belga. Nesta altura, ainda se praticava tráfico de escravos nas províncias ultramarinas portuguesa, em modo clandestino, e era a atividade dominante em Cabinda, por isso, a regência¹¹⁰ destes reinos que mais tarde vão constituir Cabinda, vão reunir em assembleia e elaborar uma petição, como mostra o anexo III.1, de modo que estes reinos fiquem sob a proteção do Rei de Portugal, ao qual tinham antigas relações comerciais¹¹¹.

A ata das condições de petição deste Tratado de protetorado foi enviada ao Rei de Portugal e à Conferência de Berlim.

Este Tratado foi celebrado no dia 1 de fevereiro de 1885, e dos signatários deste tratado estiveram presentes o representante do rei de Portugal, comandante da corveta *Rainha de Portugal*, capitão-tenente Guilherme Augusto de Brito Capelo, o Barão de Cabinda, Manuel José Puna e outros elementos da regência de Cabinda. A representação conhecida deste Tratado nas notas de dez angolares, se encontra no anexo I.1.

Para Dias Madureira, este tratado vai garantir a soberania portuguesa em Cabinda, que mais tarde, será consolidada com mais tratados, como o de Chicambo, Chimbolo e Socca, Moanda, Futila ou de Malembu¹¹².

¹⁰⁹ «Tratado de Chinfuma Angola assinado em 29-9-1883 e outros». Arquivo Histórico de Marinha Cx. 1339A. 1883.

¹¹⁰ Formada pelos magnatas das linhagens dos três reinos que eram os Sambo, Simbo, Monkata Kalombo e os Puna.

¹¹¹ Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco.

¹¹² Ibid.

1.5.3 Expedição ao Muatiânvua

Dias Carvalho, na sua obra *Henrique de Carvalho: Uma vida ao Serviço da Pátria*, descreve a expedição do major Henrique de Carvalho, de Luanda (08-06-1884) ao Rio Lumbe (05-11-1886) e depois do Rio Lumbe (06-11-1886) à Mussumba (16-06-1887), é possível perceber que no século XIX, muitos aventureiros já haviam realizado o mesmo percurso, nomeadamente, o tenente-coronel Honorato da Costa e os seus pombeiros, no início do século, seguido depois por Rodrigues Graça em 1843¹¹³, e Silva Porto em 1871. Portanto, o relatório da expedição científico-político-comercial à Mussumba do Muatiânvua, o Imperador dos Lundas, contém um vasto conhecimento linguístico, etnográfico, geográfico, climatológico e de Colonização de Senzinando Marques¹¹⁴.

No percurso desta expedição foi estabelecida a estação “24 de Julho”, situada a 40 quilómetros de Malange, que facilitou as comunicações locais, assim como, para as proximidades, como menciona Henrique de Carvalho. As estações civilizadoras e acampamentos foram todas em homenagens a personalidades como o governador João Maria Ferreira do Amaral, o Capitão Paiva de Andrade, Luciano Cordeiro, Serpa Pinto, Capelo e Ivens. A imposição da administração portuguesa é dada em 04 de novembro de 1886, quando içada a bandeira de Portugal¹¹⁵.

Esta expedição terminou com o estabelecimento da relações de Portugal e o povo da Lunda, asseguramento das comunicações e também, com a delimitação de fronteiras da província de Angola e a colónias dos belgas.

O coronel Henrique de Carvalho desempenhou a função de governador do distrito da Lunda em 1895, tendo movimentado uma comitiva formada por alguns carregadores, o segundo-tenente de Administração Naval, Alfredo Fonseca que vai ser o seu adjunto de ordens e o secretário Eduardo Warburg. E recebia grande auxilio comercial em Malange, orientado pelo capitão Cândido Sarmento¹¹⁶.

1.6 Da Conferência de Berlim à República

Após a conferência de Berlim, Portugal vai realizar uma série de tratados com outras potências, com possessões junto das fronteiras da suas províncias ultramarinas, Angola e Moçambique, respetivamente.

¹¹³Expedição ao Muatiânvua.

¹¹⁴Sub-Chefe que realiza a expedição de 1884 com Henrique de Carvalho.

¹¹⁵Carvalho, *Henrique de Carvalho: Uma vida ao Serviço da Pátria*.

¹¹⁶Carlos Augusto de Noronha Montanha. *Odisséia dum Pioneiro Colonial nos Sertões de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1944.

Portugal assina a Convenção Luso-Francesa no dia 12 de abril de 1886, onde são definidas as fronteiras das colônias de ambas potências na África Ocidental, exceto a Guiné.

“O Governo Francês reconhece a Portugal o direito de exercer sua influência soberana e civilizadora sobre os territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e Moçambique, sob tais direitos serem adquiridos precedentemente por outras Potencias (ou se permita por sua parte abster da sua ocupação)¹¹⁷.”

A par da Convenção Luso-Francesa Portugal estabelece com a Alemanha no dia 30 de dezembro de 1886, a Convenção Luso-Alemã sobre os limites de Angola e Moçambique, em que foram delimitadas as fronteiras com a Damaralândia, no sul de Angola, a Alemanha se fez representar pelo Barão Schimidthals.

“Ao sul de Angola, o curso do Cunene desde a foz à segunda catarata, por 14° 15' de Longitude Este; depois a Montanha de Chela até ao Cubango, e o curso deste rio, para sudeste até Andara; d'Andara até ao Zambeze, cortando este rio na altura dos rápidos de Cetimo. A Alemanha compromete-se a não impor o seu domínio sobre os territórios situados para lá deste limite, nem aceita qualquer protectorado neles; compromete-se também a não contrariar a nossa influência em toda a região compreendida entre Angola e Moçambique¹¹⁸.”

Portugal pretendia criar o distrito do Congo, em virtude disto, o capitão-tenente João António Brissac das Neves Ferreira vai comandar a ocupação do Santo António do Zaire em 14 de julho de 1887, e será nomeado como governador deste distrito do Congo, ao qual Cabinda ficou inserido¹¹⁹. Nesta ocupação vão estar empenhadas as corvetas *Afonso de Albuquerque* e *Rainha de Portugal* e as canhoneiras *Sado* e *Liberal*¹²⁰.

A ocupação completa deste distrito acontecerá somente entre 1887 e 1889, dos navios que vão participar desta missão no Santo António do Zaire destacamos a corveta *Duque da Terceira* e as canhoneiras *Caçongo* e *Massabi*, as lanchas-canhoneiras em aço *Loge* e *Noqui*, inseridas na recém criada Esquadilha do Congo¹²¹.

¹¹⁷ *Convenção Luso-Francesa* apud (Carvalho, *Henrique de Carvalho: Uma vida ao Serviço da Pátria*, p. 88).

¹¹⁸ *Convenção Luso-Alemã* apud (ibid., p. 87).

¹¹⁹ Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco.

¹²⁰ Aires Roque de Freitas de Albuquerque. *Efeméride ultramarina: Tratado de Simulambuco*. Funchal: s.n., 1974.

¹²¹ Cerqueira, *A Marinha Militar na Ocupação de África*.

É de salientar que, em 1889, Portugal pretendia preservar o projeto do Mapa cor-de-rosa, que resultaria da fusão entre costa da África Ocidental à Oriental, portanto, o Ultimato Inglês de 1890, por consequência do projeto de união “Do Cabo ao Cairo” do governador da província do Cabo, Cecil Rhodes, vai acabar com o sonho da ligação entre Angola e Moçambique¹²².

Por Decreto de 27 de janeiro de 1894, o Ministro da Marinha e do Ultramar, capitão-de-mar-e-guerra João António Brissac das Neves Ferreira, cria a Colónia Penal Militar Agrícola do Moxico, localizada à 1.200 quilómetros desde Benguela. Ação que vai contribuir significativamente na ocupação daquele distrito e a consequente imposição da soberania portuguesa na localidade, que tinha na sua constituição alguns oficiais e sargentos, comandadas pelo capitão Frederico César Trigo Teixeira¹²³.

No período compreendido entre o fim do século XIX e o início do século XX, a atuação da Armada em África, se baseava em garantir o fim da escravatura e a ocupação das zonas prioritárias¹²⁴, o transporte *Salvador Correia*, a canhoneira *Vouga* e o vapor *Vilhena* vão estar empenhadas na missão civilizadora do Zaire, garantindo a imposição da soberania portuguesa no distrito¹²⁵.

Por consequência do fim do tráfico de escravos, do Tratado de Simulambuco, e da anexação de Cabinda como distrito da província de Angola, os patrões cabindas começam a ter dificuldades em realizar as suas atividades anteriores, deste modo, muitos dos seus funcionários cabindas, começam a imigrar para o sul da província de Angola, nomeadamente, Luanda, Benguela e Moçâmedes, mas vão permanecer ligados a atividade marítima, em muitos casos, trabalhando para colonos portugueses como tripulantes de embarcações, como mencionado no ofício do governador de Angola de 27 de setembro de 1894, a transferência de 400 recrutas a Moçambique.

“...Julgo que quatro embarcações tripuladas por cabindas, mais com duas ou tres praças de marinhagem para auxiliar o patrão, serão suficientes para este serviço¹²⁶.”

¹²²Ricardo André Fernandes Gaspar Alberto. *Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961–1974*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha. 2017.

¹²³Joaquim Duarte Silva. *General Padrel*. Lisboa: Cosmos, 1939, p. 19.

¹²⁴Tungue, em Lourenço Marques, na Guiné, em Macau, no Cunene e no Congo.

¹²⁵Cerqueira, *A Marinha Militar na Ocupação de África*.

¹²⁶«Capitania de Angola: Luanda».

Capítulo 2

A Marinha no fim do século XIX e início do século XX

2.1 A evolução da Política Naval e do Poder Naval

Na segunda metade do século XIX, as teorias de Mahan, e mais tarde, as teorias de Corbett sobre o domínio marítimo, impulsionaram várias marinhas, tendo como referência o livro *The influence of Sea Power Upon History*, onde Mahan faz uma análise rigorosa em termos navais, dos vários acontecimentos que envolveram a Inglaterra e a França para explicar o que seria a Marinha americana, colocando o mar como uma “ponte” de circulação de riquezas.

Nesta altura, a unificação do império Alemão terá uma maior notabilidade no comércio marítimo e no progresso da sua marinha mercante e levará os seus paquetes e vapores de carga em todos os portos, e conquistar o mercado em função do fator qualidade versus preço¹²⁷.

A expansão de Portugal além-mar, vai permitir a Armada criar o sistema de Estações Navais, que auxiliava na formação dos jovens oficiais, por se tratar do local onde se realizavam o tirocínio de guarda-marinha, por isso, muitos dos oficiais desta altura, vão ter um início de carreira com muita experiência em África¹²⁸.

O programa naval de Sá da Bandeira – Mendes Leal será o modelo usado na Armada durante o período da África Portuguesa, colocando as corvetas mistas como navios de referência. É de referir que, neste período a Armada aumentou significativamente os meios para fazer frente aos desafios que Portugal tinha, o que levou aos números apresentados neste programa naval¹²⁹.

A política Naval Britânica vai ser a mesma desde o tempo do Almirante Nelson, centrada no controlo do mar e dos seus concorrentes. Mais tarde, com a

¹²⁷Fernando Augusto Pereira da Silva. *Política Naval e Política Naval Nacional*. Lisboa: Tipografia Oficinas Gráficas do Instituto dos Pupilos do Exército, 1924.

¹²⁸Henrique Pires Monteiro. *Neves Ferreira: 1846–1902*. Lisboa: Cosmos, 1940.

¹²⁹Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

unificação do império Alemão e as políticas de Bismark, vão influenciar na corrida pela expansão das suas fronteiras, de modo, a seguir os mesmos passos dos britânicos. Fixando também colónias para facilitar nas movimentações comerciais. Mas, a sua principal ambição será a afirmação marítima com os seus paquetes e vapores de carga, apesar de ter início tardio. Enquanto que a Política Naval portuguesa se assentava nos seguintes pontos¹³⁰:

- No engrandecimento e manutenção da hegemonia;
- Na necessidade de proteger a expansão marítima e colonial contra as cobiças estrangeiras;
- Na concorrência marítima em função das necessidades do povo;
- Na configuração das costas, importâncias dos portos continentais e insulares e natureza do litoral marítimo;
- Na necessidade da cooperação Naval com o exército para a defesa do território da metrópole e colónias contra agressões estranhas;
- Na percentagem dos recursos financeiros que deve ser fixada para a realização da política Naval;
- Na situação geográfica relacionada com a importância das linhas de comunicações marítimas necessárias para a economia e operações militares.

Pereira da Silva fez análise ao pensamento do almirante Aube defendendo que para uma Marinha combatente, era importante ter na sua constituição navios de batalha e cruzadores ligeiros que fariam escolta a contra-torpedeiros, submersíveis e aviões, realçando as operações de desembarque costeiro¹³¹.

“...ou Portugal cria uma tal esquadra, o que está na sua capacidade, ou mais vale desistir de ter uma Armada¹³².”

Não há dúvida no que concerne ao importante papel da Armada, apesar de não estar presente em grande número, era nas colónias onde o efetivo da Marinha passava a maior parte do seu período operacional, nomeadamente, realizando explorações no interior das províncias ultramarinas, fazendo reconhecimentos, efetuando operações hidrográficas, edificando e guarnecendo postos e fortificações¹³³.

¹³⁰Silva, *Política Naval e Política Naval Nacional*.

¹³¹Ibid.

¹³²Pereira da Silva apud Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*, p. 230.

¹³³Cerqueira, *A Marinha Militar na Ocupação de África*.

Apesar de serem experimentadas em 1902 na Armada as primeiras transmissões de telegrafia sem fio (TSF) à 20 quilómetros de distância, as comunicações em Angola ainda eram feitas por sinais de bandeiras, pelos oficiais pertencentes aos navios que se deslocavam entre a província de Angola e a Metrópole e também pelas mensagens transmitidas pelos cabos submarinos¹³⁴. Em termos de tecnologia, os navios portugueses em missão na Divisão Naval do Atlântico Sul vão sentir dificuldade técnicas em relação aos navios Ingleses, Franceses e Alemães¹³⁵.

Vamos observar a transição da armada, sendo que, antes dominava o Atlântico com forte presença nas colónias e vai passar a dar mais importância as missões na Europa¹³⁶.

A proposta para a Força Naval no período de 1909 a 1910 terá a seguinte disposição¹³⁷:

- Mares da metrópole, Açores e Comissões extraordinárias, constituída pelo comando da Divisão Naval de Instrução, o Yacht *Amélia*, quatro cruzadores, uma corveta, duas canhoneiras, três torpedeiros e ainda um navio de transporte;
- Divisão Naval do Índico, constituída pelo Comando da Divisão Naval, um cruzador, três canhoneiras, duas lanchas canhoneiras e ainda o Navio depósito *Índia*;
- Divisão Naval do Atlântico Sul, constituída pelo comando da Divisão Naval, pelo cruzador *Rainha D. Amélia*, duas canhoneiras, dois navios de transporte e ainda um navio depósito enfermaria *África*;
- Guiné, constituída por uma canhoneira e uma lancha, enquanto aguarda outras duas lanchas em construção;
- Estação Naval de Cabo Verde, será constituída pela canhoneira *D. Luis*;
- Estação Naval da Índia, constituída pela canhoneira *Sado*;
- Estação Naval de Macau, constituída pela canhoneira *Pátria*, enquanto uma outra lancha canhoneira se encontrava em construção;
- Porto e Caminha, constituída pelo navio escola *D. Luis* e *Infante D. Manoel*;

¹³⁴Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização*(1883-1918).

¹³⁵José Manuel dos Santos Maia. *A introdução de eletricidade na Marinha Portuguesa*. Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Marítima. 2021.

¹³⁶Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824-1974*.

¹³⁷«Estação Naval de Angola: Luanda». Arquivo Histórico de Marinha Cx. 1377-6, Processo 16/423.

- Algarve, será constituída pelo navio escola *Duque de Palmela* e três canhoneiras;
- Oeste da Torre de Belém, será constituída pela Escola Prática de Artilharia e dois rebocadores;
- Leste da Torre de Belém, será constituída por duas canhoneiras;
- Serviço e Escola Prática de Torpedos e Eletricidade;
- Corpo de Marinheiros.

Somando cerca de 35639 efetivos.

O Major General da Armada Cesário da Silva na sua nota de 16 de julho de 1910, tendo referência a Estação Naval de Angola, mencionando o tipo de navios naquela Divisão Naval, afirmando que no sertão, os navios não eram usados nas redes fluviais por não possuírem alcance para estes tipos de combate, mas, estão prontos para qualquer invasão litoral. Faz também referência às canhoneiras *Liberal* e *Save* no que concerne ao empenhamentos em missões dentro da Estação Naval de Angola, dizendo que a sua configuração não é adequada para aquele tipo de tarefa, afirmando que, o *Salvador Correia* seria o perfeito para estas missões, tanto em porões, assim como, na facilidade de embarque e desembarque de tropas¹³⁸.

Até ao primeiro governo do general Norton de Matos, em 1912, a estrutura de fiscalização costeira e de controlo do porto da província de Angola, vai alterar com publicação do Regulamento Geral dos Serviços de Marinha da Província de Angola, que vai criar o Departamento Marítimo de Angola, que vai ser constituída por quatro capitâncias de portos com delegações marítimas constituídas por um segundo-tenente, um patrão e dois remadores¹³⁹.

Antes da grande guerra, as principais potências europeias já se encontravam bastantes evoluídas à nível estratégicos e táticos navais com o objetivo de tirar o melhor proveito dos meios navais que dispunham¹⁴⁰.

O início da grande guerra vai separar a Marinha em termos de missões que consistia no seguinte¹⁴¹: a defesa das colónias (via terrestre e marítima), a defesa de Portugal continental e ilhas adjacentes, escolta e o transporte para França.

¹³⁸ «Estação Naval de Angola: Luanda».

¹³⁹Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização*(1883-1918).

¹⁴⁰Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁴¹Jaime Correia do Inso. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2015, p. 16.

Capitania de Porto	Delegação Marítima
Santo António do Zaire	Lândana Cabinda Nóqui Ambrizete
Luanda	Ambriz Novo Redondo Porto Amboim
Lobito	Benguela Baía dos Elefantes
Moçâmedes	Porto Alexandre Baía dos Tigres

TABELA 2.1: Organização do Departamento Marítimo de Angola
Fonte: Adaptado de (Freire, 2011).

O capitão-de-fragata Jaime Daniel Leote do Rego¹⁴², auxiliado pelo capitão-tenente Santos Fradique por Decreto de 5 de julho de 1915 cria a Divisão Naval de Defesa e Instrução, constituída pelos navios¹⁴³: os cruzadores *Almirante Reis*¹⁴⁴, *Vasco da Gama*, *Adamastor*, e mais tarde o *S. Gabriel*, os contratorpedeiros *Douro* e *Guadiana*, os torpedeiros *Nº 1* e *Nº 2*, o vapor *Lidador* e o submersível *Espadarte*.

A grande preocupação da Armada, concretamente na Divisão Naval de Defesa e Instrução, era a proteção dos portos nacionais e das forças que vão embarcar para Angola destinadas as campanhas no Cuanhama contra ameaças externas.

Nesta altura, havia muitos navios estrangeiros retidos em Portugal, sobretudo alemães, que vai ser uma das motivações da Alemanha para declarar guerra à Portugal¹⁴⁵.

“...a apreensão navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra...¹⁴⁶.”

¹⁴²Junto de muitos tropas da Armada, derrotaram o governo do general Pimenta de Castro em maio de 1915.

¹⁴³Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, p. 17.

¹⁴⁴Inicialmente D.Carlos I, após a revolução republicana passou a homenagear o vice-almirante Carlos Cândido dos Reis. Tinha o poder de fogo superior ao do cruzador *Adamastor*.

¹⁴⁵Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁴⁶Dr. Augusto Soares apud Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, p. 18.

2.2 Mudança na Política Naval

Embora, num período bastante conturbado tanto a nível político, assim como, a nível militar, a economia do país vai ser significativamente afetada até 1851, período em que a regeneração vai trazer novos objetivos estratégicos na metrópole, que vão desde a centralização da política à atuação da Armada predominante à vela. A reforma política e financeira que Fontes Pereira de Melo, vai perspetivar à África portuguesa¹⁴⁷, será o grande objetivo a alcançar em 1856, tão logo Sá da Bandeira se torna Ministro da Marinha e do Ultramar¹⁴⁸.

Posteriormente, o poder naval se resumia essencialmente na ligação Metrópole-colónias com uma pequena parcela para a defesa das feitorias costeiras já estabelecidas.

Mas, nesta altura, já existe a necessidade de uma civilização de locais considerados promissores em Angola, tendo como referência, a foz do Congo, pois se tratava da principal rota livre de circulação comercial, onde nenhuma potência exercia soberania, mas a ocupação por parte de Portugal custaria bastante ao Orçamento de Estado. Mas levaria a três pontos¹⁴⁹:

- Insuficiência financeira para suportar as civilizações não auto-sustentadas;
- Imposição da administração portuguesa no Congo, que significaria o fim do comércio livre, assim como, a liberdade de navegação nesta bacia;
- Inexistente poder naval para apoiar o projeto, tendo em conta que no ano de 1857, a Marinha não dispunha de capacidade operacional necessária para a atuação.

Para Sá da Bandeira, a presença portuguesa em África, concretamente em Angola, obrigava a operacionalização da Marinha, visto que as elites aprovaram o projeto de presença naval nas colónias com uma linha de vapores com frequência em África. Foi necessário empenhar a Armada porque não existia a presença dos privados e companhias de navegação a vapor.

Toda esta situação, obriga a Armada a empenhar um navio para Angola quatro vezes por ano, para transporte de pessoal e de carga¹⁵⁰, esta missão era quase impossível na altura porque a Armada não tinha navios para estas missões, facto que obrigou a apressada aquisição de três vapores a Inglaterra em 1852. Neste

¹⁴⁷Inicialmente chamado de “novo Brasil em África”

¹⁴⁸Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁴⁹Ibid., p. 95.

¹⁵⁰Portaria de 9 dezembro de 1851.

ano, o vapor *D. Luís* começou com viagens regulares para Angola com paragens em Cabo-Verde e São-Tomé, mas não cumprindo o número de missões anuais a realizar.

O comandante Canas defende que no primeiro quartel do século XIX, a tarefa da Armada seria a imposição administrativa portuguesa em África, que deveria se traduzir na defesa das colónias africanas pela presença naval e no combate do tráfico de escravos¹⁵¹.

2.2.1 O Programa Naval de Sá da Bandeira – Mendes Leal

Todo esse processo vai obrigar uma reestruturação da Armada, onde as naus em mau estado serão retiradas do efetivo, porque no período de 1851 a 1857, existiam apenas 22 escunas, que se traduzia em menos do que a metade do período anterior, pois, se tratava da preparação para o novo desafio de Portugal em África.

Para António Telo, a renovação operacional da Marinha se traduzia no programa naval de Sá da Bandeira-Mendes Leal que foi traduzida em duas fases:

- A primeira fase deste projeto se tratava do programa de Sá da Bandeira, no período de 1858–1859, com a obtenção de três corvetas, duas canhoneiras e uma embarcação à vela;
- A segunda fase se tratava do programa de Mendes Leal, entre 1862–1865, com a obtenção de quatro corvetas mistas.

Durante a renovação naval entre 1858 e 1865, houve um salto significativo em termos de meios navais, com uma transição nos 24 navios de 16000 t (toneladas) existentes para 26 navios de 24000 t, que se traduziu num aumento de 50% da tonelagem com a propulsão essencialmente a vapor¹⁵². Com o objetivo de capacidade de ligação com Angola, a monitorização do tráfico de escravos, a imposição de soberania nas colónias.

“É um corte com o passado, quando em termos de África se pensava quase exclusivamente no combate ao tráfico negreiro, que agora passa para segundo plano. O objectivo estratégico subjacente a estes programas é claramente a visão do «novo Brasil em África». A primeira prioridade é o Congo¹⁵³.”

Neste mesmo período, vai existir a Companhia União Mercantil de duração efémera que vai realizar carreiras entre Luanda e Lisboa¹⁵⁴.

¹⁵¹Canas, *Viagens e Operações Navais: 1824–1974*, p. 179.

¹⁵²Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁵³Ibid., p. 97.

¹⁵⁴Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco.

Telo afirma ainda que o programa de Mendes Leal era de tornar Portugal uma nação marítima, e estabelecendo uma análise nas pretensões tanto de Sá da Bandeira como de Mendes Leal, que se traduzia no seguinte¹⁵⁵:

- Para Sá da Bandeira, a Armada seria projetada a pensar nas missões a realizar em África, centrada em Angola, com forças de reservas em Portugal continental para os navios realizar missões em África e as restantes forças para ações de fiscalização costeira;
- Por outro lado, Mendes Leal considera que a Armada deveria estar empenhada na defesa do Porto de Lisboa, mas, também era a favor do empenhamento equitativo da Armada entre Angola e Moçambique.

Para Mendes Leal, a Armada teria um total de 33 navios, que custariam ao estado 6870 contos, tendo a seguinte distribuição¹⁵⁶:

- Uma fragata de vela destinada a representação e ensinamentos de guerra;
- Uma corveta de vela que seria atribuída a escola de manobra;
- Dez corvetas mistas que estariam empenhadas tanto em Portugal, assim como nas colónias;
- Duas canhoneiras couraçadas com aríete, que seriam destinadas a defesa do Porto de Lisboa;
- Quinze canhoneiras de menores dimensões destinadas fiscalizações costeiras;
- Dois navios mistos e dois de vela, para estabelecer ligação com Portugal além-mar.

Durante o Programa Naval de Sá da Bandeira – Mendes Leal, a Armada aumentou mais do que a metade era previsto para esse período, que se traduzia no seguinte¹⁵⁷:

- Sete corvetas mistas, empenhadas tanto em Portugal a escola de manobra, assim como nas colónias;
- Seis canhoneiras, para fiscalização costeira e para a defesa do Porto de Lisboa;
- Três navios mistos e 1 corveta de vela, para estabelecer ligação com Portugal além-mar.

¹⁵⁵Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*, p. 97.

¹⁵⁶Ibid., p. 98.

¹⁵⁷Ibid., p. 102.

Isso se traduz num total de 17 navios, que custaria 4.370 contos aos cofres do Estado. E estes meios serviram a Armada durante muitos anos, e segundo Telo, até 1870, não se chegou a executar por completo o Programa Naval proposto por Sá da Bandeira e Mendes Leal, permanecendo com esta esquadra até ao último quartel do século, ideias que antecipavam o tipo de meios que viria a constituir a Marinha naquela altura¹⁵⁸.

Segundo o que consta na lista dos navios de guerra e mercantes da Marinha Portuguesa presentes em Angola na última metade do século XIX se encontravam a navegar em Luanda os seguintes navios¹⁵⁹: a chalupa *Cuter* em Luanda, palhabote *Boa hora*, vapor de hélice *Fanny*, escuna *Firmeza*, palhabote *Flor de Landana*, vapor de hélice *Andrade*, palhabote *Bonito*, vapor de hélice *Cunga*, patacho *Emília de Lisboa*.

Geralmente, no transporte de tropas de Angola à metrópole após o período completo de comissão, era comum a morte de muitos tropas a bordo, como é o caso do regresso da fragata *D. Fernando* com praças expedicionárias do corpo de infantaria N^o1, onde o soldado André Fernandes que falece a bordo em janeiro de 1863, como nos mostra a guia de marcha¹⁶⁰.

A documentação avulsa do Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha nos mostra a organização funcional do Arsenal Naval da Ilha de Luanda¹⁶¹ em 30 de abril de 1858, que se encontra dividida em: Estado-Maior, Estado-Menor, Troço (auxilia no fabrico de novo pano), carpinteiros, calafates (construção de briques e escunas), serralheiros, funileiros (reparação da bomba de proa de bergantim), tanoeiros, horta e pedreiro, que contavam com até 116 pessoas desde o tenente diretor, praças, inclusive pessoal civil, pertenciam todos a Estação Naval de Angola. De referir que, no Arsenal Naval de Luanda os cabindas se encontram integrados nos serviços de embarcações.

“...como quer que os Muxiluandas¹⁶² entrassem a ser constrangidos a maiores ou aos mais continuados serviços dos que costumam fazer e prestar, já tripulando as embarcações reais, já servindo nas obras públicas,

¹⁵⁸Ibid.

¹⁵⁹«Capitania de Angola: Luanda».

¹⁶⁰Ibid.

¹⁶¹Esta unidade surge como “navio-depósito” da Estação Naval de Angola, que tinha os serviços de administração, saúde, comunicações e Estado-Maior.

¹⁶²Natural da ilha de Luanda; dominavam a navegação costeira entre Luanda e Cabinda e entre Luanda e Benguela, muito deles juntos aos cabindas, funcionavam como uma espécie de práticos costeiros, não vistos como escravos, mas sim como funcionários marítimos, que no governo de Inocêncio de Sousa Coutinho foram sugeridos para integrar as companhias de navegação para reduzir as despesas. (Roberto Guedes e Ariane Carvalho. *Muxiluandas: Memória política, escravidão perpétua, liberdade e parentesco [Luanda, século XVIII]*. Rio de Janeiro: Mauad, 2021).

já a alguns particulares, ou porque a paga que é de estilo receberem não excede 1.200 réis, e um xeque de farinha de mandioca por mês...¹⁶³.”

FIGURA 2.1: Oficiais no Arsenal Naval da Ilha de Luanda em 1906.



Fonte: *Revista Armada* N° 160 de janeiro de 1985, p. 09.

As corvetas mistas eram navios típicos para efetuar longas viagens, e também ideais para navegações costeiras em África e até 1860 foi necessário este tipo de navio para realizar a ocupação do Ambriz, feita pela corveta *Bartolomeu Dias*, mas estas tinham a desvantagem de não poder transportar cargas significativas, dificuldades em manobrar com ventos fortes e não dispunham de bom armamento.

Já as canhoneiras, serviram como navios de transporte de expedições, chefia das estações navais e navios de fiscalização fluvial do Império em África. E no último quartel do século vão constituir o navio perfeito da Armada na famosa “Corrida à África”, e a chegada dos navios à vapor, vai levar à uma forte dependência inglesa¹⁶⁴.

Nesta altura, a Armada se encontrava constituída por 16 navios à vela e nove à vapor, dos quais três eram corvetas, duas escunas e quatro vapores que eram insuficientes para responder as necessidades na metrópole e do ultramar¹⁶⁵.

O esforço feito pelas unidades que se encontravam a combater o tráfico de escravos na Costa Ocidental de África na primeira metade do século XX foi significativo para o aumento de navios na Armada, pois, foram apreendidos um número considerável de navios que serão úteis a Marinha¹⁶⁶.

¹⁶³Miguel Antônio de Melo apud Guedes e Carvalho, *Muxilundas: Memória política, escravidão perpétua, liberdade e parentesco [Luanda, século XVIII]*, p. 90.

¹⁶⁴Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁶⁵Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco.

¹⁶⁶Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

TABELA 2.2: Navios da Armada (1835 – 1875)

Anos	Naus	Frag.	Cor.	Brig.	Esc.	Trans.	Vap.	C.mi.	Can.	T. V.	Total
1835	0	6	9	8	5	6	2	0	0	0	36
1840	0	5	10	9	6	4	1	0	0	0	35
1845	1	6	7	12	9	5	4	0	0	0	44
1850	1	6	7	12	9	5	4	0	0	0	44
1855	1	2	5	9	6	5	6	0	0	0	34
1860	1	1	2	4	2	4	4	3	2	0	23
1865	1	1	3	1	1	3	3	7	6	0	26
1870	1	1	3	1	2	1	4	8	7	0	28
1875	0	1	0	0	0	1	5	10	7	2	26

Frag. = Fragatas; Corv. = Corvetas; Brig. = Brigues; Esc. = Escunas; Trans. = Transportes de vela; Vap. = vapores; C.mi = Corvetas mistas; Can. = Canhoneiras; T. V. = Transportes a vapor.

Fonte: Adaptado de (Telo, 1999).

2.2.2 O Programa Naval de Andrade Corvo

Com o início da “Corrida à África”, o ministro Andrade Corvo vai apresentar um programa Naval, com navios que serão aumentados nos períodos entre 1875 e 1879, constituído por¹⁶⁷: uma corveta couraçada de defesa da costa, duas corvetas, três canhoneiras e um navio de transporte a vapor.

Andrade Corvo considerou a canhoneira como unidade ideal para a patrulha das redes fluviais das possessões ultramarinas. O acesso desse tipo de navios no interior da província de Angola, vai fazer com que Portugal conheça explore melhor as principais rotas comerciais, por isso, a Marinha vai passar a agir diretamente nas trocas entre os nativos e os comerciantes, mas, isso necessitava de uma certa aproximação Inglesa para atrair capital estrangeiro para dar continuidade no projeto de ocupação e avançar na industrialização, que deveria ser significativo nas ações a realizar em Angola¹⁶⁸.

“...a própria evolução técnica implica que passa a haver duas marinhas: uma minoritária para as funções de defesa do continente; outra para o Império, que é de longe a mais importante a partir de 1875¹⁶⁹.”

Andrade Corvo vai implementar o conceito que vigorava no momento, que consistia na defesa em terra e por mar para um eventual ataque, que chamaram

¹⁶⁷Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco, p. 158.

¹⁶⁸Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁶⁹Neves Ferreira apud ibid., p. 149.

de “campo entrincheirado de Lisboa” que vai ser um projeto vai executados nos períodos entre 1875 e 1898 que vão se traduzir no seguinte¹⁷⁰:

- O forte de São Julião da Barra (quatro peças Krupp de 28 centímetros montados em barbete, quatro peças Krupp de 15 centímetros e três peças Krupp de 12 centímetros);
- O reduto do Duque de Bragança (cinco peças Krupp de 15 centímetros montados em barbete);
- A bateria da Ribeira da Lage (três peças Krupp de 15 centímetros montadas em barbete);
- O forte de Caxias (13 peças Krupp de 15 centímetros);
- O reduto do Alto do Duque (quatro peças de 15 centímetros);
- A bateria do Bom Sucesso (dois peças Krupp de 28 centímetros, quatro de 15 centímetros e dois 12 centímetros);
- A bateria da Raposeira (quatro peças de 15 centímetros);
- O forte de Almada (três peças de 15 centímetros);

Esse Programa Naval terá a defesa do continente como maior foco, deixando a Armada encarregue pela defesa do continente, por forma a servir de complemento das ações do Exército em terra, tornando a ocupação efetiva das possessões ultramarinas como objetivo secundário, que vai influenciar significativamente na criação de um Ministério da Marinha e outro das Colónias. Esta separação vai dar origem, mais concretamente em 1912, a Marinha das colónias, que vai estar na dependência do governador da província e mais tarde, dos alto-comissários.

A ideia deste Programa Naval era constituir uma esquadra idealizada de certa forma a cumprir as missões nas colónias, que seria constituída por corvetas mistas, tendo como complemento as canhoneiras. Essa esquadra seria projetada pensando na defesa do porto de Lisboa e na obtenção na capacidade de manobra dos navios e na evolução da artilharia em relação as outras potências europeias.

Quando concretizado, este programa vai apresentar uma abordagem diferente daquilo que era esperado porque os navios vão ter características isoladas. A introdução deste vai permitir a Armada um conjunto de novas tecnologias, que vão

¹⁷⁰Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

se traduzir em novas formações não só para o pessoal militar, mas também para técnicos civis¹⁷¹.

Eram necessárias duas corvetas ou canhoneiras ou duas lanchas à vapor, que serviriam de forças permanentes para a patrulha fluvial e das feitorias comerciais no litoral, por isso, em 1882, destacamos a canhoneira *Júlio de Vilhena* do primeiro-tenente Fonseca Vaz e a sua guarnição de 21 elementos, que foi empenhada na Estação civilizadora do Zaire, tendo praticado os portos de Funchal, Las Palmas nas Canárias, São Vicente e Praia em Cabo Verde, Ana Chaves em São Tomé¹⁷².

A corveta couraçada *Vasco da Gama* de 10.000 toneladas, construída pela Inglesa Thames Iron Works, será o primeiro navio deste programa que vai ser aumentado ao efetivo da Armada e vai contribuir significativamente nas mudanças que se esperava na Marinha. Esse navio foi projetado para a defesa do porto de Lisboa, e apresenta um armamento bastante evoluído¹⁷³, que vai ser uma vantagem na missão a que se destinava este navio. As suas características não lhe permitiam realizar cruzeiros nas estações navais em África.

Além da corveta couraçada *Vasco da Gama* vão chegar da Inglaterra os navios, as corvetas mistas *Mindelo* e *Rainha de Portugal*, as canhoneiras *Rio Lima*, *Rio Tâmega* e *Rio Sado*, e também o paquete *África*, que vão constituir os navios definidos para este Programa Naval. E no período entre 1877 e 1879, serão aumentadas ao efetivo da Armada, cinco canhoneiras, dois vapores e outro transporte a vapor¹⁷⁴.

“Estes sete navios representam a chegada a Portugal da construção em ferro, dos couraçados, da peças estriadas de carregar pela culatra, das metralhadoras e a consagração de técnicas já usadas, mas que passam a ser dominantes na Armada, como a propulsão por hélice e as máquinas de dupla expansão¹⁷⁵.”

O Programa Naval de Andrade Corvo é marcada pela forte ligação com a Inglaterra, que vai refletir na inovação na Armada tanto em propulsão, assim como na uniformização do sistema de armamento na Marinha, com a introdução dos torpedos *Whitehead*, que vão contribuir significativamente na defesa de Lisboa, que constituía um dos objetivos deste Programa Naval.

Nesta altura, o ministro da Marinha e Ultramar, Júlio Vilhena, pretendia reduzir algumas viagens, sobretudo, à Metrópole para a realização de pequenas

¹⁷¹Ibid.

¹⁷²Madureira, Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco.

¹⁷³Será o único navio na Armada com peças Krupp.

¹⁷⁴Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824-1974*.

¹⁷⁵Ibid., pp. 157-158.

reparações e manutenções, que deveriam ser feitas nas Estações Navais, por isso, vão ser instaladas docas flutuantes em Luanda e em Lourenço Marques, ideia fortemente apoiada pelos políticos.

Mais tarde, como complemento do cumprimento das necessidades que existia no transporte de pessoal e material entre a costa ocidental de África e a Metrópole, em 1881, surge associada ao Estado, a Empresa Nacional de Navegação (ENN), com o objetivo de realizar as doze viagens que eram necessárias durante o Programa Naval de Sá da Bandeira – Mendes Leal¹⁷⁶.

No ano de 1882, é possível perceber uma Marinha próxima daquela que era necessária afirmar Portugal na costa ocidental de África, levando no ano a seguir a extinção das Estações Navais, e a criação das chamadas Divisões Navais, (Ocidental e América do Sul, e a da África Oriental e Mar Índia), que vai se traduzir numa presença em grande escala por parte da Armada¹⁷⁷.

Em 6 de janeiro de 1884, é operacionalizada a Divisão Naval da África Ocidental, que vai ser comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Nascimento Sampaio, que vai contar com o seguinte¹⁷⁸: duas corvetas mistas, seis canhoneiras, um vapor, 91 oficiais, 97 sargentos e 767 praças.

2.2.3 O Programa Naval de Jacinto Cândido da Silva

Este programa Naval (1897–1900) vai surgir pelo decreto lei de 21 de março de 1896, que vai ser financiados com 2.800 contos, e tinha o objetivo de renovação e modernização da Armada, visto que, muitos navios adquiridos anteriormente já se encontravam obsoletos.

O Professor António Telo menciona que, quando se implementava algumas novas técnicas em Portugal, as suas concorrentes em África já se encontravam num outro nível na indústria¹⁷⁹.

Por exemplo, os navios do Programa Naval de Andrade Corvo enfrentavam a grande dificuldade em termos de manutenção, enquanto que, os navios de madeira em missão em Angola ou Moçambique poderiam ser reparados localmente, já as manutenções dos navios metálicos só poderiam ser feitas nos estaleiros estrangeiros, como no Cabo (navios em missão em Angola e Moçambique), Bombaim (navios na

¹⁷⁶Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização*(1883-1918).

¹⁷⁷Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁷⁸Ibid., p. 164.

¹⁷⁹Ibid.

Índia) e Hong-Kong (navios em Timor e Macau), que significariam gastos elevados e menos período de missão¹⁸⁰.

As metralhadoras *Nordenfelt* presentes na canhoneira *Sado*, tinham a particularidade de poder ser usada também em terra pelas tropas de Marinha no período da ocupação efetiva. No fim do século XIX, as lanchas-canhoneiras vão ter maior presença nos rios e lagos de Angola e Moçambique, no apoio das forças expedicionárias durante as campanhas de pacificação.

No ano de 1887, surge a ideia de criar um serviço hidrográfico, e um aumento da defesa de Lisboa, porque após a conferência de Berlim, a Armada reforçou-se significativamente no distrito do Congo. Mas, após o Ultimato Inglês, Ministro João Arroio vê a necessidade de alterar o seu Programa Naval que vai se traduzir na defesa dos portos continentais com unidades combatentes e substituir as corvetas-mistas por couraçados e cruzadores, mas, devido a ausência de fundos externos, leva a criação da subscrição Nacional para a aquisição de navios em Portugal na Parry And Son do Ginjal¹⁸¹.

Depois de 1893, acontece a primeira subida do Orçamento Geral do Estado, após o Ultimato de 1890, que vai permitir a aquisição de unidade necessárias à ocupação em África, apesar de se considerar um certo congelamento nestas operações no intervalo entre 1890 e 1895, retomando intensamente nas campanhas de pacificação no sul de Angola com o envio das forças expedicionárias embarcadas nos navios da Armada.

Após o ultimato Inglês, Hugo Lacerda analisava a função da Marinha e o seu contributo militar para Portugal na defesa do porto de Lisboa, e também das colónias, e estabelece uma comparação com outras potências, como a Holanda, Suécia e Espanha, em termos de unidades navais que considerava essenciais para o cumprimento das missões que eram emergentes na época¹⁸².

“Uma Marinha que, bastariam um bom couraçado e uma meia dúzia de torpedeiros para a destroçar, estando ela toda reunida, é digna de dó¹⁸³.”

Da famosa subscrição nacional¹⁸⁴ resultaram os navios: o cruzador *Adamastor*, uma canhoneira *Pátria*, *Chaimite*, e as lanchas canhoneiras *Diogo Cão* e *Pero*

¹⁸⁰Ibid.

¹⁸¹Ibid.

¹⁸²Rodrigues Pereira. *Grandes Batalhas Navais Portuguesas: Os Combates Que Marcaram a História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

¹⁸³Almirante Hugo Lacerda apud ibid., p. 32.

¹⁸⁴Ideia criada pelos veneráveis aspirantes da Escola Naval. (Maurício de Oliveira. *Os Navios do Ultimato*. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1946).

de Anaia que acabaram por consolidar o Poder Naval Nacional¹⁸⁵.

No programa Naval do ministro Jacinto Cândido da Silva, os cruzadores serão os principais navios da Armada, e vão ser todos de características náuticas diferentes, e vão resultar os seguintes cruzadores: *D. Carlos*, *S. Gabriel*, *S. Rafael*, *Rainha D. Amélia*.

TABELA 2.3: Navios da Armada (1875 – 1898)

Anos	Frag.	Trans.	Cruz.	C.m	Can.	L.c	Tor.	T. V.	Vap.	Aux.	Total
1875	1	1	0	10	7	0	0	2	5	0	26
1880	0	1	1	8	11	0	0	2	3	0	26
1885	0	2	1	8	16	0	1	2	5	0	35
1890	0	2	1	8	23	8	4	2	4	0	52
1895	0	2	1	8	22	21	4	3	8	1	70
1898	0	2	2	6	22	18	4	3	6	2	65

Frag. = Fragatas; Trans. = Transporte de vela; Cruz. = Cruzadores; C.m = Corvetas mistas; Can. = Canhoneiras; L.c = Lanchas canhoneiras; Tor. = Torpedeiros; T. V. = Transporte a vapor; Vap. = Vapores; Aux. = Navios auxiliares.

Fonte: Adaptado de (Telo, 1999).

O Professor António Telo defende que a Armada enfrentava dificuldade em aproveitar as qualidades náuticas dos navios acima mencionados, naquilo que eram os objetivos estabelecidos para qual eram destinados. O pensamento estratégico desta altura deixava uma ideia vaga das missões da Marinha neste período. No início do século XX, a Marinha vai estar ativamente em África, em Angola e Moçambique, principalmente, nas campanhas de pacificação, com o objetivo de cumprir o estabelecido pela conferência de Berlim¹⁸⁶.

O início do século XX vai trazer uma Marinha mais ativa na política do que nas missões nas colónias, com os republicanos a mobilizarem uma forte influência na Marinha, destacando o almirante Cândido dos Reis. A obter com a Marinha, o controlo de Lisboa, com o Quartel de Marinheiros e o Arsenal. Um número significativo de oficiais serão afastados com a República¹⁸⁷.

Não há um Programa Naval desde o de Jacinto Cândido da Silva, portanto, em 1912, Pereira da Silva propõe um Programa Naval, como mostra o anexo I.8, com a seguinte disposição¹⁸⁸:

- Três couraçados de 2.000 toneladas;

¹⁸⁵Pereira, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas: Os Combates Que Marcaram a História de Portugal*.

¹⁸⁶Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*.

¹⁸⁷Ibid., p. 215.

¹⁸⁸Ibid., p. 234.

- Três cruzadores ligeiros ou avisos;
- Doze contratorpedeiros;
- Seis submarinos;
- Dois torpedeiros e navios auxiliares;
- Dois torpedeiros;
- Um navio de transporte a vapor.

Este programa não se operacionaliza, e fica conhecido como Programa Naval do papel, porque exigia elevado investimento estrangeiro, que seria custeado pela Inglaterra que não conseguia fornecer divisas na altura, que vai revisto em 1916.¹⁸⁹

A entrada do submersível *Espadarte* em 1910 vai alterar as táticas Navais com a navegação em coluna dupla. Em 1913, a Armada espanhola face ao investimento Inglês, cresce significativa com navios combatentes semelhantes ao atual poder naval europeu, paralelamente, as grandes potências sul-americanas, Brasil, Argentina e Chile, também modernizam as suas unidades, sobretudo, a Marinha do Brasil, que possuía melhores unidades em relação a Portugal, que neste período, enfrenta grandes problemas internos, mais concretamente, nas fabricações no Arsenal de Marinha e na Cordoaria¹⁹⁰.

TABELA 2.4: Navios da Armada (1898 – 1918)

Anos	Cruz.	C.m.	C-torp.	Torp.	Sub.	Can.	L.c.	T. V.	Vap.	Av.	Aux.	Total
1898	2	6	-	4	-	22	18	5	6	-	2	65
1900	8	5	-	4	-	19	16	5	6	-	2	63
1905	6	4	-	4	-	20	16	6	4	-	2	62
1910	6	2	-	4	-	15	7	2	4	-	2	42
1915	4	-	4	2	1	10	3	1	2	1	2	34
1918	4	-	3	2	4	15	3	1	2	1	2	37

Cruz. = Cruzadores; C.m. = Corvetas mistas; C-torp. = Contra-torpedeiros; Torp. = Torpedeiros; Sub. = Submarinos; Can. = Canhoneiras; L.c. = Lanchas canhoneiras; T. V. = Transporte a vapor; Vap. = vapores; Av. = Aviso; Aux. = Navios auxiliares.

Fonte: Adaptado de (Telo, 1999).

Embora, o processo N^o 16 do ofício 143 de 24 dezembro 1896, solicita o enquadramento dos cabindas inicialmente como remadores de navios de guerra da Estação Naval de Angola, mais tarde, como cozinheiros, criados e pessoal de fogo

¹⁸⁹Ibid.

¹⁹⁰Ibid.

para suprir a falta de pessoal, e também a resistência que este pessoal tem a temperatura local. Mais tarde, vão ser apresentadas as propostas para os alistar, nomeadamente¹⁹¹:

- A criação de um corpo de marinheiros auxiliares no distrito do Congo, que teria a sua sede em Cabinda;
- O corpo de marinheiros auxiliares teriam as seguintes classes: fogueiros, chegadores, cozinheiros, criados e remadores;
- O pessoal do corpo de marinheiros auxiliares seria remunerados de acordo as suas funções;
- As praças do corpo de marinheiros auxiliares devem obrigatoriamente trabalhar durante um ano;
- Normalmente os chegadores auxiliares habilitados a promoção a fogueiro auxiliar são obrigadas a servir a Estação Naval por mais um ano.

¹⁹¹ «Estação Naval de Angola: Luanda».

Capítulo 3

Campanhas de Ocupação e Pacificação em Angola

As campanhas de pacificação aconteceram em três grandes períodos, e menciona o historiador francês Pélissier, houve maior mobilização militar em Angola¹⁹²:

- O período correspondente de 1895–1898;
- O período que antecede a República, 1906–1908;
- O período correspondente a grande guerra, 1914–1917.

“Ao contrário do que aconteceu em Moçambique, não houve em Angola uma campanha militar que se concluísse por uma decisiva e retumbante vitória das armas portuguesas – nem sequer duas ou três, sobrelevando-se acima de uma massa de meros incidentes ou escaramuças locais¹⁹³.”

Durante o período de ocupação, principalmente no sul de Angola, os nativos dispunham de um “sistema de recolha de informação”, que normalmente, se localizavam próximo dos postos militares das autoridades coloniais, com o objetivo de serem enquadrados como carregadores, e a seguir passavam as informações recolhidas aos mensageiros¹⁹⁴.

3.1 Campanha do Bailundo

Esta campanha ocorreu entre 1902 e 1904, na região do planalto central e ficou marcada pela revolta que impedia a ocupação e pacificação iniciada pelos portugueses, por forma a facilitar as suas trocas comerciais com as elites europeias.

¹⁹²Pélissier, *História das Campanhas de Angola*.

¹⁹³Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização(1883-1918)*, p. 115.

¹⁹⁴Regalado, *Cuamato–1907: Os Bravos de Muilo no Sul de Angola*.

Esta campanha tem como objetivo o castigo do “gentio” revoltado, foi motivada pela interrupção das comunicações entre o Bié e Benguela, roubos e queimas de propriedades de nativos e de colonos, que em muitos casos eram assassinados¹⁹⁵. Em 1902, os postos e fortalezas militares portuguesas na região, se encontravam com pouca guarnição, e os nativos decidiram ir contra à administração portuguesa que ali encontrava. A metrópole vai enviar uma coluna militar que vai ser embarcada no transporte de guerra *África* e no vapor *Zaire* da Empresa Nacional de Navegação, e terá a seguinte organização¹⁹⁶:

- 500 praças Portuguesas;
- 1.500 praças de origem africana;
- 120 solípedes;
- Sete bocas de fogo.

Relação dos oficiais que participaram na expedição é a seguinte¹⁹⁷:

• **Armada:**

- Primeiro-tenente Alberto Coriolano Ferreira da Costa (Campanha de Namarraes e Gaza, Moçambique).

Serviço do Estado-Maior:

- Capitão de Infantaria João Ortigão Peres¹⁹⁸;
- Tenente de Infantaria João de Almeida.

Infantaria:

- Capitães: Diogo de M. e Silva (Campanha de Oio, Guiné), António M. Baptista (Campanha de 1905), Jeronymo Rollo (Operações contra os Namarraes, Moçambique), C. Ribeiro Vianna (Serviço em Moçambique).
- Tenentes: J. Vianna e Andrade (Campanha de Namarraes e Barué, Moçambique), B. Zozimo de Castro (Serviço em Moçambique e Angola), Evaristo G. Rocha (Serviço em Moçambique).

¹⁹⁵António Júlio Belo de Almeida. *Operações Militares de 1904 na Região do Bimbe (Bailundo)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1944.

¹⁹⁶«Campanha do Bailundo». Arquivo Histórico Militar Cx. 08, 2ª Divisão, Número 1. 1902.

¹⁹⁷Ibid.

¹⁹⁸Chefe do Estado Maior.

- Alferes: Marcellino Affonso (Campanha de Bié), Salustiano Correia (Campanha de Namarraes e Mataka, Moçambique), Lopo do Carmo, Sepúlveda Rodrigues, Cezario de Almeida Vianna, Antonio Leite Magalhães e Fernando Braga Barreiros.

Cavalaria:

- Capitães: I. Cabral Pessoa (Serviço em Macau), J. Costa Mealha (Operações contra os Namarraes, Moçambique), J. Ferreira Passos (Campanha de Barué, Moçambique).
- Tenentes: Francisco de Resende¹⁹⁹, J. P. Martins de Lima (Campanha de Barué, Moçambique), Luiz de Oliveira Miranda, M. P. Ferreira Marques (Operações no Congo).
- Alferes: Carlos A. de Oliveira Miranda (Campanha do Humbe), Germano Moreira, Namorado de Aguiar, A. Vellez (Serviço em Moçambique), A. J. Faria, Raul da Costa (Campanha de 1895; Namarraes e Barué, Moçambique).

Artilharia:

- Capitães: Pedro Francisco Massano de Amorim²⁰⁰ (Campanha de Maganja e Bailundo), José Correia de Mendonça²⁰¹ (Campanha de Bailundo e Selles), J. L. Carrilo (Campanha do Barué, Moçambique), J. Brandão de Mello (Serviço em Moçambique).
- Alferes: Álvaro Mendes Abobora²⁰², C. F. Pinto Bastos, Justiniano Esteves.

Engenharia:

- Tenentes: Raul Esteves e P. Magalhães Garrido.

Serviço de Saúde:

- Médico de 1^a classe Joaquim António de Oliveira²⁰³;
- Médico Naval de 1^a Classe J. Pereira do Nascimento (Campanha do Humbe em 1891);
- Capitão-médico Eduardo Pimenta (Serviço em Moçambique);

¹⁹⁹ Ajudante.

²⁰⁰ Comandante.

²⁰¹ 2^o comandante e comandante das tropas de artilharia. Os seus subordinados desejam o acompanhar nas restantes etapas do seu percurso colonial.

²⁰² Comandante do comboio.

²⁰³ Chefe do serviço de saúde.

- Tenente-médico J. Suzano;
- Capitão Farmacêutico (Reserva) J. de Amaral Laranjeira;
- Tenente Farmacêutico do ultramar A. Adelino.

Corpo de Administração Militar:

- Capitão P. Macedo Coelho;
- Tenentes: Manoel Gomes Rebelo²⁰⁴, C. J. Amorim (Serviço em Moçambique);
- Alferes J. Conceição Oliveira (Serviço em Angola e Moçambique).

Secretariado Militar:

- Alferes António Júlio Belo de Almeida (Campanha dos Bondos, Angola).

Por consequência das características do terreno, a Cavalaria será usada somente para patrulhas, devido a imensa vegetação. Durante esta campanha, foi possível observar a falta de liderança, a não existência de pontos de reabastecimentos necessários e a qualidade dos soldados em missão, as vias de comunicações quase abandonadas, sem estradas, que vão limitar o transporte por vários elementos carregadores, por isso, nesta campanha, não avançaram as tropas de Luanda, Ambaca, Pungo Andongo, Massangano e Golungo alto²⁰⁵.

Segundo Marcelo Bittencourt, Portugal deu início as campanhas de pacificação em 1902, que acabou por diminuir as batalhas naquela região, mas isso, foi algo temporário, e em 1904, por influência dos focos de resistências na região, os nativos mobilizaram aproximadamente 10.000 homens para impedir estas campanhas de pacificação. De relemburar que, até os meados do século XIX, a Europa não tinha de condições suficientes para uma guerra de grande dimensão com os africanos, visto que, algumas destas comunidades já tinham estruturas bem definidas e muitos já usavam armamento europeu, fazendo com que não houvesse ocupação efetiva em certas regiões²⁰⁶.

Entretanto, o pesquisador Joseph Ki-Zerbo analisou esta batalha na sua representação comercial e as suas consequências no ponto de vista social, política e não como um conjunto de conflitos entre africanos e europeus, colonos e nativos, civilizados e selvagens²⁰⁷.

²⁰⁴Chefe dos serviços administrativos.

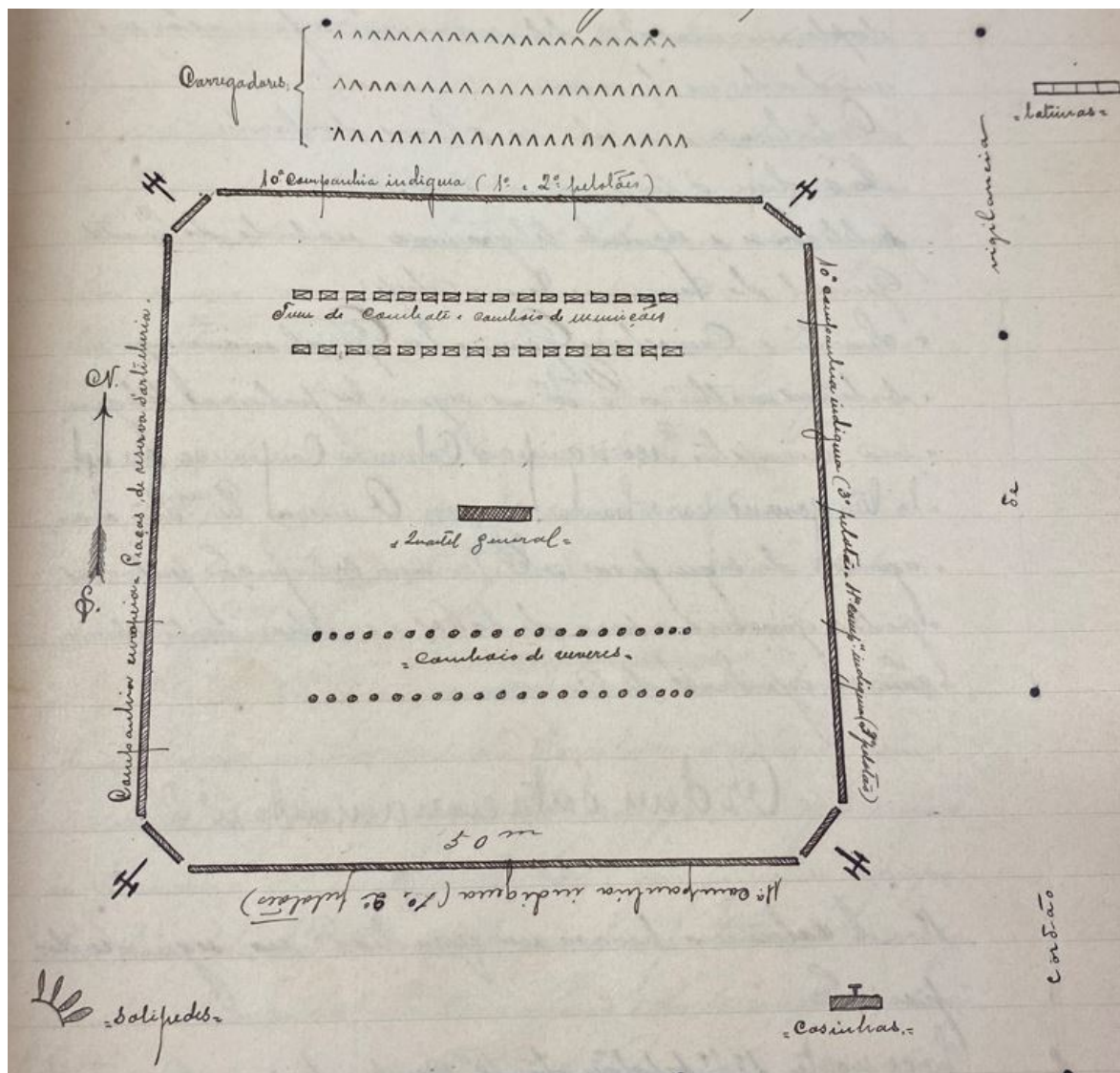
²⁰⁵Villas, *História Colonial*.

²⁰⁶Marcelo Bittencourt. *Partilha, Resistência e Colonialismo: Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM/CCBB, 2003, p. 70.

²⁰⁷Joseph Ki-Zerbo. «Introdução Geral». Em: *Histoire Générale de L'Afrique*. Paris: UNESCO, 1980.

3.1. Campanha do Bailundo

FIGURA 3.1: Disposição das forças em estacionamento.



Fonte: Arquivo Histórico Militar/Caixa 8/Número 3.

Depois da análise de estudos feitos por vários autores, se chegou a conclusão que não se pode ver um único antecedente em separado que levou a revolta do povo do Bailundo. Por outro lado, o relatório do governador-geral Cabral de Moncada, mostra que, alguns líderes do planalto central foram perdendo o seu poder soberano devido ao aumento de comerciantes e do investimento militar português na região durante o conflito. Para garantir a afirmação da soberania portuguesa no planalto de Benguela, Bié e Bailundo, houve um grande sacrifício acompanhado de um elevado heroísmo por parte dos soldados que serviram nestas campanhas.

“Que o bom êxito das Operações do Bailundo, realizadas em 1902 tivera como consequência o ressurgimento em extremo animador do comércio

de Benguela, ressurgimento que se manifestava exuberantemente pelo grande aumento de rendimento das alfândegas e que muito convinha animar, para se levar de vencida a grande crise que até então afligia à Província²⁰⁸.”

3.2 Ocupação Militar no Sul de Angola

“O sul de Angola foi, no século XIX, o território das mais importantes e duras emprêsas da colónia. Foi lá que se escreveram as melhores páginas da História da ocupação desta época²⁰⁹.”

Depois de várias tentativas de ocupação efetiva Portuguesa no sul de Angola, foi no Humbe onde se deu os primeiros passos do exercício da soberania portuguesa, como mostra Correia na sua obra *Ocupação do Sul de Angola*²¹⁰.

3.2.1 Campanha do Humbe

Esta população habitava na margem direita do rio Cunene, no acesso ao distrito da Huíla ao longo do Caculovar na direção do Ovampo (Evale, Cuanhama, Cuamato, Unda, Hinga, etc.)²¹¹.

Quando Portugal iniciou a ocupação das região do sul de Angola, passou a ter uma maior exigência, não só de recursos humanos, mas também material, concretamente nas campanhas do Humbe, Cuamato e do Cuanhama.

Após a revolta do soba Caculo Cahenda nos Dembos no ano de 1872, o povo do Humbe começou a ter aspirações a liberdade, por isso, em 1882, vão aproveitar a redução da guarnição da fortaleza ali edificada, e se revoltar contra o sistema colonial.

“Antes do massacre, o soba Chauango, cuja embala ficava a cerca de dez quilómetros da fortaleza, para os lados do rio Cunene e na margem esquerda do rio Caculovar, tinha mostrado atitudes menos respeitosas para com a autoridade, esboçando-se um princípio de revolta entre o seu povo, a qual ia alastrando pela região. . . ²¹²”

²⁰⁸Major Eduardo Costa apud Almeida, *Operações Militares de 1904 na Região do Bimbe (Bailundo)*, p. 6.

²⁰⁹Henrique Galvão apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 27.

²¹⁰Correia, *Ocupação do Sul de Angola*.

²¹¹Rebello, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

²¹²Villas, *História Colonial*, p. 85.

A tentativa de reocupação do Humbe foi em 1885, após o Tenente Clemente Andrade ter reconquistado a embala e afugentado o respetivo soba, mais tarde, após o alívio das medidas de segurança, o soba realiza uma emboscada, e houve massacre²¹³, nomeadamente, o Tenente Clemente Andrade, as suas praças e os respetivos auxiliares. Para o coronel Ribeiro Villas, esta ação está ligada a autoridade que o governo de Angola deu ao concelho do Humbe, pela atribuição de autonomia em certas decisões locais.

“...sem direito a renumeração alguma, apenas com a gratificação de dez mil reis mensais para expediente e com a obrigação apenas de construir uma fortaleza sem dispêndio para a Fazenda Nacional ...²¹⁴”

Mais tarde, é enviada uma coluna de punição que parte no planalto, liderada pelo capitão de 2^a Linha Pedro Augusto Chaves, que efetuaram razias no forte tomado pelo soba do Humbe, e a seguir o “gentio” é submetido a administração portuguesa.

Após cinco anos de subordinação à administração portuguesa, em 1891, o povo do Humbe volta a se revoltar contra os portugueses, deste modo, o chefe do concelho do Humbe, capitão Joaquim Maria Luna de carvalho, vai nomear alguns elementos da guarnição da fortaleza do Humbe para proteger a embala do soba do Humbe, que mais tarde vão ser massacrados pelo povo do Humbe²¹⁵.

A coluna de socorro à fortaleza do Humbe será comandada pelo major do exército colonial Lourenço Justiniano Padrel, que vai chegar a Dongoena em perseguição dos revoltos e mais tarde, vai avançar ao Cuamato, que terá a mesma finalidade que a última realizada por Artur do Paiva.

A coluna do major Lourenço Padrel destinada ao Cuamato tinha 660 homens e contava com a seguinte distribuição²¹⁶: 60 praças nativas de caçadores, *boers* e colonos brancos do planalto, 480 auxiliares nativos.

O médico naval sub-chefe Dr. José Pereira do Nascimento em *Da Huíla às terras do Humbe*, relata a campanha dos cuamatos com passagens no Humbe em 1891, das quais fez muitas revelações que irão ser mencionadas com o desbravar do texto.

Nesta altura, é notável a crise de identidade política existente no reinado de D. Carlos I, que vai juntar a crise económica e financeira, no entanto, em 11 de

²¹³No início do século XX, foram mutilados muitos portugueses à machada e abandonado para servirem de alimentos aos animais ferozes durante as lutas contra os nativos no sul de Angola. (Rebello, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*).

²¹⁴Portaria da campanha do Humbe apud Villas, *História Colonial*, p. 85.

²¹⁵Rebello, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

²¹⁶António Júlio Belo de Almeida. *Campanha do Humbe em 1897–1898*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1936.

junho de 1891, as cortes vão celebrar o *Tratado Luso-Britânico*, onde a Inglaterra vai ceder a Portugal os direitos do domínio Territorial na região acima das capacidades da Administração Portuguesa de os ocupar²¹⁷.

Depois de terminada a campanha do Humbe no ano de 1892, a coluna do major do exército colonial Lourenço Justiniano Padrel embarcou na canhoneira *Limpopo* e no vapor *São Tomé* em abril de 1893, além disso, vai receber mais 4.600 auxiliares cuanhamas, e iniciar uma nova expedição ao Cuamato-Grande do soba Sakutia, local onde as tropas portuguesas serão surpreendidas por fogo inimigo, acontecimento que levará o major a retirar a sua força²¹⁸.

No ano de 1895, Artur de Paiva vai comandar a expedição de ocupação do território situado entre o Cunene e o Cubango, com o objetivo de estabelecimento de fortes, nomeadamente, no Dongo, Cassinga e Princesa Amélia²¹⁹.

“Com a missão de reforçar essa expedição, em 20 de fevereiro saiu da Huíla o tenente do exército colonial Artur de Paiva, com uma fôrça de 40 soldados indígenas, 4 cavalos, e alguns auxiliares *boers*. Os rigores da estação, estropiando por completo graduados e praças, não permitem que a expedição realizasse os seus intentos, só no ano seguinte conseguidos por outra expedição, agora sob o comando de Artur de Paiva, que saiu da Huíla em 24 de abril e regressou à Humpata em 18 de outubro deste ano, depois da montagem de um pôsto militar fortificado na margem esquerda do rio Cubango, a que deu o nome de *Forte Princesa Amélia* e outro no Dongo, perto da embala de Qiteculo, a que deu o nome de *Forte Maria Pia*²²⁰.”

Paralelamente, a epidemia bovina sul africana chegou a Damaralândia e mais tarde se expandiu ao Ovampo em 1897 e também dizimava várias espécies naquela região, o governador do distrito de Moçâmedes, primeiro-tenente da Armada Francisco Diogo de Sá iniciou as primeiras diligências para impedir a propagação da peste nos outros distritos da província de Angola.

Inicialmente, foi isolada a região da outra margem do rio Cunene e depois a vacinação bovina por parte dos médicos que a província de Angola tinha, como era necessário um pessoal adicional, em outubro de 1897, a companhia de dragões de Moçâmedes subordinadas do capitão Eugénio da Silva seguidos pelo tenente conde

²¹⁷Luís Artur Teixeira. *Diário da Campanha do Cuanhama*. Porto: s.n., 1959.

²¹⁸António Júlio Belo de Almeida. *Operações Militares da Sanga, do concelho de Novo Redondo em 1893*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1942.

²¹⁹Dias, *Ocupação de Angola: Exploração, Conquista e Povoamento*.

²²⁰Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, pp. 20-21.

de Almoester João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, alferes Augusto de Oliveira e o alferes Augusto da Silva Guardado.

Mas, nem isso conseguiu evitar a propagação do vírus, e muitas das populações locais ignoravam todo processo de vacinação, atrapalhando todo planeamento feito inicialmente pelo governador do distrito de Moçâmedes. Naquele período, os dragões partem de Cafu à Pocolo para analisar como se encontrava a situação sanitária bovina.

Após efetuada a vacinação em todas as regiões assoladas pela peste, estava prevista a retirada da força, mas, houve uma divergência de ideias entre o comandante dos dragões, o chefe do conselho e o Dr. Roque²²¹. Entretanto, devido o material que a coluna possuía, houve necessidade de realizar a retirada em separado, ficando por último, o pelotão a que se encontravam o comandante da coluna e os doentes, que foram forçados a usar alguns atalhos.

“Com os pelotões que marcharam sob o meu comando, sucedeu um facto idêntico ao que originou a catástrofe do dia 12, quando chegávamos ao Chipelongo, na manhã do dia 9. Três praças dirigiram-se para uma libata, a-fim de obterem mantimentos, e fôram recebidas a tiro. Tendo conhecimento do facto, ordenei ao sargento que o presenciara, fizesse uma parte por escrito, e ao alferes Guardado que sindicasse, tendo sido impossível apurar se houve culpabilidade dos soldados²²².”

A tropa foi retirada para a região mais próxima, que era Jamba-Camofati. Mais tarde, durante a retirada, o tenente Conde de Almoester perdeu as suas lunetas, ficando com sérias dificuldades de ver em condições, um dos motivos que lhe afastou do comando da força. E durante a retirada da força, o gentio, como menciona o alferes Silva Guardado, aproveitava o menor número que a coluna possuía, e vê assim o momento para iniciar a carnificina, disparava para atingir a força, tendo mais tarde a disparar contra o comandante, e mais tarde atingindo também os membros do sargento, deixando-os assim, alguns ferido e outros mortos²²³.

Mesmo após o sucedido que levou o conhecido “Desastre do Conde de Almoester” em 1897, Artur de Paiva achava que ainda não era altura de Portugal exercer uma ocupação efetiva no Humbe, atendendo ao clima de guerra que se encontrava a região, mencionando que qualquer tentativa de ocupação efetiva afetaria significativamente as relações comerciais.

²²¹A. A. da Silva Guardado. *O Massacre dos Dragões do Conde de Almoester*. Lisboa: Cosmos, 1939.

²²²Conde de Almoester apud *ibid.*, p. 25.

²²³*Ibid.*

Em 1897, por consequência da retirada do esquadrão de dragões no Humbe, os nativos daquela região vão realizar constantes incursões, até que vai se dar o massacre dos pelotões e o próprio Conde de Almoester. No entanto, na tentativa de se estabelecer no interior, o major Veríssimo Sarmento, realiza uma expedição aos Bondos, e sai de Malange para a margem Sul do rio Kwanza, campanha com destaque para o sargento-ajudante António Júlio Belo de Almeida.

“O gentio revoltara-se por se terem tomado certas medidas tendentes a evitar a propagação da peste bovina. A exaltação nasceu ao saberem que parte dos rebeldes tinham dizimado um pelotão de dragões, comandadas pelo Conde de Almoester, como represália por 2 soldados dêste pelotão terem imprudentemente morto a tiro um preta, quando iam procurar água. As praças tinham apenas 50 cartuchos cada uma. Rapidamente se esgotaram. Almoester carregou então à arma branca. Ferido nas pernas esgotou no chão as balas do seu revolver, morrendo como digno descendente que era, marechal Saldanha²²⁴.”

Após se destacar na ocupação da Cassinga em 1885, na expedição do Cubango em 1886, e em 1891 no Humbe, em 1897, Artur de Paiva vai comandar uma coluna para vingar o massacre dos dragões do Conde de Almoester e o seu pelotão que terá a seguinte composição²²⁵: 24 oficiais, 28 sargentos e artífices, 518 cabos e soldados, 398 auxiliares europeus e nativos (experientes), 873 auxiliares e carregadores, 100 solípedes, cinco bocas de fogo e 54 carros *boers*.

E no ano a seguir, é restabelecida a paz no Humbe, graças ao esforço desta coluna liderada por Artur de Paiva, que falece dois anos após, durante a viagem de regresso à Metrópole.

O Decreto de 14 de novembro de 1901 do ministro da Marinha Teixeira de Sousa apresenta a distribuição das Unidades das guarnições da província de Angola, repartindo as forças como se pode ver no anexo ???. Com postos militares distribuídos pelos distritos do Congo, Luanda, Lunda, Benguela e Huíla.

3.2.2 1ª Campanha ao Cuamato

Os cuamatos habitam na zona situada na margem esquerda do rio Cunene, tendo como referência o Humbe. No início do século, os europeus ficaram impedidos de efetuar expedições naqueles territórios, eram caracterizados por realizar razias nas regiões mais a norte, alterando todo projeto de ocupação portuguesa em Angola,

²²⁴Artur de Paiva apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 24.

²²⁵Ibid.

motivo que levou o governo na Metrópole a ordenar a rápida pacificação da região para cumprir o estabelecido na Conferencia de Berlim²²⁶.

De referir que, antes da fundação do distrito da Huíla, em 1901, este, se encontrava inserido no distrito de Moçâmedes, em consequência do sucesso das campanhas realizadas anteriormente, com sede na *Vila Sá da Bandeira*. Um ano mais tarde, os cuamatos invadem o Humbe, aproveitando a reduzida guarnição que o capitão Artur Morais tinha na altura²²⁷.

Entretanto, a última invasão feita pelos cuamatos na Huíla e em Moçâmedes, vai levar o governador da província de Angola, capitão-de-mar-e-guerra Custódio Borja, ordenar o Governador da Huíla, capitão de Engenharia João Maria Aguiar, em 1904, a ocupar imediata a região Além-Cunene, com o estabelecimento de postos militares e pacificar, afastando assim a cobiça dos alemães na vizinha Damaralândia²²⁸.

A coluna partiu da Huíla com os seguintes objetivos²²⁹:

- Colocar o Cuanhama à obediência da administração portuguesa;
- Estabelecimento de um comando militar em Ngiva²³⁰, embala do soba do Cuanhama;
- Bater os cuamatos;
- Estabelecer postos no cuamato e também na linha de fronteira entre o rio Cunene e o rio Cubango.

Esta ocupação, para além de material em grande quantidade, foi planeada para ser melhor do que as anteriores, a força que vai marchar até ao Humbe terá os seguintes efetivos²³¹: 39 Oficiais, 953 praças, 921 auxiliares, com um número reduzido de europeus (apenas 11), 119 solípedes, Sete bocas de fogo e 41 carros *boers*.

A 15^a e 16^a companhias nativas estacionadas no Lubango que mais tarde irá reforçar a expedição ao Cuamato terá a seguinte constituição²³²:

²²⁶ «Angola: Expedição Militar ao Cuamato». Arquivo Histórico Militar Cx. 09, 2^a Divisão, Número 22, pp. 4-5.

²²⁷ *Boletim Oficial da Província de Angola* N^o14 de 1902 apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*.

²²⁸ Costa, *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*.

²²⁹ «Angola: Expedição Militar ao Cuamato», p. 4.

²³⁰ Capital do Cuamato. No ano de 1923, o Manuel da Silva Rebelo sugere ao governador general Norton de Matos a mudança para “Vila Pereira d’Eça”, em homenagem ao general Pereira d’Eça. Atualmente, Ondjiva.

²³¹ «Angola: Expedição Militar ao Cuamato», p. 23.

²³² *Ibid.*, p. 8.

- Dois pelotões montados e apeados do esquadrão de dragões de Moçâmedes, comandados pelo tenente Ventura;
- Dois pelotões da companhia europeia de Angola, comandados pelos capitães Alberto Salgado e Alfredo da Cunha Tamegão;
- Dois pelotões do batalhão disciplinar da província;
- Três pelotões da 6ª companhia nativa da Lunda, comandados pelos capitães Luiz Patacho e Fonsêca;
- Uma secção da 2ª companhia mista de infantaria e artilharia, comandadas pelo capitão Pinto de Almeida;
- Duas secções de artilharia de montanha e posição, guarnecidas pelo guardamarinha Philemon de Almeida;
- Uma metralhadora *Mordenfelt* de marinha;
- Serviços auxiliares de saúde, de administração militar e de transportes correspondentes a coluna.

FIGURA 3.2: Coluna de operações.



Fonte: Jornal *Diário de Notícias* de 08 de outubro de 1904.

Segundo a recolha de informações feitas por Eduardo Costa²³³, relativamente aos revoltosos cuanhamas temos²³⁴:

²³³Oficial do Exército, realizou uma comissão com Mouzinho de Albuquerque em Moçambique. Irmão da Armada Alberto Coriolano Ferreira da Costa, comandante do Batalhão Expedicionário de Marinha na campanha do Cuanhama em 1914. Governador-geral da província de Angola entre maio de 1903 à março de 1904, e mais tarde, de maio de 1906 até maio de 1907. Autor da famoso obra, *A questão do Cuanhama*.

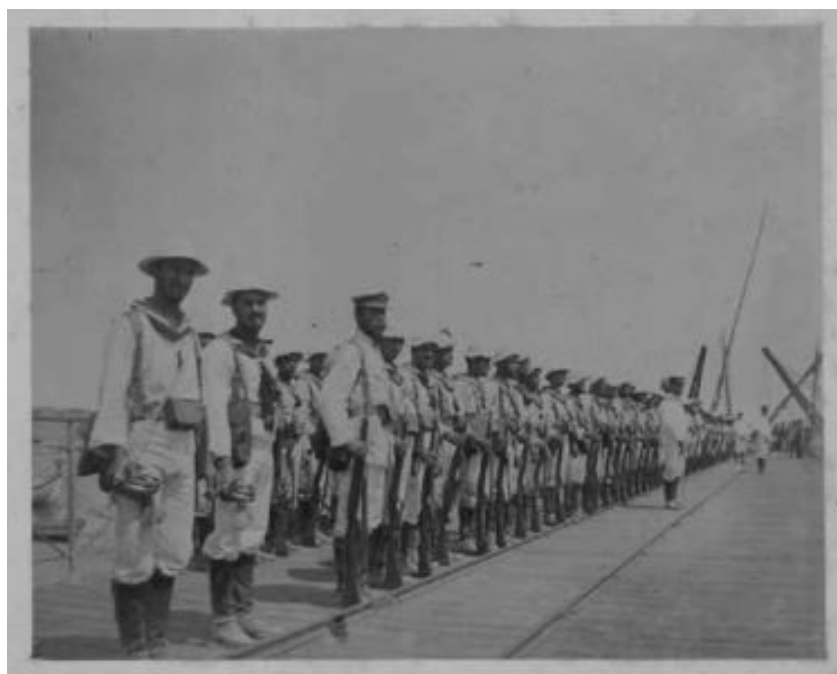
²³⁴Costa, *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*, pp. 22-2.

3.2. Ocupação Militar no Sul de Angola

- Na primeira hipótese, temos cerca de 60.000 guerreiros, dos quais cavaleiros, com armas finas e outros com armas mais aperfeiçoadas;
- Na segunda hipótese, temos cerca de 30.000 guerreiros, 1.800 armados de boas armas e cavaleiros;
- Na terceira hipótese temos a do tenente-coronel Luna de Carvalho, que menciona cerca de 50.000 guerreiros armados com armas finas e também aperfeiçoadas.

Segundo estes relatos, é possível perceber a dificuldade que está prevista para a imposição da administração portuguesa no sul de Angola.

FIGURA 3.3: Companhia de Marinha em Moçâmedes.



Fonte: (Freire, 2017).

“De há muito os indígenas do Cuamato exteriorizavam inquietantes indícios de rebelião. Consideravam-se senhores absolutos e onnipotentes de todo o território da margem esquerda do rio Cunene e possuíam magnífico armamento fornecido por agentes comerciais falhos de escrúpulos, que com eles negociavam²³⁵.”

“Em 1891 tinham ocasionado já sérias dificuldades às autoridades coloniais, insubordinando-se e repelindo as tropas que pretendiam dominá-los.

²³⁵Conde de Campo Bello. *Os Robys*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1936, p. 45.

Volvidos três anos, continuando audaciosos e turbulentos, escudados de certo em influências estrangeiras a quem convinha levantar-nos embaraços, revoltaram-se inesperadamente. Foi nessa ocasião que entre outros pereceu, batendo-se como um leão, o destemido oficial de Cavalaria Conde de Almoester²³⁶.”

Em 1904, após sair vitorioso nas campanhas em Moçambique, o tenente João Roby deveria regressar à metrópole, mas, houve a necessidade de atracar em Angola, concretamente no porto de Moçâmedes.

Nesta altura, decorria os preparativos para a coluna que deveria pacificar o Cuamato, mas, o seu envolvimento dependia da autorização por parte da metrópole, e a sua permanência não estava desde o início assegurada, visto que, o mesmo já se encontrava no tempo limite nas colónias. O governador de Moçâmedes no seu ofício de 24 de agosto de 1904, solicitou a continuidade deste e do médico naval Manuel Silveira ao ministro da Marinha.

Como se tratava de uma situação que nem mesmo João Roby planeou, então, decidiu escrever para Metrópole, textos que foram endereçados para sua mãe e para o seu camarada Avelino Monteiro, respetivamente:

“Desculpe não ir ainda; bem sei que isso a vai desgostar, mas passando eu por aqui na ocasião em que se mobilizava a coluna contra os cuanhamas não podia sem por assim dizer mentir ao resto da minha vida deixar de seguir para lá. Corre por aqui que a campanha será muito séria, mas estas coisas dizem-se sempre. Lá para janeiro devo sair de aqui, isto, é chegar aí em fevereiro. Escreva-me para – Coluna de operações dos Cuanhamas – Mossâmedes. Vou partir hoje para o Humbe; é uma marcha de cerca de 500 quilómetros a cavalo; aí é que se fará a base de operações. Adeus minha querida mãe, saudades às pessoas conhecidas, beijos aos irmãos e um grande abraço do seu filho muito amigo...²³⁷”

“... Mais uma aventura. Em vez de seguir para Lisboa, parei aqui e sigo para os cuanhamas; vamos a ver o que daqui sai. Escreve-me para cá. Vou largar para o Humbe a cavalo; lá é que se fa a concentração; é uma trotada de 500 quilómetros. Conto estar aí em fevereiro. Adeus meu caro Avelino; um grande abraço do teu velho amigo do coração...²³⁸”

²³⁶Bello, *Os Robys*, p. 46.

²³⁷Ibid., pp. 47–48.

²³⁸Ibid., p. 48.

O Conde Campo Bello menciona ainda que, a coluna do capitão de Engenharia João Maria de Aguiar que irá pacificar o Cuamato deveria se concentrar no Humbe, e reunia Infantes, Cavaleiros, Artilheiros, Marinheiros e Auxiliares nativos, que eram considerados importantes parte da coluna.

Em setembro de 1904, a coluna vai acampar com a incerteza das atividades do povo a que deveriam pacificar.

Apesar das tropas estarem reunidas no Cuamato, era necessário manter uma guarnição para a fortaleza no Humbe, e essa ficou constituída por²³⁹:

- Um capitão de infantaria;
- Um oficial subalterno e 1 pelotão de 56 praças da 16^a companhia de nativos como guarnição, 4 praças montadas do esquadrão de dragões;
- Dois oficiais e 5 praças nos serviços hospitalares;
- Dois oficiais acompanhados de auxiliares para os serviços administrativos;
- A 12^a companhia de Moçambique;
- Sete bocas de fogo e 45 carros *boers*.

É publicada a ordem de marcha de 19 de setembro, com as recomendações do movimento do Humbe ao vau de Pembe²⁴⁰:

- A coluna marcha dia 19, sobre Môngua, embala do soba do Cuamato par bater os nativos desta região e do Cuanhama;
- A direção Humbe-rio Caculovar-Vau de Pembe, dois quilómetros a jusante da confluência deste rio com o Cunene;
- Hora do início da marcha – cinco horas para a coluna, quatro horas e meia para o comboio²⁴¹;
- A tropa deverá aguardar na margem esquerda do curso de água situado no vau de Pembe.

²³⁹ «Angola: Expedição Militar ao Cuamato», p. 22.

²⁴⁰ Ibid., p. 22.

²⁴¹ Sapadores com carros *boers*, bagagens do quartel-general, material de bivaque e cantinas, víveres, forragens e água.

Antes do dia da expedição, o capitão Gomes da Costa²⁴² é chamado para comandar os auxiliares devido a sua experiência nestas operações.

“... iniciaram-se as operações 19 de setembro com a passagem do rio Cuene protegida por pequenas fôrças e auxiliares sob o comando do bravo capitão Gomes da Costa, que teve de atacar prèviamente os indígenas que, por meio de tiroteio queriam opor-se ou dificultar essa travessia. Em 20 ficaram as fôrças bivacadas e formando quadrado, as quais neste dia e em 21 e 22 foram atacadas a distância pelos Cuamatós, sempre conservados em respeito. Em 23, para dar ar ao quadrado, o capitão Gomes da Costa comandou um reconhecimento ofensivo a Noloqueque, batendo o inimigo e acabando com os ataques constantes que tanto fatigavam as fôrças. Em 25 um novo reconhecimento a terras do Cuamato Pequeno, sob o comando do capitão de Artilharia Pinto de Almeida, viu-se cercado numa clareira rodeada de mato, sendo dizimado, e atribuindo-se a catástrofe à disciplina de fogo, consumindo ràpidamente as munições, e à improvidência do comando, não retirando antes delas se esgotarem. Neste desastre foram massacrados, 16 Oficiais, 12 Sargentos, 109 outras praças europeias e 168 indígenas²⁴³.”

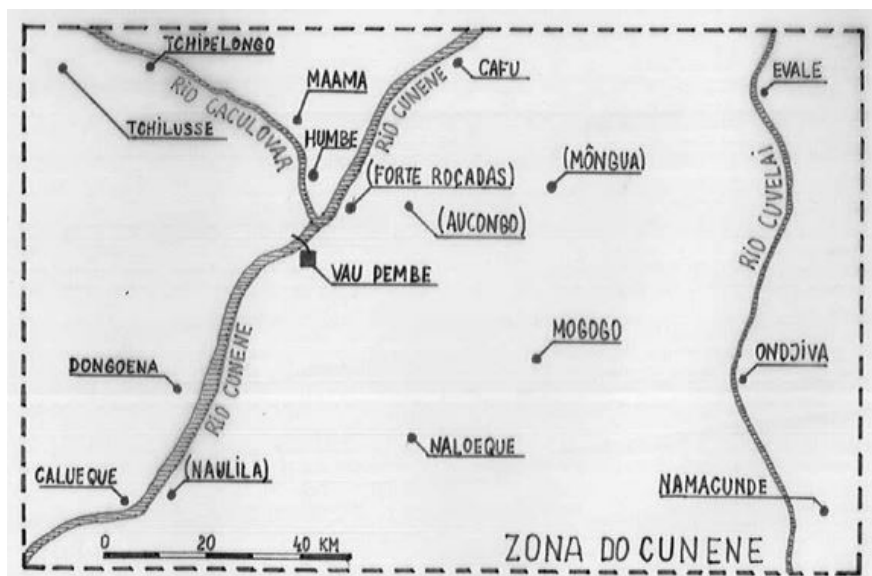
O relatório desta expedição nos mostram que o povo combatente do Cuamato eram instruídos pelos alemães, como explicação do aproveitar o recurso à arma no combate. E o teatro de operações é constituído por vários espinheiros de pequeno e grande porte, além disso, com uma acentuada chana.

Durante esta expedição, em 23 de setembro, vai destacar um pequeno grupo de reconhecimento lideradas pelo capitão Gomes da Costa, que vai combater um grupo de nativos e queimar algumas libatas. E em 25 de setembro, vai destacar outra lideradas pelo capitão Pinto de Almeida, e incluía o tenente da Armada João Roby, vão realizar uma ação de reconhecimento com cerca de 500 homens, que vão corresponder a seis pelotões de infantaria, uma divisão de artilharia e dois pelotões, carregados de duas peças para fazer reconhecimento, na zona do Umpungo, a coluna foi cercada pelos nativos da região, de acordo com os relatos, se encontravam em vantagem.

²⁴²Futuro Marechal de Infantaria Manuel de Oliveira Gomes da Costa. Destacou em fevereiro de 1904 para Angola. Desempenhou a função de chefe do comando militar do Humbe. Foi comandante de Divisão no Corpo Expedicionário Português na França. (João Freire. *João Roby e o Desastre do Vau de Pembe (Angola, 1904): Um herói, um mártir, más tácticas, as circunstâncias imprevistas... e alguma inabilidade – Autópsia de uma derrota militar*. Lisboa: Academia de Marinha, 2017).

²⁴³Tenente-coronel Belo de Almeida apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 28.

FIGURA 3.4: Teatro de Operações.



Fonte: (Freire, 2017).

“Uma hora mais tarde encontra os indígenas em enorme superioridade numérica, constituídos principalmente por guerreiros cuamatos que rapidamente cercam e aniquila quase todo o destacamento, em luta violenta e feroz. Esgotadas as munições, os sobreviventes procuram retirar, perseguidos tenazmente pelos indígenas que, a tiro e à mocada, massacram o que resta²⁴⁴”

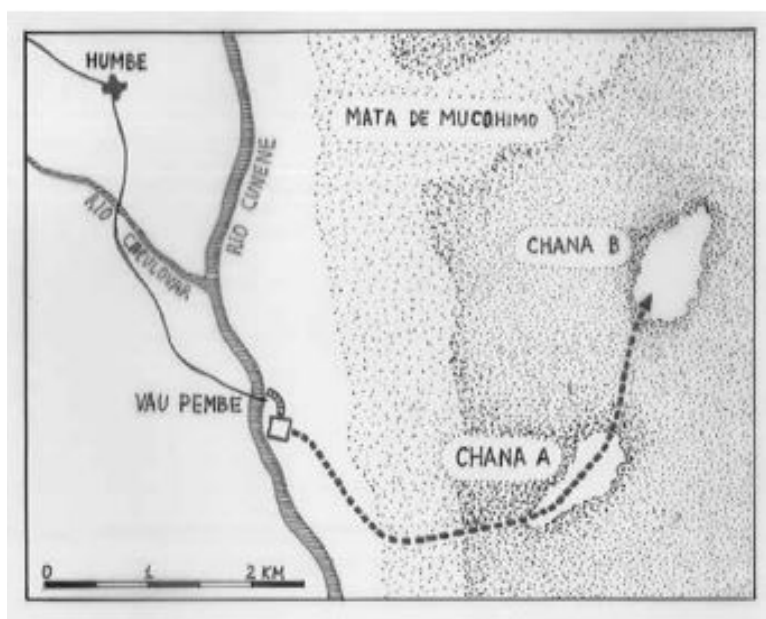
Quando as tropas portuguesas perceberam que se encontravam cercados, vão iniciar a formação de defesa, mas, os nativos vão atacar o lado mais fracos da formação, que era constituída por auxiliares do Humbe. Durante o combate, surgiu a necessidade de enviar uma outra coluna à Moçâmedes para informar a situação e solicitar reforços para o combate, pois, o povo do Cuamato esteve bem preparado para atacar.

Os cuamatos não eram muito fortes em combate, mas, conseguiam intimidar as tropas portuguesas com gritos e rugidos selvagens. Como se tratava de longa distância a percorrer de Umpungo à zona onde foram solicitados os reforços, e levaria muito tempo até que eles chegassem, o capitão Pinto de Almeida decide retirar a sua tropa da área, transportando os mortos e feridos durante o combate.

Os cuamatos notaram a retirada, por isso, aproveitam da situação e vão contra tudo o que conseguirem atingir, é de salientar que, para muitos era uma

²⁴⁴Januário Simões Barata. *Alves Roçadas: Chefe Militar e Administrador Ultramarino*. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar, 1971, p. 11.

FIGURA 3.5: Teatro de Operações.



Fonte: (Freire, 2017).

situação diferente das anteriores, pois, o pânico se instalou no seio da coluna e se perdeu a disciplina em combate.

Durante a retirada do Umpungo, muitos acabaram por pagar com o próprio sangue durante, incluindo o segundo-tenente da Armada João Roby e o médico-naval João Manuel da Silveira.

“Nêste momento solene, perpassam-lhe pela mente em retórica projecção os episódios mais emocionantes da sua vida. Vê-se criança e adolescente, brincando e estudando; marinheiro, treinando-se nos exercícios náuticos; combatente de África enfim! e rememora com saudades as campanhas em que entrara, os chefes com quem servira, principalmente Mouzinho e Azevedo Coutinho, os dois que mais admirava; recorda circunstâncias críticas que motivaram a proezas que obrara, em Moçambique, nos Namarrais, em Gaza e no Báruè, isto é, em tôda a África Oriental Portuguesa! Evoca depois figuras queridas dos pais, o vetusto palácio de Infas, os vultos daqueles que durante oito séculos ilustraram o seu nome; e êste sonho retrospectivo, que apenas durar segundos, termina com a lembrança de Portugal, a quem jurara defender até à morte – Pátria amada e sempre gloriosa!²⁴⁵”

²⁴⁵Bello, *Os Robys*, p. 54.

“Borbulha-lhe o sangue nas artérias; logo recupera o domínio sobre si mesmo. O seu temperamento não lhe consente assistir indiferente a tamanho desastre. Sejam embora os outros tímidos ou pusilânimes, êle resgatará nessa página triste da nossa história colonial, a honra e o brio nacionais. Para isso, se tanto fôr preciso, morrerá de lança em riste como os cavaleiros medievais, cujas façanhas lidas e relidas vezes sem conta haviam deliciado a sua infância... ²⁴⁶”

Nesta altura do combate, os Cuanhamas percebem que atingiram um tropa da linha de frente.

“... João Roby num pulo monta de novo a muar, esporeia-a furiosamente, desembainha a espada e lança-se desesperado para o meio dos cuamatas. O seu braço valente distribue sem cessar, para a direita e para a esquerda, para a frente e para trás, golpes formidáveis e certos que fendem crâneos, rasgam peitos, perfuram dorsos e amputam membros. Parece um anjo vingador, um cavaleiro apocalíptico, uma visão de extermínio! ²⁴⁷”

“Durante alguns momentos estabelece-se um vazio à sua volta; os indígenas olham com espanto aquele super-homem, guerreiro mitológico que sozinho desbaratou um numero grupo deles. Mas vêm mais, muito mais. Estreita-se o cerco de lobos humanos em torno deste último paladino da cavalaria portuguesa ... Por fim cai da montada; a pé maneja rápida a sua espada, mas já é uma chaga única, aquele corpo esbelto, tão nobre, tão jovem! E tomba por terra exangue, a pelejar ainda... ²⁴⁸”

A companhia de Marinha foi comandada pelo primeiro-tenente Vítor Leite Sepúlveda, e era constituída por 177 marinheiros. Esta coluna teve como baixa os seguintes elementos: o segundo-tenente Teixeira Marinho, 2 sargentos e 15 marinheiros²⁴⁹. Além dos já mencionados, a coluna também incluía as praças do cruzador *D. Amélia*, mais tarde destacadas para o forte com o mesmo nome nas Ganguelas até 1905. O contra-almirante Afonso de Cerqueira menciona que para constituir essa coluna, foram empenhados²⁵⁰: uma companhia com três oficiais e 80 praças dos cruzadores *D. Amélia* e *S. Gabriel*, respetivamente, que não chegaram a região do Cuamato, por causa do incidente de 1904.

²⁴⁶Ibid., p. 54.

²⁴⁷Ibid., p. 55.

²⁴⁸Ibid., p. 55.

²⁴⁹Maurício de Oliveira. *Armada Gloriosa*. A Marinha de Guerra Portuguesa no Século XX (1900–1936). Lisboa: Parreira A. M. Pereira, 1936.

²⁵⁰Cerqueira, *A Marinha Militar na Ocupação de África*.

As perdas portuguesa durante o 25 de setembro naquela expedição que deveria pacificar o Cuamato²⁵¹, dos 500 homens foram subtraídos a coluna de reconhecimento, aproximadamente 254 mortos e desaparecidos, sendo 16 oficiais, dos quais se inclui comandante da coluna, capitão Pinto de Almeida. O governador de Moçâmedes no seu ofício de 25 de setembro, confirmara o ataque sofrido pelas forças a que deveria fazer o reconhecimento no Cuamato. Esta vitória representou ameaça a Soberania portuguesa no sul de Angola, porque os cuanhamas tinham o apoio dos alemães da Damaralândia.

De acordo com o relatório desta campanha, é possível concluir que esta expedição foi um desastre, em primeiro lugar, pelo não cumprimento do objetivo principal da expedição que era ocupar Ngiva, em segundo lugar, porque logo a seguir foi imposto um processo criminal ao comandante da coluna que se deslocou ao Cuamato, pela falta de informação relativamente ao inimigo a todos elementos da força expedicionária, nomeadamente, rebeldia e o recurso ao uso de arma.

Relativamente ao armamento, as peças de artilharia não eram ideais para este tipo de operação, conduzindo ao problema de trajetória. Tal como em 1897, esta força também teve o azar de enfrentar uma carnificina por parte do pessoal do sul de Angola²⁵². Em suma, os cuamatos dispunham de grandes números em comparação com tropas portuguesas, e contavam com a ajuda dos alemães.

Nesta expedição foram mortos cerca de 324 homens, dos quais, 16 oficiais, incluindo, o capitão de artilharia Luiz Pinto de Almeida e o segundo-tenente João Borges Machado Pinto Roby de Miranda Pereira e 12 sargentos²⁵³.

Os sobreviventes do desastre de vau de Pembe, embarcaram no cruzador *S. Gabriel* em dezembro de 1904 com destino à Luanda, chegando lá, foram transferidos ao navio-hospital *Cabinda*²⁵⁴.

3.2.3 2ª Campanha ao Cuamato

“Todo um extenso território, onde dizemos ter domínio e onde há, efetivamente, ocupação, postos, autoridades e missões portuguesas, sofre periodicamente os males da guerra e vê-se exposto sem defesa às cruéis depredações de um inimigo, que por seu turno pretendemos dever-nos obediência e está dentro das fronteiras que tão tenaz e enérgicamente temos reclamado para nós²⁵⁵.”

²⁵¹Bello, *Os Robys*.

²⁵²Manuel Contreiras Júnior. *O Massacre do Cunene*. Lisboa: Cosmos, 1937, p. 24.

²⁵³Ibid., p. 24.

²⁵⁴Ibid., p. 24.

²⁵⁵Costa, *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*, p. 56.

Um dos aspetos muito evidenciado que faz referência as campanhas nos Cuamatos, é a soberania que Portugal não tinha sobre a região do Ovampo, que se reflete ao resultado obtido no trágico incidente de *Vau de Pembe*.

Eduardo Costa destaca a quantidade de nativos a que combateram e afirma que o “grande número de homens que o inimigo possuía, calculando na proporção de 30 à 40 para um dos nossos”. A presença dos alemães na Damaralândia, deixou os Cuanhamas, e outros povos do sul de Angola duvidosos da capacidade administrativa portuguesa em garantir a soberania em todas as regiões de Angola²⁵⁶.

“O nome de *cuanhama* passou a ser um nome de terror: as pacíficas povoações ganguelas, ambuelas, etc., só procuram na fuga o remédio contra o mal...as quadrilhas cuanhamas, vadeando o Cunene em vários pontos, com os vaus de Mulondo e Capelongo, etc., aparecem de surpresa junto das povoações designadas à sua fúria e acometem-nas de madrugada, matando os poucos homens que ousam resistir-lhes ou não podem fugir a tempo, roubando mulheres, gado e mantimentos, destruindo as povoações ou libatas, etc.²⁵⁷”

“Esta situação tão dolorosa para o nosso brio, tão pouco consentânea com as nossas pretensões, tão propícia a alienar-nos a simpatia e o respeito dos povos já submetidos, só pode ter fim quando ocuparmos, a valer, a região de onde saem estas quadrilhas, dominarmos os chefes que se queiram sujeitar, expulsarmos ou eliminarmos os que ousem resistir. Esta é, pois, a única e eficaz resolução da Questão do Cuanhama²⁵⁸.”

A forte necessidade de se estabelecer na região dos Cuamatos, vai levar à uma forte análise dos trabalhos efetuados pelo capitão de Engenharia João Maria Aguiar, em 1901 enquanto governador de Moçâmedes, *Estudo Político do Sul da Província*, e em 1903 enquanto governador da Huíla, *Projecto de Ocupação do Ovampo*.

Essa necessidade que vai despertar a atenção do major ao serviço do Estado-Maior Eduardo da Costa, tendo o mesmo analisado os principais fatores para se colocar em prática no seu projeto *Questão do Cuanhama*²⁵⁹. Pois, naquela altura se pensava vingar o sucedido em 1904 no Vau de Pembe, mas Gastão de Sousa

²⁵⁶Ibid.

²⁵⁷Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 29.

²⁵⁸Costa, *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*, p. 30.

²⁵⁹Gastão Sousa Dias. *Os Auxiliares na Ocupação do Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943.

Dias afirma que no teatro de operação Portugal tinha planeado atuar a volta dos seguintes pontos²⁶⁰:

- A vingança ao ataque ao exército português que sucedeu em 25 de setembro de 1904;
- Estabelecimento de fortificações nos principais pontos dos Ovampos, por forma a impor a soberania, pois, se tratavam de populações violentas que conseguiam expulsar colonos pacíficos;
- Delimitação dos pontos de fronteiras no sul de Angola, entre o rio Cunene e o Cubango, na região do Ovampo.

Por isso, o governo de Lisboa vai planejar várias operações na região além-Cunene como Evale, Cuamato e Gambos, e nessa altura era necessária alguém que já conhecia Angola, assim, o governo central vai destacar o capitão Alves Roçadas do governo da Índia ao distrito da Huíla, situação que lhe garante assumir o comando local das operações na região do Ovampo.

Mas, os textos de Eduardo da Costa mostram que era difícil a garantia imediata de forças para realizar a expedição, feito que só se realizou em 1907, pois, nunca havia acontecido uma daquela dimensão em Angola, o autor destaca este modelo como clássico das campanhas coloniais daquele século, servindo como base para entender os variados aspetos táticos implementados nas campanhas de ocupação no século XX²⁶¹.

Neste período, as táticas em campanhas, eram todas iguais, expedições de duas colunas constituídas por duas fileiras e em confrontos, a formação do quadrado, como mencionado em 1895 na obra, *as instruções provisórias para o serviço de campanha em África* do major Eduardo Costa e o tenente Ayres d'Ornelas, testada pela primeira vez em Moçambique por Mouzinho nos Vatuas, esta tática é adaptada para ser empregue em situações contra adversários armados e sobretudo em desproporção numérica, visto que, a ideia era tirar o maior partido das armas de fogo e do do terreno, eliminando os maiores grupos de inimigos²⁶².

Durante essa fase de preparação para a campanha do Cuamato de 1907, houve um período de negociação com os sobas Nande do Cuanhama e o soba Cavenguela do Evale sobre o envolvimento e neutralidade na campanha.

²⁶⁰David M. Abshire e Michael A. Samuels. *Portuguese Africa: A handbook*. Londres: Pall Mall Press, 1969, p. 46.

²⁶¹Costa, *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*.

²⁶²Regalado, *Cuamato-1907: Os Bravos de Mufilo no Sul de Angola*.

A coluna comandada pelo capitão Alves Roçadas e o capitão Eduardo Marques como Chefe do Estado-Maior, terá a seguinte constituição²⁶³:

- 23 Oficiais;
- 563 praças;
- Uma secção de artilharia e duas peças de montanha;
- Um esquadrão de Dragões;
- Uma companhia de infantaria Marinha;
- A 12^a companhia Infantaria Indígena de Moçambique;
- Um pelotão de Sapadores;
- Um corpo voluntário de auxiliares, tendo 50 *boers* e 50 indígenas;
- Um corpo de auxiliares portugueses;
- 90 solípedes;
- 2 bocas de fogo e 10 *boers* com as suas espanas²⁶⁴.

Parte desta coluna embarcou no vapor *Lusitânia* da Empresa Nacional de Navegação, enquanto que a segunda metade da expedição embarcou no transporte *África*. Esta coluna partiu a 23 de setembro, e percorreu cerca de 400 quilómetros desde Lubango, passando por Chibia, Gambos, Humbe e Quiteve.

Relativamente a consolidação do domínio militar no Ovampo, em 1905, é preparada uma expedição ao Mulondo, e o capitão Alves Roçadas apresentou junto ao governador-geral de Angola Dr. Ramada Curto e o capitão Eduardo Marques o conjunto de ações que deveriam ser executas nesta tribo. Para esta expedição foram traçados alguns objetivos, nomeadamente²⁶⁵:

- Eliminar o soba Hangalo do Mulondo que se tornara rebelde e inimigo dos portugueses, não permitindo a entrada de colonos sem a sua permissão, e destruir toda a sua embala;
- Punir o gentio dos Gambos que se revoltou assassinando um sargento português e substituiu o soba D. João, antigo cabo da 12^a companhia indígena, protegido dos portugueses, pelo antigo cabo nativo, Cânder ou Cacolo;

²⁶³Ibid., p. 18.

²⁶⁴Carroças puxadas por bois.

²⁶⁵Barata, *Alves Roçadas: Chefe Militar e Administrador Ultramarino*, p. 13.

- Realizar várias incursões as terras dos Cuamatos.

O capitão Alves Roçadas liderou esta coluna, e tinha o capitão Eduardo Marques como chefe do Estado-Maior da coluna, avançaram e pacificaram a região do Cuamatos, edificando um forte no Mulondo e derrotando o soba, e elevando a administração portuguesa na embala do soba Hangalo.

Estas operações foram comandadas pelo capitão Alves Roçadas tendo como Estado-Maior das forças, o capitão João de Almeida e tinha a seguinte composição²⁶⁶:

- Cinco Oficiais;
- 717 praças europeias e aproximadamente 490 praças nativas;
- 125 solípedes;
- Cerca de 1000 auxiliares;
- Seis bocas de fogo e três metralhadoras.

Antes de seguir para o Cuamato, as tropas de Alves Roçadas estiveram concentradas no Humbe, onde foi o local escolhido para o estabelecimento do *Forte Roçadas*²⁶⁷, situado na direita do rio Cunene, sendo que este servirá de base para as operações no Cuamato. Este forte terá um elevado número de tropas a guarnecer devido aos constantes ataques que o povo do Cuamato realizava naquela região²⁶⁸.

“Tínhamos garantida uma base de operações, sólida e o mais perto possível do teatro de operações, a qual viria a ser um excelente e cómodo ponto de apoio à futura coluna, que invadissem a região dos Cuamatos²⁶⁹.”

Portugal pretendia agir de imediato para não se suceder um novo *desastre do Vau de Pembe*, por isso, a coluna vai realizar uma série de ataques, para inibir alguns grupos de nativos, concretamente, em Mucuma, Jau e Bata-Bata, e mais tarde, o comandante de operações reforçou o seguinte:

“Por nenhum motivo se deve parar onde estamos, mas antes, tomando por base, o novo pôsto de além-Cunene, avançar na próxima época com a linha de invasão já iniciada para o Cuamato-Pequeno, irradiando depois para o Cuamato-Grande e Evale²⁷⁰.”

²⁶⁶Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*.

²⁶⁷Guarnecido por tropas auxiliares de cavalaria.

²⁶⁸Dias, *Os Auxiliares na Ocupação do Sul de Angola*.

²⁶⁹Major Eduardo da Costa apud *ibid.*, p. 44.

²⁷⁰João de Almeida apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 32.

“Alves Roçadas em março de 1906 recebeu um telegrama do Governo Geral de Angola comunicando ter Governo Central resolvido não enviar ainda qualquer expedição metropolitana ao Cuanhama, e ordenando se adoptassem as convenientes medidas para uma ocupação sucessiva dos territórios da região do Sul da Província, com os elementos de que dispunha. Em virtude destas determinações, Governo Geral e do Distrito da Huíla, resolveram se nomeasse desde logo uma coluna para se encetar aquela ocupação, aproveitando-se as grandes quantidades de material e víveres que no distrito se encontravam, destinados à coluna do Reino, que o Governo resolvera não enviar²⁷¹.”

O autor menciona ainda a distribuição dos auxiliares²⁷² empenhados para esta missão:

- Comandante: Tenente de infantaria Teixeira Pinto;
- Chefes: José Lopes e Emídio Baptista, acompanhados de 12 homens e 12 cavalos;
- *Boers*: Willem-Venter e Andris, acompanhados de 16 homens montados;
- 86 nativos de várias regiões e 6 cavalos.

Durante esta campanha, a lancha *Cunene* comandada pelo segundo-tenente Silva Nunes, fiscalizava a rede fluvial nas proximidades do *Forte Roçadas*, se encontrava também em prontidão para desembarcar armamento se ocorresse qualquer incursão de nativos na região²⁷³.

Por outro lado, o primeiro-tenente Victor Leite de Sepúlveda vai comandar a companhia expedicionária de infantaria de Marinha que vai embarcar no paquete *África*, e numa primeira fase, será constituída apenas por elementos pertencentes aos navios da Divisão Naval do Atlântico Sul e dos portos da província de Angola, e mais tarde por insuficiência de efetivos nesta Divisão Naval, a mobilização passou a ser feita também no Corpo de Marinheiros na Metrópole²⁷⁴.

Durante este todo processo de mobilização de tropas, surge um problema muito mencionado pelos autores coloniais, que é a falta de preparação combativa por parte deste efetivos, por isso, vão efetuar vários treinos de tiro e tática.

²⁷¹Tenente-coronel Belo de Almeida apud *ibid.*, p. 31.

²⁷²Também denominadas milícias, atuavam nas fronteiras, quando necessário. Surgiram pela primeira vez em 7 de janeiro de 1645, durante o processo de restauração do trono português após término da ligação com Espanha (1580-1640).

²⁷³Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização*(1883-1918).

²⁷⁴Regalado, *Cuamato-1907: Os Bravos de Mufilo no Sul de Angola*.

FIGURA 3.6: Embarque da Companhia de Infantaria de Marinha no Arsenal de Marinha.



Fonte: Revista *Occidente* Nº 1025, 20 de junho de 1907, p. 1.

O capitão Gastão de Sousa Dias nos seus textos, menciona a grande importância dos auxiliares nas variadas ações durante as campanhas de ocupação do sul de Angola.

“Por isso, apenas ocupado o Cuamato-Pequeno e durante dias de estacionamento, exigidos pela necessidade de reabastecimentos de toda natureza e da construção da nova fortaleza, se ordenaram razias pelas terras, com o fim de fazer prisioneiros, queimar libatas²⁷⁵ e mantimentos e colher informações. O segundo esquadrão de dragões e auxiliares a cavalo saíram a campo nos dias 23, 24 e 30 de setembro, 1, 2 e 3 de outubro, percorrendo uma grande área, batendo o mato e incediando grande número de libatas²⁷⁶.”

Já no Cuamato-grande a participação dos auxiliares era ligeiramente diferente, por isso, foi possível notar que,

“no momento de se ordenar o assalto, as três faces carregariam respectivamente dentro do seu sector natural, enquanto que os auxiliares a

²⁷⁵Conjunto de cubatas, geralmente cercadas por paliçadas.

²⁷⁶Relatório da campanha dos Cuamatos apud Dias, *Os Auxiliares na Ocupação do Sul de Angola*, p. 48.

cavalo, pelo franco direito, e os dragões (lanceiros) pelo esquerdo, do recinto interior da embala, executariam a perseguição²⁷⁷.”

Em 1907, já com os objetivos conhecidos, surge a necessidade de se avançar com a ocupação do Cuamato, a imediata vingança do *desastre do Vau de Pembe*, a ocupação de toda extensão do Ovampo e o estabelecimento de linha definidas de fronteiras na região sul de Angola com a colônia alemã. Para esta missão, o capitão Alves Roçadas contou com uma força que tinha a seguinte distribuição:

- 87 Oficiais;
- 1306 praças europeias e aproximadamente 906 praças nativas;
- 57 civis;
- 24 degradados;
- 115 auxiliares;
- 4 metralhadoras;
- 375 solípedes;
- 1602 espingardas;
- 50 carros *boers* com espanas;
- 10 bocas de fogo e 3 metralhadoras.

A coluna que ficou conhecida como os “Bravos do Mufilo” partiu no dia 26 agosto do *Forte Roçadas* e combateu em 27 agosto, contra 20.000 cuamatos, cuanhamas, sendo que:

“...após vários combates violentos e prolongados, marcha debaixo do fogo, chegou 4 de outubro à embala Cuamato Grande, tendo construído os fortes *Aucongo*, *Damaquero*, e quase concluído os de *D. Luiz* e *Nalueque*... o Cuamato estava batido mas a coluna retirou sem que a região fosse razizada em todas as direcções, ficando a nossa acção limitada por assim dizer, à zona de ligação daqueles postos. Não se encontram claramente definidos os objetivos da coluna; mas toda gente suponha que a coluna, depois de batido e dominado o Cuamato, prosseguiria a sua marcha e iria ocupar o Cuanhama, ou pelo menos o Evale, tanto mais

²⁷⁷Relatório da campanha dos Cuamatos apud *ibid.*, p. 48.

que moralmente que todos povos do Ovampo estavam naquela ocasião estavam vencidos, não havendo por isso a recear penosas e prolongadas lutas. Mas a coluna retirou e dissolveu-se, sem ter tirado tôdas as vantagens que devia e era lícito esperar tanta despêsa, sacrifícios e trabalhos despendidos²⁷⁸.”

A edição N° 1035 da Revista *Occidente* de 30 de setembro de 1907 mostra a viagem que o príncipe D. Luis efetuava nas colônias portuguesas, na sua estadia em Angola, visitou o distrito de Moçâmedes e Benguela.

Em suma, como explica o capitão João de Almeida, o Cuamato ficou submetido à administração portuguesa somente no início do mês de outubro de 1907, após muitas baixas tanto do lado português, assim como, dos cuamatos que resistiram com muita bravura²⁷⁹.

“Depois de um esforço tão grande como aquêles que o país fora obrigado a fazer em 1907, ao tomarmos conta do governo do distrito da Huíla, 1908, não era justo esperar a organização de novas colunas, ou sequer receber mais elementos estranhos para complementos das operações, para cumprimento do plano político que impuséssemos no Sul de Angola. Por isso em qualquer empresa tínhamos de nos limitar a recursos próprios e foi isso o que fizemos. No entanto será bom lembrar que além-Cunene apenas dispúnhamos daquela zona do Cuamato, que nos outros povos o domínio também não era tão efectivo como seria para desejar, que os dentre o Lubango e o Humbe se conservaram no mesmo estado de convívio com as nossas autoridades em que se mantinham nos anos atrás e que o atordoamento provocado pelas notícias das vitórias da coluna de 1907 se ia esfumando, sendo urgente aproveitar quaisquer resultados enquanto fôsse possível. Os outros de além-Cunene, o Evale e o Cuanhama, refeitos já do susto, cujo perigo viram passar com o afastamento da coluna, ficaram precisamente nas mesmas circunstâncias²⁸⁰.”

Cronologicamente, se pode considerar como principais ações desta campanha o seguinte²⁸¹:

- 05–06–1907 – A Companhia Expedicionária de Marinha embarca no paquete *África*;

²⁷⁸João de Almeida apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 33.

²⁷⁹Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

²⁸⁰João de Almeida apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 34.

²⁸¹Regalado, *Cuamato–1907: Os Bravos de Mufilo no Sul de Angola*, pp. 86–87.

- 27-08-1907 – O combate do Mufile, onde as forças expedicionárias efetuaram significativas baixas aos cuamatos, deixando-os sem capacidade para serem auxiliados nesta batalha;
- 29-08-1907 – Estabelecimento de um posto em Auongo;
- 02-09-1907 – Ataque ao acampamento de Auongo por um elevado número de nativos;
- 04-09-1907 – Combate na chana de Macuvi;
- 13-09-1907 – Expedição à Damaquero e estabelecimento de um posto;
- 20-09-1907 – Combate em Aluendo;
- 21-09-1907 – Ataque das tropas portuguesas nas cacimbas²⁸² da Inhoca²⁸³;
- 22-09-1907 – Conquista de Naloeque (Cuamato Pequeno);
- 04-10-1907 – Conquista da embala do soba do Cuamato Grande;
- 11-10-1907 – Nomeação de um novo soba local aliado às autoridades coloniais;
- 12-11-1907 – Fim de missão para a coluna expedicionária;

O efetivo que participou nesta campanha, embarcou no paquete *África* no mês de novembro com rumo à Lisboa, tendo efetuado paragens em São Tomé e na Madeira.

Em 1908, enquanto Chefe do Estado Maior da ocupação do Sul de Angola, o capitão João de Almeida assume o governo do distrito da Huíla com a ideia de avançar com a ocupação e limitação da fronteira sul de Angola,

“com os recursos ao dispor do distrito, mas na persuasão de que êles fôsem mantidos no mesmo pé de igualdade, levar a ocupação à fronteira sul, e, uma vez ali, marchar ao longo dela (fronteira alemã) consecutivamente ou com interrupções, conforme fôsse possível, e balisá-las por forma clara e iniludível, dando toda a garantia de segurança e de posse; praticar o mesmo em relação a fronteira do leste (fronteira inglesa); radicar a ocupação já feita, pacificando todas as regiões, especialmente aquém-Cunene, tornando todo o nosso domínio efectivo e de forma a assegurar a tranquilidade do comércio e agricultura, a facilitar esta e tornar enfim exequíveis todos os mandatos de autoridades²⁸⁴.”

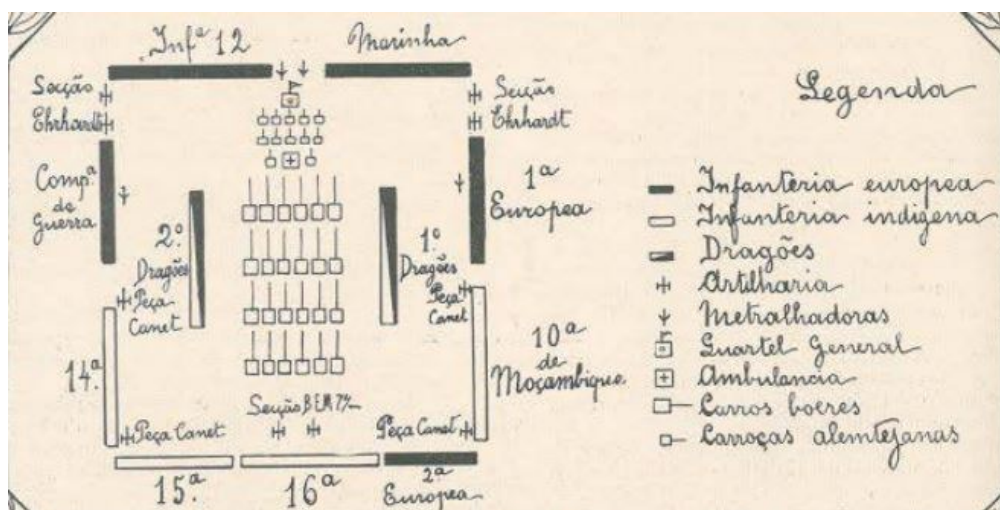
²⁸²Reservatórios de Água cavados no solo.

²⁸³Local de descanso do soba Tchietaquela do Cuamato Pequeno.

²⁸⁴João de Almeida apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 35.

O jornal *O Século* vai noticiar esta conquista das tropas portuguesas na sua página 254 da Edição Nº 105 de 24 fevereiro de 1908 vai ilustrar a disposição da força de Alves Roçadas no Cuamato.

FIGURA 3.7: Disposição da força de Alves Roçadas no Cuamato.



Fonte: Jornal *O Século* 1907 Nº 105 de 24 fevereiro de 1908 .

3.2.4 Ocupação do Baixo Cubango

“Tornava-se, portanto, indispensável e urgente radicar a nossa influência não só nos povos do Cuamato, mas ainda levá-lá aos circunvizinhos, tirando enfim as vantagens consequentes à grande luta que com eles as nossas tropas haviam sustentado. Mas, se era necessário operar com energia e critério nos territórios de além-Cunene, não o era menos nos povos de aquém, tornando efectiva e garantida a pacificação, mas alargá-las sucessivamente até terminar de vez com êsses núcleos de insubmissos. Numa palavra: uma política enérgica, de atração e de justiça, se impunha a tôdas as autoridades do distrito ²⁸⁵.”

A presença alemã na África Ocidental remonta 1864, com as primeiras missões protestantes na Damaralândia, mas somente após a expedição 1882 do comerciante Adolf Luderitz à África Ocidental é que Bismarck vai estabelecer tratado de protetorado com o povo da Dâmara.

Entretanto, em 1889, Artur de Paiva vai realizar uma expedição ao Cubango, que vão combater alguns nativos que realizavam incursões contra os sobados da região, a coluna tinha a seguinte constituição²⁸⁶:

²⁸⁵ João de Almeida apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 36.

²⁸⁶ Ibid., p. 22.

- 100 homens pertencentes às forças regulares coloniais;
- 64 *boers*;
- 112 auxiliares indígenas.

Depois de ter concluída essa missão no Cubango, a coluna irá ao Bié para reforçar administração Portuguesa, castigando o soba daquela região, como vingança da morte do explorador Silva Porto.

Durante o referido ano, o capitão de Artilharia Paiva Couceiro²⁸⁷ se voluntaria para Angola, tendo como primeira missão, liderança de soldados portugueses e não com *boers*, como habitual. Mais tarde, será o mesmo a aplicar castigos a aqueles que cometeram a rebeldia na altura, e vai marchar do Bié à Mussuco (Cubango) com o fim de mostrar a presença aos Ingleses, negociar com o soba do Barotze²⁸⁸ e outros povos que andavam ao longo das margens do rio Cubango, e também ter noção das condições de navegabilidade deste rio.

No governo do comandante Guilherme Augusto de Brito Capelo, em 1890, o capitão Paiva Couceiro a bordo da canoa *Tentativa*, vai comandar uma expedição ao longo do rio Cubango com destino ao Mucusso, com o objetivo de castigar os sobas durante o seu percurso e estudar a navegabilidade do rio Cubango, que o almirante Fonseca nos seus estudos considera navegável em algumas alturas do ano²⁸⁹. Esta viagem de Paiva Couceiro, foi também uma antecipação a companhia Africana Inglesa que pretendia se estabelecer no Cubango²⁹⁰.

Esta expedição deixou claro a questão da navegabilidade do rio Cubango, como se pode ver na figura II.7 que se encontra nos anexos, por isso, é possível mencionar três aspetos²⁹¹:

- Parte dificilmente navegável – Desde a embala do Mucusso até um ponto a montante de Cangongo²⁹²;
- Parte navegável – Desde montante de Cangongo até aos rápidos e cachoeiras de Maculungungo, nas regiões de Massaca, localizada à 20 quilómetros da jusante da confluência com o Cuchi;

²⁸⁷Substituiu o capitão Artur de Paiva na Humpata, onde realizou o reconhecimento de Moçâmedes com o objetivo da projeção do caminho de ferro, que iria facilitar a pacificação daquela região.

²⁸⁸Antiga região entre Amgola, Botsuana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue. Juntava aproximadamente 20 tribos. (Henrique de Paiva Couceiro. *Relatório de Viagem entre Bailundo e as Terras do Mucusso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892).

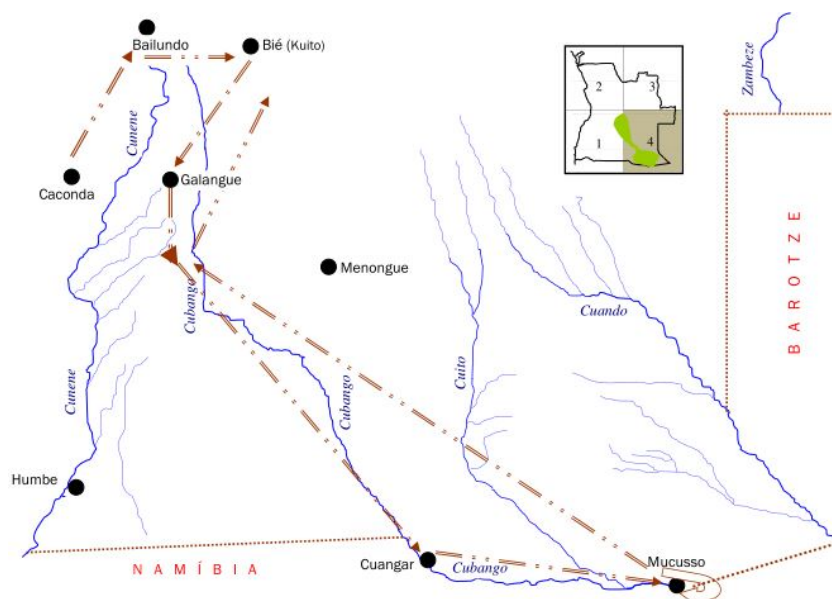
²⁸⁹Fonseca, *Viagens e Histórias da Marinha: No Mar, em Terra e no Ultramar*, p. 85.

²⁹⁰Noberto Gonzaga. *História de Angola*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1969.

²⁹¹Couceiro, *Relatório de Viagem entre Bailundo e as Terras do Mucusso*, p. 13.

²⁹²Próximo e a jusante da confluência com o Bié.

FIGURA 3.8: Itinerários de Paiva Couceiro em 1890.



Fonte: (Azevedo, 2014).

- Parte não navegável – Desde as cachoeiras de Maculungungo ao forte *Princeza Amélia*.

Em 1894, Artur de Paiva vai comandar outra expedição além-do-Cunene, numa altura em que é notável a presença de pescadores algarvios na colonização do sul de Angola, mais especificamente no Porto Alexandre e na Baía dos Tigres.

Após se conseguir com um grande feito a pacificação dos Cuamatos, era esperado começar a pensar na região mais a sul, limitada com a colónia alemã, por forma a se edificar um forte e pacificar os Cuanhamas. Para esta campanha, a Armada empenhou o segundo-tenente Jaime Teodorico da Silva Nunes, comandante da lancha-canhoneira *Cunene*, vapor de 9,5 metros de comprimento, que vai efetuar o primeiro levantamento hidrográfico local²⁹³.

No relatório do capitão João de Almeida acerca das ocupações do Cuamato, se encontra mencionado o estado de preparação a que se encontrava a tropas que guarneciam o *Forte Roçadas*, que nos mostra que não era o ideal para a realização do que era planeado na altura para a ocupação que Alves Roçadas traçou, devido após a expedição de Alves Roçadas ao Cuamato em 1907, foram enviadas forças pertencente a coluna à Metrópole e de outros distritos de Angola, tendo permanecido o seguinte efetivo²⁹⁴:

- Três secções de artilharia;

²⁹³Couceiro, *Relatório de Viagem entre Bailundo e as Terras do Mucusso*.

²⁹⁴Arthur de Paiva. *Expedição ao Cubango: Relatório do Capitão Arthur de Paiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

- Dois esquadrões;
- Duas companhias europeias;
- Seis companhias de nativos;
- Uma companhia mista.

Por forma, a avançar com a ocupação da região do Cubango, em 1908, o capitão João de Almeida é nomeado governador do distrito da Huíla, era esperado a pacificação de todo Ovampo durante os anos seguintes²⁹⁵.

Em 1909, foram edificados os fortes, *Dom Manuel* no Evale e *Henrique Couceiro* na região do Dombodola, que simbolizou a imposição da administração portuguesa no Evale, Hinga, Ucuancua, Dombodola, Unda e Balondo, feito exaltado mais tarde pelo tenente-coronel Belo de Almeida.

“em dois meses escassos conseguiu João de Almeida à frente da 17^a Companhia indígena de Angola, de pequenos destacamentos da 2^a Companhia europeia de infantaria e do 2^o Esquadrão de Dragões com uma secção de artilharia, efectivar ocupações de há muito necessárias, sem dar um tiro, ocupações estas que até então ninguém tentara, por se recear forte resistência do gentio e ser difícil reunir efectivos elevados que então se julgavam indispensáveis para se poder fazer frente a essa resistência²⁹⁶.”

“A sua marcha vertiginosa, desde as terras da Huíla até o Mucusso – marcha de resistência, de decisão incomparável, de firme espírito de finalidade, e cruenta quanto o eram as grandes viagens africanas nêsse tempo, ficou na História Colonial da África, como a mais esforçada de quantas se tinham realizado até então em campanhas africanas²⁹⁷.”

No planeamento do governador-geral da província de Angola para a ocupação do sul, ficaram definidos alguns pontos de modo a aumentar a influência portuguesa na região²⁹⁸:

- Submeter os cuamatos sob a administração portuguesa pela força das armas, caso não fosse possível, por métodos pacíficos;

²⁹⁵Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

²⁹⁶Tenente-coronel Belo de Almeida apud Moreno, *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*, p. 37.

²⁹⁷Henrique Galvão apud ibid., p. 38.

²⁹⁸Governo Geral da Província de Angola. *Relatório da Columna de Ocupação do Baixo Cubango*. Loanda: Imprensa Nacional, 1910.

- Enviar junto com a expedição, os recursos necessários para a pacificação do Baixo Cubango via cassinga, ou outra desde que os meios cheguem a Cuan-gar²⁹⁹.

A pacificação imediata desta região era necessária porque muitos foragidos da Damaralândia faziam de Cuangar um segundo Cuamato, provocando um certo despovoamento das proximidades, devido as razias efetuadas e não facilitavam a passagem de forças europeias e qualquer missão enviada para pacificação, seria recebida pela força das armas.

Apesar do pouco que se sabia da região, não impediu que o governador-geral de Angola Paiva Couceiro, em 1908 elaborasse um programa para a coluna que deveria realizar incursão naquela região³⁰⁰.

- Explorar a navegação no rio Cubango, estender a administração portuguesa na outra margem deste rio, e aproveitar as vias de comunicações para a movimentação de produtos como a borracha;
- Proteger os habitantes do Baixo Cubango contra incursões dos Cuamatos e Cuanhamas;
- Ocupar este território para facilitar a circulação de pessoas e bens;
- Colocar o povo do Baixo Cubango sob a administração colonial portuguesa como precaução de eventual influência alemã e inglesa para revolta contra o sistema colonial.

A ocupação do Baixo Cubango planeado por Paiva Couceiro tinha os seguintes objetivos³⁰¹:

- Instalar um posto em Maculungungo para a defesa deste povo contra as incursões dos povos do Ovampo e para o controlo de navegação do rio Cubango;
- Estabelecer um outro posto Cuangar que estaria a exercer atividades diplomáticas com o soba;
- No Baixo Cubango deve existir uma base que facilite a entrada no Cubango, assim como nos seus afluentes navegáveis.

²⁹⁹Nesta altura, para das informações do relatório realizado por Paiva Couceiro, pouco se conhecia das terras entre o Cunene e o Cubango.

³⁰⁰Angola, *Relatório da Columna de Ocupação do Baixo Cubango*, p. 8.

³⁰¹Ibid., p. 8.

Nesta campanha estava previsto não existir resistência no estabelecimento do posto de Cafima, e do posto de Cuangar, mas, os nativos não aceitarem de imediato a presença europeia nas suas terras.

A Força expedicionária que iria marchar ao Baixo Cubango em maio de 1908 tinha a seguinte composição³⁰²:

- 18 Oficiais;
- 600 praças europeias e nativas.

A força se fazia acompanhar de 212 solípedes, quatro peças de artilharia, duas metralhadoras e doze viaturas de quatro rodas. O número de tropas era reduzido porque muitos a esta altura já haviam terminado as suas comissões em Angola, e mais tarde, deveria chegar o efetivo complemento da expedição. No início de julho de 1908, a lancha *Cunene* embarca os alferes Rosado e Durão acompanhados dos materiais para o apoio das operações de ocupação do território.

Antes do estabelecimento do primeiro posto, o abastecimento seria feito pelas lanchas a vapor, uma jangada e barcos, entretanto, a lancha-canhoneira *Cunene* desembarca pessoal e material no Cubango em agosto, mas, a coluna não avançou, permaneceu na margem direita deste rio a aguardar que o resto de oficiais chegasse para comandar a coluna de operações.

Apesar de tudo, foi possível estabelecer o posto em Maculungungo, que correspondia a primeira parte do objetivo. A construção deste forte permitia que estabelecesse uma autoridade local, capitão João de Almeida, a quem o governador geral de Angola lhe garantiu uma certa liberdade nas operações de Cuangar, avançando caso fosse necessário além dos objetivos, Unda, Dombondola, Hinga, Uncuanena e Balandó³⁰³.

O comércio predominante da região era a borracha, cera, gado, milho, aguardente, mas, a troca não era feita diretamente com os portugueses, mas sim por intermédio de sertanejos e outros povos que vinham do Bié, por exemplo. Mas, os principais comerciantes destes povos eram os alemães, com quem trocavam marfins.

Nos meados de 1910, foram pacificados e construídos fortes em Pocolo, Otoquero e mais tarde, estabelecidos postos a norte do Cuanhama, nomeadamente, *Cafu*, *Evale* e *Cafima*.

Relativamente a ocupação de Angola, Ernesto Vilhena, num curto espaço de tempo em missão em Angola, vai ter um papel importante na estrutura administrativa colonial de Angola, pois, elaborando um programa em que mencionava

³⁰²Ibid.

³⁰³Ibid.

a conclusão da ocupação e pacificação completa de Angola para a transição administrativa civil, a regulação das importações dos produtos agrícolas e da valorização do café e da borracha, o bom funcionamento das vias do interior do Kwanza e acrescentará um documento exclusivo para a colonização de Benguela³⁰⁴.

3.2.5 Expedição ao Cuanhama

As primeiras missões ao longo das fronteiras da colónia alemã, próximas do Cuanhama, Cuamato e evale, remontam 1903, com o início das primeiras expedições feitas pelo governador da Huíla ao Cuamato, e foram lideradas pelo tenente da armada Filipe de Carvalho e pelo tenente de infantaria Teixeira de Azevedo, essa expedição tinha o objetivo de determinar coordenadas geográficas de principais pontos em Ngiva, nessa altura, tinha um soba vassalo da administração portuguesa no Cuanhama³⁰⁵.

Os cuanhamas, mercê das missões religiosas alemãs em Omupanda, no interior de Ngiva, vão aprender inglês, português, alemão, e os homens mais próximos ao rei Mandume³⁰⁶ vão aprender o manuseamento de algumas armas, nomeadamente a *Mauser*, carabinas automáticas, carabinas de precisão e balas dum-dum e explosivas. E também, muitos conhecimentos avançados de combate, nomeadamente, disposição, corte de cadeias de abastecimento logístico, deixar cacimbas inutilizadas e ataques em fortificações portuguesas³⁰⁷.

Por volta de 1912, surgiu um forte interesse político de estabelecer as fronteiras, na zona este e na zona leste, entretanto, vão ser organizados vários grupos para as missões geodésicas e de estabelecimentos de fronteiras³⁰⁸:

- Fronteira Angola-Rodésia, esta equipa vai ser comandada pelo primeiro-tenente Gago Coutinho será constituída pelos tenentes de marinha Vieira da Rocha, Joaquim Cândido da Costa Marques, Sacadura Cabral e Camilo Laroche Semedo, o sertanejo³⁰⁹ Manuel Nunes Correia e o capitão Costa Santos, que entre 1912 e 1914 vão percorrer cerca de 5.000 quilómetros em caminho de

³⁰⁴Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização(1883-1918)*.

³⁰⁵Costa, *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*.

³⁰⁶Era mais próximos aos alemães do que aos portugueses. Sempre que massacrava, colocava o corpo exposto para amedrontar os seus vassalos. Vestia a europeia e carregava uma *mauser* e uma *browning*. A sua escolta era constituída por vários cavaleiros com espingardas.

³⁰⁷Teixeira, *Diário da Campanha do Cuanhama*.

³⁰⁸Fonseca, *Viagens e Histórias da Marinha: No Mar, em Terra e no Ultramar*.

³⁰⁹Aventureiros que recebiam material na costa e negociavam no interior da província. Menezes, *Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*, p. 101.

FIGURA 3.9: Armas usadas pelos cuanhamas.



Fonte: (Marracho, 2008).

ferro, botes e carros *boers*, fazendo o percurso Benguela à Lourenço Marques, sendo delimitadas cerca de 450 quilómetros;

- Fronteira luso-belga, na Lunda, ação liderada pelo capitão-tenente João Maria Martins Pereira, que entre 1912 e 1913 vão delimitar cerca de 1300 quilómetros;

Em 1913, o governador da província de Angola major Norton de Matos faz uma análise da situação financeira da no que toca a importação e exportação de matérias-primas³¹⁰.

Naulila

Para esta operação, remonta o pensamento do comandante da estação naval de Angola Teixeira da Silva relativamente imposição da soberania portuguesa na África Ocidental.

“...se o Zaire está perdido, como é minha convicção, que não se perca o Cunene³¹¹.”

Apesar da neutralidade, o início da 1ª guerra mundial em 28 de julho de 1914, vai levar a ocupação imediata de toda região situada no sul de Angola devido a presença Alemã no sudoeste Africano. Após sair vitorioso em 1907 no Cuamato, o tenente-coronel Alves Roçadas é chamado para comandar a expedição ao Cuanhama, integrando o capitão Maia Magalhães como chefe do Estado Maior, apresentando ao Ministro das Colónias as seguintes intenções³¹²:

³¹⁰Norton de Matos. *A situação financeira e económica da Província de Angola*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914.

³¹¹Comandante Francisco Teixeira da Silva apud Telo, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*, p. 183.

³¹²Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

- A possibilidade de entrada na guerra por influência das disputas entre a Inglaterra e a Alemanha;
- A influência alemã no sul de Angola;
- As futuras implicações que trará a ocupação do Cuanhama devido a sua localização.

A primeira força destinada a fazer parte da ocupação do Cuanhama parte de Lisboa no dia 11 de setembro de 1914 a bordo do paquete *Moçambique* e do paquete Inglês *Durham Castle*, escoltados pelo cruzador *Almirante Reis*, pelas canhoneiras *Ibo* e *Beira*, com a seguinte constituição: um Batalhão de Infantaria, um Batalhão de Metralhadora, um Batalhão de Artilharia e um Batalhão de Cavalaria³¹³.

FIGURA 3.10: Embarque e desembarque de pessoal e material para Angola.

(A) Desembarque de pessoal e material em Moçâmedes (Adaptado de (Borges, 2014).)



(B) Embarque e desembarque de pessoa no *Durham Castle* (Adaptado de Revista *Occidente* Nº 1286, 20 de setembro de 1914, p. 1.)



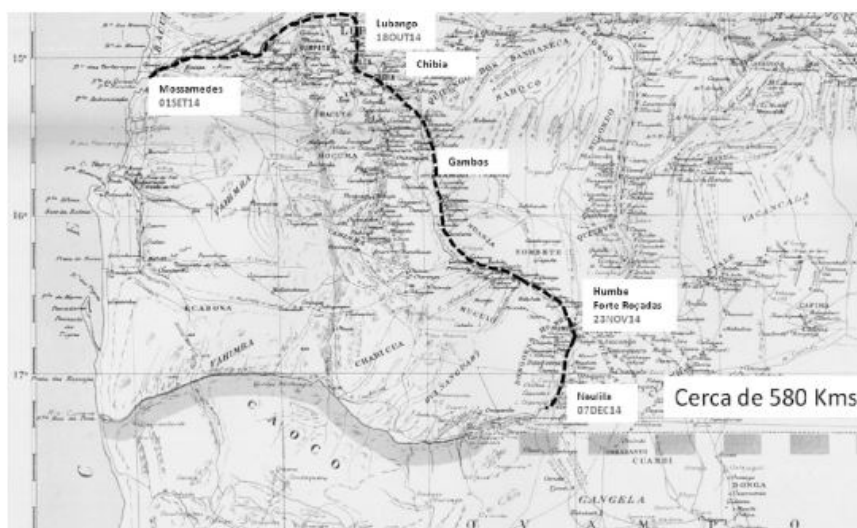
Em 17 de outubro de 1914, os alemães na Damaralândia desejavam negociar com as autoridades portuguesas da região, mas, devido a uma má tradução por parte das autoridades alemães, esse processo vai terminar com a morte de alguns oficiais alemães, dos quais, o administrador do distrito de Outjô. Embora, não tenha sido desejo das forças portuguesas que aí se encontravam, que este conflito acontecesse, e ficou conhecido como *incidente de Naulila*, e vai alterar todo quadro que vigorava naquela região. Os portugueses, concretamente o governador-geral de Angola, já

³¹³Adelino Rodrigues da Costa. «A Marinha na Primeira Guerra Mundial». Em: *Participação da Marinha em África na Grande Guerra (1914 – 1918)* (2018).

3.2. Ocupação Militar no Sul de Angola

Marinha é chamado a reforçar o corpo expedicionário a participar no Sul de Angola a pacificar o Cuanhama. Desembarcam da paquete *Beira* em Moçâmedes no dia 23 de novembro, e desde o Lubango, vão marchar no dia 14 de dezembro para Ngiva. O incidente causado pelas forças alemãs, vai afetar todo planeamento logístico que mais tarde, irá ter consequências no pessoal durante a expedição. Em dezembro deste ano, foi reforçada a força destacada no sul de Angola, assim como, a segurança adjacente com a formação dos destacamentos, de Naulila e do vau Naulila-Dongoena, comandadas pelo capitão Mendes dos Reis e o major Salgado, respetivamente³²¹.

FIGURA 3.13: Itinerário Moçâmedes-Naulila



Fonte: (Freire, 2015).

O reforço da Força Expedicionária solicitada por Alves roçadas, parte de Lisboa entre 3 e 11 de dezembro nos paquetes *Peninsular* e no *Ambaca*, escoltados pelo cruzador *Vasco da Gama*, e tinha seguinte composição³²²: dois Batalhões de Infantaria, dois Batalhões de Metralhadora, dois Batalhões de Artilharia, um Batalhão de Cavalaria.

No dia 9 de dezembro, o comando desta expedição já se encontrava instalado em Naulila, e cinco dias depois, o destacamento Naulila-Dongoena é transferido para Caloeque, entretanto, os alemães pretendiam atacar este destacamento por sudoeste de Caloeque, porque os alemães conheciam a organização deste destacamento devido o incidente ocorrido³²³.

³²¹Teixeira, *Diário da Campanha do Cuanhama*.

³²²Correia, *Ngiva: Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecedentes: Naulila*, p. 60.

³²³Ibid.

No dia 12 de dezembro já existia uma certa pressão de juntar o Batalhão de Marinha ao restante da força expedicionária, visto que, a força recebera a correspondência de que, cerca de 200 alemães se encontravam acampados próximo ao Lubango, com o objetivo de ocupar a vila³²⁴.

Estes acontecimentos eram constantemente relatados pela imprensa, pois, eram enviados vários telegramas a revista *Occidente*.

A coluna do major Franck para invadir Naulila tinha 38 oficiais, 450 praças europeias e 150 damaras armados, e tinha a seguinte composição³²⁵: 2ª companhia de Infantaria que tinha dois terços do seu efetivo normal, e era comandada pelo capitão Water, 6ª companhia de Infantaria, comandada pelo capitão Weiss, Duas metralhadoras, uma bateria de montanha comandada pelo capitão Trainer, um posto de telegrafia sem fios³²⁶.

As tropas do major Franck começaram a sua marcha para o sul de Angola de comboio, percorrendo cerca de 900 quilómetros, de Kalkfontein à Otjivavarongo e depois a cavalo, chegaram a Caloeque depois de 300 quilómetros percorridos. E foram avistadas em marcha, no dia 16 de dezembro por este destacamento, e no dia 18 de dezembro, as tropas do major Franck, surpreendem estes com a artilharia, onde a força portuguesa vai reagir, mas sem efeito, devido o elevado número do inimigo. O destacamento de Caloeque teve muitas baixas, inclusive de oficiais, devido a essa desproporcionalidade numérica e material, as tropas de Alves Roçadas abandonaram Naulila, e tiveram que percorrer cerca de 45 quilómetros ao Humbe, anulando assim, todo esforço feito anteriormente no Ovampo.

Essa ação de Alves Roçadas, não só anulou a soberania portuguesa no sul de Angola, assim como, fez com que o povo do Cuamato, Evale, e também do Humbe posteriormente voltassem a realizar as suas invasões contra os povos próximos e os postos nas proximidades, porque essa retirada foi entendida como superioridade por parte das forças alemãs em relação aos portugueses³²⁷.

Na edição Nº 1295 da Revista *Occidente* de 20 de dezembro se encontra ilustrado o pacote *África*, que tinha iniciado a sua viagem no dia 11 de dezembro do Arsenal, com a segunda metade da Força Expedicionária para reforçar esta operação.

Cuanhama

³²⁴Marinho da Silva. *A Acção da Marinha de Guerra na Ocupação do Cuanhama*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

³²⁵Correia, Ngiva: *Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecedentes: Naulila*.

³²⁶António Júlio da Costa Pereira de Eça. *Campanha do Sul de Angola em 1915: Relatório do General Pereira D'Eça*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921.

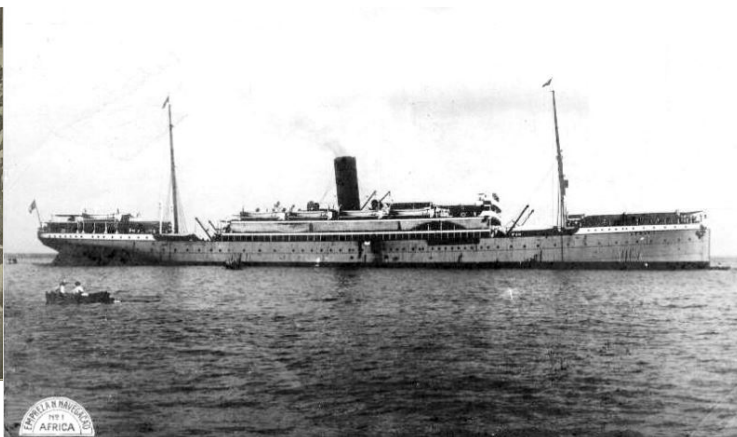
³²⁷Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

FIGURA 3.15: Reforço para o sul de Angola

(A) Embarque de
Tropas Expedicioná-
rias



(B) Paquete África



Fonte: Revista *Occidente* N° 1295, 20 de dezembro de 1914).

- Indígenas — 23;
- Feridos europeus — 29;
- Feridos indígenas — 10.

No rescaldo do *Incidente de Naulila*, o governador de Angola vai solicitar o envio de um novo reforço de força expedicionária, que vão embarcar no dia 20 de janeiro de 1915, essas forças tinham a seguinte composição³³⁰: dois Batalhões de Infantaria, duas companhias de Infantaria, cinco baterias de Metralhadora, cinco baterias de Artilharia, um Batalhão de Cavalaria.

Mais tarde, esses feridos vão descrever como estes acontecimentos desenca-
dearam, que ficou marcado pelo terror, pois, muitos foram mutilados e massacrados
pelos cuanhamas durante a retirada do confronto com os alemães. Enquanto isso,
em Portugal, circulava que os alemães haviam ocupado todo sul de Angola.

Os acontecimentos de 1914 em Naulila, vão motivar Portugal em fevereiro
de 1915 a nomear o prestigiado general Pereira d'Eça³³¹ como governador de angola
e também, comandante das Forças expedicionárias a atuar no Sul de Angola, caso
muito isolado em termos de nomeação para cumprimentos de missões em campanhas,
e o major Ortigão Peres como Chefe do Estado Maior para esta campanha³³².

³³⁰Correia, *Ngiva: Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecendentes: Naulila*, p. 60.

³³¹Nesta altura, já estava com quase 63 anos, e não deveria ser colocado em condições de extrema fadiga.

³³²Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

O general Pereira d'Eça embarcou no vapor *Zaire* para Angola com o objetivo de alcançar os seguintes objetivos³³³:

- Submeter o povo Cuanhama sob a administração portuguesa;
- Não permitir nenhum ataque dos alemães às possessões portuguesas.

Durante este período de ocupação do sul de Angola, o porto de Moçâmedes atendendo a sua localização, servirá como preferencial para embarque e desembarque de pessoal e material.

Em março, já com toda força necessária em Angola, estas vão marchar em direção à Vila Arriaga³³⁴. A ideia do general Pereira d'Eça era vingar de imediato o incidente de Naulila, mas quando chega em Moçâmedes no mês de abril, se deparam com o problema de transporte que existia na ligação com o sul, motivo que lhe leva a aguardar a resolução em certa medida deste problema, e também foram lidas as ordens, mencionando as prisões dos tenentes de Cavalaria, Aragão e de Infantaria, Marques e o alferes de artilharia Marques³³⁵.

Ainda em abril, o general Pereira d'Eça vai seguir para Moçâmedes, a fim de, embarcar para a Metrópole, e regressar a 19 de junho de 1915 com alterações às operações no Cuanhama.

O Batalhão de Marinha ficará instalado no Forno da Cal durante muito tempo, por consequência do aparecimento de várias doenças tropicais, houve necessidade de ter um elevado cuidado com as cacimbas, isso explica o facto da separação conforme o uso³³⁶. O general Pereira d'Eça fez uma avaliação positiva do esforço organizacional feito pelo Batalhão Expedicionário de Marinha nesta base. Mais tarde, a força vai estacionar em Cahama, caracterizado pelos fortes ataques a forças coloniais e depois alcançando Tchicusse³³⁷.

Nesta altura, as forças portuguesas contabilizam cerca de 5.000 doentes, como é mencionado no relatório do médico do Batalhão de Marinha. E atendendo a distância da região do Evale ao ponto abastecimento desta operação, fazia com que não fosse possível em grandes quantidades³³⁸.

Em maio, o Batalhão de Marinha marchou grandes distâncias e com cansaço reduzido, vai destacar uma força, comandada pelo primeiro-tenente Afonso

³³³Ibid.

³³⁴Também conhecida por Bibala, passou a homenagear o presidente de Portugal Manuel de Arriaga. Se encontra próximo da serra da Chela, Lubango.

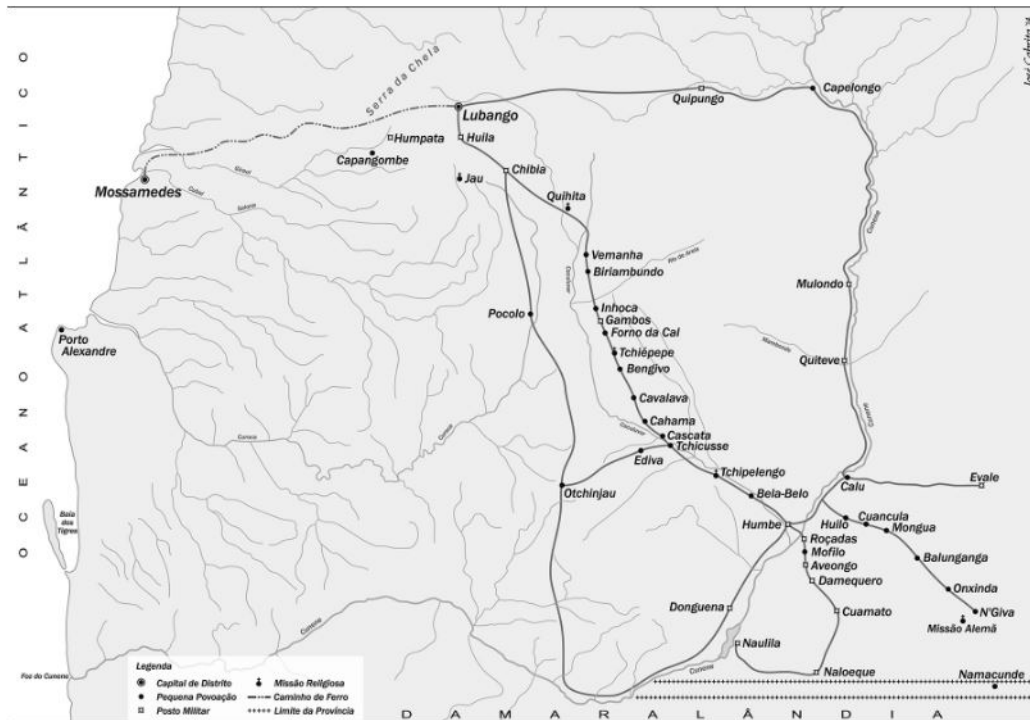
³³⁵Teixeira, *Diário da Campanha do Cuanhama*.

³³⁶Gonçalves Neves apud «A Grande Guerra no Mar: 100 Anos Passados». Em: *Revista da Armada* (2018).

³³⁷Silva, *A Acção da Marinha de Guerra na Ocupação do Cuanhama*.

³³⁸António R. Saavedra. *O serviço de saúde no Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola em 1914 – 1915*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1935.

FIGURA 3.16: Itinerários durante a operação.



Fonte: (Pinto, 1918).

Cerqueira, à Tchipelongo, que era a base dos nativos revoltosos e armados, e vão ser atacados por uma força que tentava aproveitar o pequeno número e de pouco armamento que dispunha esta companhia, obrigando os marinheiros a se abrigar porque os nativos usavam imbondeiros³³⁹ como escudos.

FIGURA 3.17: Imbondeiro.



Durante este combate os nativos vão atingir vários elementos, dos quais menciono, o tenente de Infantaria Humberto de Ataíde, e o primeiro-tenente Afonso

³³⁹Árvore robusta, normalmente localizada em savanas e florestas abertas.

Cerqueira, apesar de se constatarem ser ligeiros ferimentos, mas o Batalhão vai sair vitorioso e ainda vão resgatar a Missão do Espírito Santo que se encontrava a realizar as suas ações de civilização religiosa também em Tchipelongo³⁴⁰.

“...teve lugar o primeiro contacto das fôrças do meu comando com o gentio revoltado, contacto efectuado pelas nossas tropas avançadas que se encontravam no Tchicusse, sob o comando do primeiro tenente Cerqueira, e que a pedido instante do superior forma em socorro da mesma, inflingindo uma severa lição ao gentio, e portanto-se com uma valentia que bem mostrou quanto eu tinha a esperar dessas belas tropas (Batalhão de marinha e 15^a Companhia indígena de Moçambique) que mais tarde nos combates de Môngua, tão brilhantemente se houveram³⁴¹.”

Para as forças expedicionárias, o clima também será um adversário, efetuando uma razia ao Batalhão com as chamadas doenças tropicais, afetando alguns oficiais, nomeadamente, o capitão-tenente Alberto Coriolano da Costa e o primeiro-tenente Carvalho Araújo, que vão retirar por junta médica³⁴².

“As doenças de que padecem são na percentagem de quási dois têtços febres palustres graves, de temperatura elevada... é necessário evacuar todos à medida que haja transportes, e estejam em condições de seguir viagem sem perigo de piorar pelo caminho...³⁴³.”

Ficando o Batalhão com 12 oficiais e 303 praças.

O destacamento do Humbe quando chegou em Tchicusse, no dia 8 de julho, vai encontrar muitos materiais pertencente as tropas que se encontrava em Naulila durante o incidente, nomeadamente metralhadoras, peça de artilharia e a mala que tinha cartuchos de *Mauser* do major Salgado do 14^o Batalhão de Infantaria³⁴⁴.

Enquanto que nos Gambos, o capitão Sebastião Roby vai destacar com uma pequena força composta por vinte praças da companhia indígena de Angola em direção ao Mulondo, onde se encontravam alguns alemães, mas vão ser os gentios da região que vão assassinar essa força, deixando os seus corpos a apodrecer no mato.

No dia 12 de julho, o general Pereira d'Eça nos Gambos, é informado para não atacar a Damaralândia porque o major Frank tinha se rendido ao general *boers*, Botha da União sul-africana, uma companhia independente inglesa³⁴⁵.

³⁴⁰Silva, *A Acção da Marinha de Guerra na Ocupação do Cuanhama*.

³⁴¹General Pereira d'Eça apud *ibid.*, p. 48.

³⁴²Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*.

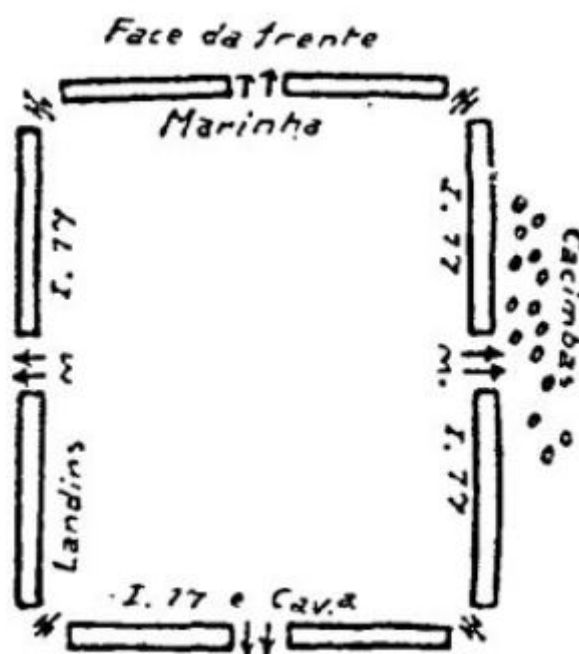
³⁴³Dr. Júlio Gonçalves apud Silva, *A Acção da Marinha de Guerra na Ocupação do Cuanhama*, p. 54.

³⁴⁴Teixeira, *Diário da Campanha do Cuanhama*.

³⁴⁵Correia, *Ngiva: Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecendentes: Naulila*.

Como nesta altura, o general Pereira d'Eça tinha a missão de pacificar os cuanhamas, então, vai reunir os seus homens, e ensaiar a formação em quadrado que será útil na campanha. A ideia era estar sempre pronto fechar o quadrado em qualquer suspeita de ataque. Segundo a ordem de operações, essa força tinha a seguinte composição: o lado esquerdo do quadrado ficaria preenchido com as 9^a e 10^a companhias, o lado direito ficaria do quadrado estaria ocupado com as 11^a e 12^a companhias, a frente do quadrado seria ocupado pelo Batalhão de Marinha e a bateria de metralhadoras e a 15^a companhia Indígena de Moçambique ocuparia a retaguarda do quadrado, logo a seguir as outras companhias que restaram ocuparam os vértices de ângulos do quadrado, para eliminar qualquer eventual falha³⁴⁶.

FIGURA 3.18: Disposição do Quadrado da Môngua.



Fonte: (Sousa, 1939).

Em Tchicusse, o general Pereira d'Eça com intenções de iniciar as operações no dia 12 de agosto, vai separar os destacamentos de apoio a esta campanha da seguinte forma³⁴⁷:

- Destacamento do Cuanhama – vai ocupar o cuanhama e todo povo sublevado situados além-Cunene³⁴⁸;

³⁴⁶Teixeira, *Diário da Campanha do Cuanhama*, p. 15.

³⁴⁷Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*, p. 25.

³⁴⁸Principal destacamento, teoricamente sob o comando do tenente-coronel Pereira Caldas e do seu Chefe do Estado Maior, capitão Pires Monteiro, porque nele havia instalado o general Pereira d'Eça e o seu Estado Maior. O Batalhão de Marinha vai integrar neste destacamento.

- Destacamento do Cuamato – tem a missão de reocupar o Cuamato, porque a administração portuguesa perdeu a autoridade sobre esta região com o *Incidente de Naulila*³⁴⁹;
- Destacamento de Naulila – tem a missão de reocupar Dongoená, Naulila e o Evale, porque diferente dos outros destacamentos, este tinha o destacamento de Cassinga/Evale anexado³⁵⁰;

Os pontos que vão assegurar o abastecimento logístico da campanha, inclusive material de artilharia, se encontram preparados, e vão ser todos adjacentes ao Humbe.

O Batalhão Expedicionário de Marinha vai marchar desde o Tchipelongo em direção ao Humbe, foi uma tarefa difícil, primeiro, por causa da escassez de água, as cacimbas ficavam distante do posto que a força se encontrava, um aspeto a não por de parte, era o estacionamento em aglomeração, sempre em alerta à qualquer presença do nativo revoltoso, e quando a tropa chega ao Cuanhama no dia 15 de agosto, já era possível abastecer água em grande quantidade no Vau do Chuimbua, localizado cerca de 22 quilómetros o Humbe³⁵¹.

O general Pereira d'Eça inicia a marcha no dia 12 conforme planeado. Durante esta campanha, foi possível perceber a união dos cuanhamas e cuamatos, que iria exigir um maior esforço ao destacamento do Cuanhama.

No dia 16 de agosto, as tropas de cavalaria e alguns auxiliares, efetuaram reconhecimento e encontraram as cacimbas das proximidades que se encontravam a aproximadamente 3 quilómetros³⁵².

Os Cuanhamas eram caracterizados por serem independentes, por realizarem várias incursões nos distritos localizados a norte desta região e também pela forte influência alemã na resistência à aceitação da administração portuguesa.

No dia 18, os Batalhões de Infantaria, 17 e de Marinha, os Esquadrões de Cavalaria, 11 e 4, vão marchar sobre as cacimbas, efetuando cerca de 1500 metros, para perceber como é que eram as vias de comunicação na região a ocupar. Mais tarde, essa força vai recolher os galopes para abastecer de água. E os homens de Mandume, nomeadamente, o lenga³⁵³ Calola vai aplicar os ensinamentos alemão,

³⁴⁹Comandado pelo coronel Veríssimo de Sousa e o Chefe do Estado Maior, capitão Conceição Mascarenhas. (Missão cumprida em 15 de agosto).

³⁵⁰Comandado pelo tenente Pessoa de Amorim, e o destacamento anexado é comandado pelo capitão Veloso e castro. (Missão cumprida em 18 de agosto).

³⁵¹Silva, *A Acção da Marinha de Guerra na Ocupação do Cuanhama*.

³⁵²Teixeira, *Diário da Campanha do Cuanhama*.

³⁵³Homem de confiança.

secando a cacimba, deixando as tropas portuguesas sem água e terreno desvantajoso num eventual combate. Os cuanhamas além de bem reforçados, também se encontravam fortemente abastecidos de munições explosivas alemães, e vão atacar as forças de Pereira d'Eça em todas as direções³⁵⁴.

Portanto, eram cerca de 12.000 nativos, dos quais 5.000 armados com disparos certos, durante este combate o porta-bandeira do Batalhão de Marinha³⁵⁵, primeiro-sargento Augusto Pereira da Silva vai marchar ao longo do Quadrado com o objetivo de animar as praças, e vai retirar somente quando o combate estiver mais intensificado³⁵⁶.

Por consequência deste forte ataque, o tenente de Infantaria Humberto de Ataíde foi atingido e alguns elementos da sua companhia vão morrer. E mais tarde, devido a não eficácia nos disparos por parte do quadrado, vai ser dada a ordem para cessar fogo e atuar com a cavalaria para romper os cuanhamas no combate corpo a corpo, que vai reduzir efetivamente as forças portuguesas, mas o quadrado vai avançar por baixo do intenso fogo inimigo, e vão ocupar as novas cacimbas de Môngua.

Durante o combate, as tropas portuguesas vão aproveitar as condições naturais ao seu favor, constituindo estes como seu abrigo, que vai obrigar os homens de Mandume aproximar, e vão ganhar maior poder de fogo.

“...não esperava tão dura investida do gentio, nem que êste estivesse tão bem armado, municiado e instruído³⁵⁷.”

Então, o general Pereira d'Eça decide enviar o destacamento do Cuamato, pouco numeroso, para o Cuanhama, mas essa decisão parece errada, porque estes vigiavam esta força e já tinham a intenção de atacar e ficar com o seu armamento. Muitos autores, como o Jaime do Inso e o Santos Correia, mencionam como repetição do *Massacre do Vau Pembe* de 1904.

O mesmo solicita abastecimento de munições, mas esta operação não deveria ser cumprida conforme planeado devido a insuficiência bovina e falta de água, deveria afetar nas forças que realizavam proteção da corrente de abastecimento³⁵⁸.

Por consequência das condições a que estavam expostos, o general Pereira d'Eça vai entender que deviriam marchar em direção as cacimbas de Môngua no dia 19 de agosto.

³⁵⁴Correia, *Ngiva: Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecendentes: Naulila*.

³⁵⁵Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*.

³⁵⁶Mortos: Um oficial e quinze praças;

Feridos: 6 oficiais, 24 praças.

³⁵⁷Pereira d'Eça apud Correia, *Ngiva: Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecendentes: Naulila*, p. 151.

³⁵⁸Ibid.

Essa ação, mas só o uso da cavalaria, a ação do Batalhão de Infantaria 17 e a carga à baioneta do Batalhão Expedicionário de Marinha, irá afugentar Mandume e os seus homens. Quanto ao Batalhão Expedicionário de Marinha, vale destacar o importante papel do primeiro-tenente Raúl Alexandre Cascais pela firmeza no comando durante o combate³⁵⁹, como ilustrado no anexo I.10.

Apesar do sucesso do Quadrado e a conquista das cacimbas de Mongua naquele momento, é notório o grande desgaste das tropas de Marinha, porque os homens de Mandume atacaram todos os lados do Quadrado com atiradores escondidos. Provocando muitos mortos e feridos³⁶⁰.

Mas, este não será o desfecho da campanha na região, sendo que o povo do Cuanhama, vai atacar as forças que abasteciam o Quadrado localizado em Môngua, obrigando a recuar nas suas ações de ocupação do Cuanhama³⁶¹.

A força que abastecia quadrado, havia sido morta, das quais menciono, três soldados do Batalhão do Infantaria 17 e um ajudante *chauffeur*. Neste momento, era uma obrigação o restabelecimento urgente desta linha de comunicação para que a operação não falhasse, por isso, o general Pereira d'Eça vai colocar o destacamento do Cuamato a abastecer o Quadrado em Môngua.

“...foi a mais resistente nas marchas; a mais esforçada nos combates. e que durante os quatro dias em que na Môngua estivemos reduzidos a um quarto de ração...³⁶².”

O general queria aproveitar a fuga dos homens de Mandume e a falta de motivação para lutar do seu povo para impor a soberania portuguesa em Ngiva. Entretanto, o Batalhão Expedicionário de Marinha, um Batalhão de Infantaria duas baterias de artilharia, duas baterias de metralhadoras e esquadrões de Cavalaria vão todos passar a pertencer ao destacamento de Ngiva.

Nas cacimbas de Môngua, as tropas do general vão estabelecer víveres para o pessoal, mas, não para o gado. O general Pereira d'Eça recebera a informação por parte de um cuamato, que os cuanhamas, agora com o próprio Mandume, deveriam atacar, acompanhado de humbes, cuamatos, evales bem reforçados, que o Santos Correia estima em 60.000 homens bem armados³⁶³.

E na manhã do dia 20, eles atacam em todos os lados do quadrado e abateendo quase todo gado, o auxilio da infantaria, e também dos pouco cavalos que

³⁵⁹Pinto, «Portugal e a Grande Guerra».

³⁶⁰Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*.

³⁶¹Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*.

³⁶²Coronel António Veríssimo de Sousa apud Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, p. 144.

³⁶³Correia, *Ngiva: Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecendentes: Naulila*.

da tropa de cavalaria, foram fundamentais para atacar estes guerreiros. Mas uma vez o Batalhão de Marinha do capitão-tenente Afonso Cerqueira terão ajudado o quadrado dispersando os guerreiros do sul de Angola.

Somente no dia 2 setembro, que este destacamento vai marchar com o objetivo de construir um forte em Môngua, e priorizando sempre a ocupação militar do Cuanhama pela administração portuguesa. Durante este último esforço, considerado um dos piores cenários porque o clima prejudica a realização de certas operações, as doenças que começaram a aparecer nas forças expedicionárias.

TABELA 3.1: Baixas portuguesas durante a campanha no Cuanhama (1914 – 1916)

1914 – 1918	Em combate	Por doença	Total
Europeus	101 (13 %)	684 (87%)	785
Nativos	68	0	68
Auxiliares	0	6	6

Fonte: Adaptado de (Correia, 1943) .

A imprensa não parava de acompanhar e os chamou de Bravos da Môngua.

O general Pereira d'Eça vai juntar toda força em Ngiva, inclusive os que faziam serviço de ligação. Mas apesar de todas dificuldades, no dia 5 de setembro de 1915, Ngiva foi tomada pela administração portuguesa³⁶⁴. O rei do Cuanhama terá fugido para a famoso zona neutra do Sudoeste Africano, por isso, o general Pereira d'Eça vai deixar o major Alberto Salgado como chefe do destacamento recentemente criado para precaver futuras incursões deste rei e seus lengas.

“Estava, enfim, estabelecida a nossa autoridade nas terras do rebelde, aguerrido e valente cuanhama! Podia considerar-se ultimada a ocupação do Sul de Angola³⁶⁵.”

O general Pereira d'Eça felicitou a sua tropa pela forma como cumpriram a sua missão apesar da revolta feita pelos cuanhamas.

Depois da ocupação militar do Cuanhama pela administração portuguesa, a tropa expedicionária vai embarcar no paquete *Zaire* no dia 30 de setembro e recebidos em grande euforia no dia 15 de outubro em Lisboa.

Cronologicamente, se pode considerar como principais ações desta campanha o seguinte:

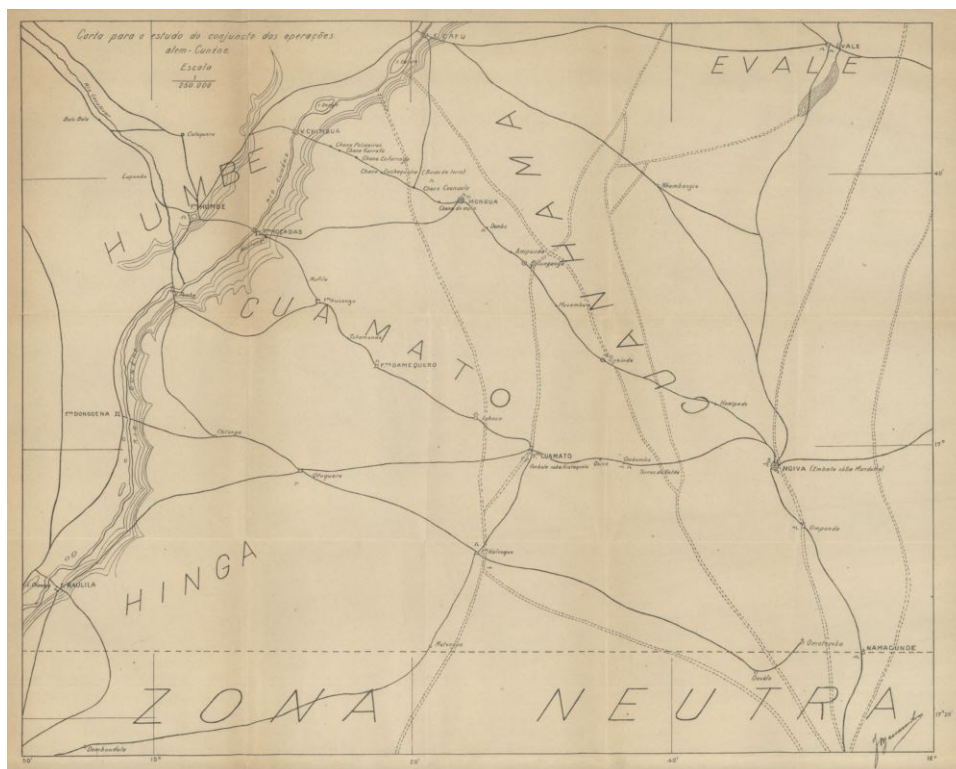
- 11-09-1914 – Partida de Lisboa da Expedição do tenente-coronel Alves Roçadas a bordo do paquete inglês *Durham Castle* e o paquete *Moçambique*, escoltados pelo cruzador *Almirante Reis* e pelas canhoneiras *Beira* e *Ibo*;

³⁶⁴Silva, *A Acção da Marinha de Guerra na Ocupação do Cuanhama*.

³⁶⁵Pereira d'Eça apud Rebelo, *Ocupação do Litoral Sul de Angola*, p. 28.

3.2. Ocupação Militar no Sul de Angola

FIGURA 3.19: Região além-Cunene.



Fonte: (Eça, 1921).

- 01-10-1914 – Chegada da Expedição do tenente-coronel Alves Roçadas em Moçâmedes;
- 19-10-1914 – Incidente de Naulila;
- 29-10-1914 – Formação do Batalhão Expedicionário de Marinha em Lisboa pelo Decreto N^o 991, comandados pelo capitão-tenente Alberto Coriolano Costa;
- 31-10-1914 – Ataque ao forte de Cuangar;
- 01-11-1914 – Início das operações no sul de Angola;
- 05-11-1914 – Partida do Batalhão Expedicionário de Marinha de Lisboa, a bordo do paquete *Beira*;
- 23-11-1914 – Chegada do Batalhão Expedicionário de Marinha em Moçâmedes;
- 18-12-1914 – Batalha de Naulila e sublevação dos cuanhamas;
- 20-01-1915 – Envio de uma nova Força Expedicionária ao Cuanhama;

- 22-04-1915 – Chegada o general Pereira de Eça em Moçâmedes, a bordo do vapor *Zaire* e depois de alguns dias regressa novamente à Metrópole;
- 19-06-1915 – Regresso do general Pereira de Eça da Metrópole com alterações ao seu programa de operações;
- 09-07-1915 – Rendição alemã perante ao general Botha da União sul-Africana;
- 12-08-1915 – Distribuição da Força Expedicionária em três destacamentos;
- 18-08-1915 – Batalha de Môngua;
- 05-09-1915 – Imposição da Administração portuguesa em Môngua;
- 30-09-1915 – Embarque em Moçâmedes das Forças Expedicionárias;
- 15-10-1915 – Chegada em Lisboa das Forças Expedicionárias a bordo do paquete *Zaire*.

Durante a ocupação militar em Angola, a participação da Marinha não envolveu os combates navais propriamente ditos, mas esteve pronta a recorrer ao uso de armas sempre que necessário para afirmar a presença portuguesa naquele território, incorporando nas diversas colunas. A Armada tinha a função de transportar as tropas expedicionárias e assegurar a circulação logística entre Luanda e as zonas de conflitos³⁶⁶.

“...a actual configuração da componente territorial de Angola é, em grande parte, obra da Marinha, e é sem dúvida, uma das mais valiosas dádivas que os angolanos herdaram dos portugueses³⁶⁷.”

³⁶⁶Freire, *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização(1883-1918)*, p. 219.

³⁶⁷Fonseca, *Viagens e Histórias da Marinha: No Mar, em Terra e no Ultramar*, p. 85.

Conclusão

No decorrer da elaboração desta dissertação de mestrado, como mostra a estrutura de desenvolvimento subordinada ao tema, foi realizado um profundo estudo, e considero que o objetivo desta investigação foi alcançado, que era explicar a coerente participação da Armada durante as campanhas de ocupação de Angola no fim do século XIX e o início do século XX, e relacionar com a Política Naval contemporânea.

Esta investigação foi realizada com a análise de diversos trabalhos que incidem sobre esta temática, mencionando uma das principais obras, que resulta de um estudo completo da Marinha Portuguesa e das campanhas concretamente militares das quais incidem a sua participação, *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974* do professor António Telo, da qual foi feita a análise exaustiva e extensiva da evolução do Poder Naval e a forte influência que este teve na presença colonial portuguesa em Angola, fazendo referência aos vários Programas Navais que foram significativos na afirmação ou consolidação da administração portuguesa durante o processo de ocupação efetiva, principalmente em terras onde existiram oposição à presença da instalação de um sistema colonial.

Como foi explicado na introdução deste trabalho, a ocupação de Angola foi um processo longo, pelo menos, durante o período de estudo, vamos assistir a continuidade do trabalho que o governador Sousa Coutinho havia iniciado no século XVIII, o reforço militar, as explorações por terra e por mar, tendo como resultado a cartografia das regiões já exploradas, o estabelecimento de linhas comerciais, o envio de missões religiosas civilizadoras, dos quais vão resultar o estabelecimento de fortificações militares ao longo do sertão, várias vezes mencionado “Hinterland”.

Portanto, é importante referir que, na primeira metade do século XIX, a independência do Brasil vai ser determinante no panorama colonial português, pois, alterou significativa a considerada grande fonte de riqueza, tornando assim, Angola num dos principais centros de exportação da Metrópole, apesar de não existir uma forte força colonizadora, portanto, ainda no século XIX, vão ser alteradas as rotas de tráfico de escravos, e mais tarde, a sua abolição, vai obrigar a criação de pautas protecionistas para regular a distribuição dos produtos que vão substituir a mercadoria humana.

Durante a primeira metade do século XIX, a abolição do tráfico de escravos e a independência do Brasil vão afetar significativamente o projeto a ocupação efetiva, o comércio local e mais tarde se refletirá no quantitativo das guarnições dos postos militares.

Antes da corrida à África pelas potências europeias, tudo o que aconteceu, não foram consideradas campanhas de pacificação, mas sim, estabelecimento de colonos e as consequentes feitorias comerciais que eram resguardados pelos navios ao longo da costa ocidental africana.

Nos tratados de protetorado colonial, Portugal teria que fixar colonos e mais tarde uma entidade governamental para a região ocupada, para cumprir com os direitos adquiridos estabelecidos na conferência de Berlim. Na segunda metade do século XIX, os oficiais de Marinha passaram a garantir a ocupação principalmente dos portos do norte da província de Angola.

O historiador Ralph Delgado vai mais além, apresentando um estudo, em que descreve o comportamento de certos nativos em relação o sistema colonial português, se revoltando contra à presença europeia nas suas terras. Apesar de um ligeiro aumento de efetivo militares, foi necessário mudar a maneira de pacificar, “castigando o gentio”, no Bié por exemplo, existiram várias incursões por parte do gentio, atuando quase sempre de surpresa nas fortificações e também nas margens fluviais. Mas foi um período devastador, porque o estabelecimento de vias de comunicações e a estabilização do fluxo comercial, exigia muito de Portugal.

Com a introdução dos navios a vapor na Estação Naval de Angola, o porto de Moçâmedes se tornou no ponto de abastecimento de carvão, aguada e alimentos. A segunda metade do século XIX vai ser marcada pelo estabelecimentos de carreiras marítimas regulares com a África Ocidental e Oriental, a lei que regulava a concessão de terrenos nas colónias, assim como as exploração de minas, a proibição de uso de carregadores Angola, a transição do comércio de escravos para a chamada mercadoria lícita.

A penetração no interior de Angola, com a fundação do distrito da Huíla, Portugal vai encontrar um problema, os Cuamatos, que vão realizar várias incursões, instaurando o pânico nos habitantes do Humbe e Gambos, e atrapalhar o projeto de ocupação de Angola. Mais tarde, é criada a *Sociedade de Geografia de Lisboa*, que vai impulsionar várias explorações para a chamadas “terras desconhecidas” segundo alguma cartografia na altura, viagens como as Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo, Henrique de Carvalho que vão contribuir significativamente com estudos linguísticos, antropológico das populações e também daquelas que eram regiões menos exploradas e não ocupadas pela administração colonial portuguesa em Angola.

Durante o período das campanhas de pacificação, isto é, após 1896, quando a presença portuguesa tende a afluir para o interior com mais consistência, a Empresa Nacional de Navegação vai passar a realizar o transporte de tropas, e a Armada passará a escoltar estes navios, e o comando das colunas das forças expedicionárias vão passar aos oficiais do Exército colonial até 1895, quando a Armada é renovada, apesar da Armada se encontrar também em grande escala na Europa. E são extintas as divisões navais e reestabelecidas as Estações Navais, que vão coincidir com as criações de várias flotilhas.

Com essa alteração na Política Naval, as corvetas mistas vão realizar o transporte de tropas expedicionárias, a fiscalização da costa angolana na repreensão do tráfico de escravos e na garantia da afirmação da administração portuguesa, o fornecimento de oficiais para as explorações geográficas e científicas durante o chamado período de ocupação com recursos reduzidos. E as lanchas-canhoneiras vão se tornar os principais navios da Armada nas campanhas de pacificação, atendendo ao seu fácil transporte, e a capacidade de navegarem nas várias redes fluviais, com armamentos de duplo uso, em terra e no mar, colocando assim os marinheiros como parte do efetivo a apoiar as campanhas de pacificação.

Pouco tempo depois, vai surgir a preocupação de modernizar a Armada com os melhores meios combatentes, pois, era necessário ter na sua constituição navios de batalha e cruzadores ligeiros para a defesa do continentes e ilhas e também escolta de contra-torpedeiros, submersíveis e aviões, com realce as operações de desembarque costeiro.

É possível afirmar que, sem as lanchas-canhoneiras, as espingardas de repetição, as metralhadoras, e mais tarde, as peças de tiro rápido, não existiria as campanhas de pacificação, atendendo os custos de produção que estes exigiram.

A imprensa, nomeadamente, a revista *Occidente* e a *Ilustração Portuguesa*, seguiam atentamente todo processo de ocupação de Angola que fui mencionando ao longo de cada campanha. Na última campanha de ocupação efetiva no sul de Angola, as tropas portuguesas enfrentaram um inimigo bem preparado, o rei Mandume que entendera que atacando o gado, retirar as linhas de comunicações seria crucial para a sua vitória, tornando-o o destacamento do cuanhama quase inútil para o combate.

Em suma, na primeira metade do século XIX, a Marinha teve um papel importante no combate do tráfico de escravos ao longo da costa ocidental africana, enquanto que na segunda metade do século XIX e início do século XX vai contribuir significativamente no cumprimento de tarefas administrativas como, no envio de telegramas entre a província de Angola e a metrópole, fiscalização do comércio e redes fluviais, movimentação de doentes entre Angola e à metrópole, e mais tarde,

com o início das chamadas campanhas de pacificação do gentio, vai apoiar na defesa dos povos e comerciantes no interior, contra habitantes que vinham do sul de Angola para recolher animais e suas mercadorias, também controlava a navegação marítima na Divisão Naval do Atlântico Sul, transporte de pessoal e material, assim como ponto de apoio logístico avançado em várias expedições, levantamentos hidrográficos costeiros e portuários, balizagem marítima.

Bibliografia

- «A Grande Guerra no Mar: 100 Anos Passados». Em: *Revista da Armada* (2018).
- ABSHIRE, David M. e Michael A. SAMUELS. *Portuguese Africa: A handbook*. Londres: Pall Mall Press, 1969.
- ALBERTO, Ricardo André Fernandes Gaspar. *Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961–1974*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha. 2017.
- ALBUQUERQUE, Aires Roque de Freitas de. *Efeméride ultramarina: Tratado de Simulambuco*. Funchal: s.n., 1974.
- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822–1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- ALMEIDA, António Júlio Belo de. *Campanha do Humbe em 1897–1898*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1936.
- *Operações Militares da Sanga, do concelho de Novo Redondo em 1893*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1942.
- *Operações Militares de 1904 na Região do Bimbe (Bailundo)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1944.
- ANDRESEN, Ruben. *Documentos dos Arquivos de Windsor*. Coimbra: s.n., 1955.
- ANGOLA, Governo Geral da Província de. *Relatório da Columna de Ocupação do Baixo Cubango*. Loanda: Imprensa Nacional, 1910.
- «Angola: Expedição Militar ao Cuamato». Arquivo Histórico Militar Cx. 09, 2ª Divisão, Número 22.
- BARATA, Januário Simões. *Alves Roçadas: Chefe Militar e Administrador Ultramarino*. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar, 1971.
- BELLO, Conde de Campo. *Os Robys*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1936.
- BERNADINO, Teresa. *As Viagens de Capelo e Yvens: Portugal em África na Segunda Setade do Século XIX*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1985.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Partilha, Resistência e Colonialismo: Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos–UCAM/CCBB, 2003.
- CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

- «Campanha do Bailundo». Arquivo Histórico Militar Cx. 08, 2ª Divisão, Número 1. 1902.
- CANAS, António Costa. *Viagens e Operações Navais: 1824–1974*. Lisboa: Academia de Marinha, 2020.
- CAPELO, Hemenegildo e Roberto IVENS. *De Angola à contra costa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- «Capitania de Angola: Luanda». Arquivo Histórico de Marinha Cx. 89–4.
- CARVALHO, João Augusto de Noronha Dias de. *Henrique de Carvalho: Uma vida ao Serviço da Pátria*. S.l.: s.n., 1975.
- CERQUEIRA, Afonso de. *A Marinha Militar na Ocupação de África*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.
- CORREÂ, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Ática, 1937.
- CORREIA, J. Santos. *Ngiva: Campanha do Sul de Angola em 1915, seus antecendentes: Naulila*. Lisboa: Tip. Gráfica Lisbonense, 1943.
- *Ocupação do Sul de Angola*. Lisboa: s.n., 1952.
- CORVO, João de Andrade. *Estudos Sobre as Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1883.
- COSTA, Adelino Rodrigues da. «A Marinha na Primeira Guerra Mundial». Em: *Participação da Marinha em África na Grande Guerra (1914 – 1918)* (2018).
- COSTA, Eduardo da. *A questão do Cuanhama (Sul de Angola)*. Lisboa: Typographia Universal, 1906.
- COUCEIRO, Henrique de Paiva. *Relatório de Viagem entre Bailundo e as Terras do Mucusso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- DELGADO, Ralph. *Ao Sul do Cuanza: Ocupação e Aproveitamento do Antigo Reino de Benguela*. 2 Volumes. Lisboa: Imprensa Beleza, 1944.
- DIAS, Gastão Sousa. *D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho: Administração Pombalina*. Lisboa: Cosmos, 1936.
- *Ocupação de Angola: Exploração, Conquista e Povoamento*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.
- *Os Auxiliares na Ocupação do Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943.
- EÇA, António Júlio da Costa Pereira de. *Campanha do Sul de Angola em 1915: Relatório do General Pereira D'Eça*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921.
- ESPARTEIRO, António Marques. *Três Séculos no Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1986.
- «Estação Naval de Angola: Luanda». Arquivo Histórico de Marinha Cx. 1377–6, Processo 16/423.

- FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- FONSECA, J. C. Moura da. *Viagens e Histórias da Marinha: No Mar, em Terra e no Ultramar*. s.l.: s.n., 1995.
- FREIRE, João. *João Roby e o Desastre do Vau de Pembe (Angola, 1904): Um herói, um mártir, más tácticas, as circunstâncias imprevistas... e alguma inabilidade – Autópsia de uma derrota militar*. Lisboa: Academia de Marinha, 2017.
- *Olhares Europeus sobre Angola: Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projetos de modernização(1883-1918)*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2011.
- GONZAGA, Noberto. *História de Angola*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1969.
- GUARDADO, A. A. da Silva. *O Massacre dos Dragões do Conde de Almoester*. Lisboa: Cosmos, 1939.
- GUEDES, Roberto e Ariane CARVALHO. *Muxiluandas: Memória política, escravidão perpétua, liberdade e parentesco [Luanda, século XVIII]*. Rio de Janeiro: Mauad, 2021.
- INSO, Jaime Correia do. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2015.
- JÚNIOR, Manuel Contreiras. *O Massacre do Cunene*. Lisboa: Cosmos, 1937.
- LEAL, António Justino de Faria. *Relatório acerca de serviço de saúde no Ambriz de 1855 a 1857*.
- LEMONS, Alberto de. *História de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional, 1929.
- LIMA, José Joaquim Lopes de. *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na África Occidental e Oriental, na Ásia Occidental, na China, e na Oceânia*. Escritos de Ordem do Governo de sua Magestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.
- MACHADO, Ernesto de França Mendes. *No Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956.
- MADUREIRA, António Dias. *Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco*. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana apresentada à Universidade Portuguesa. 1997.
- MAIA, José Manuel dos Santos. *A introdução de eletricidade na Marinha Portuguesa*. Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Marítima. 2021.

- MATOS, Norton de. *A situação financeira e económica da Província de Angola*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914.
- MENDES, José Agostinho de Sousa. *Retalhos Históricos Marítimos e Navais*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2000.
- MENEZES, J. A. de Carvalho. *Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*. Rio de Janeiro: Tipografia Clássica, 1848.
- MONTANHA, Carlos Augusto de Noronha. *Odisséia dum Pioneiro Colonial nos Serções de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1944.
- MONTEIRO, Henrique Pires. *Neves Ferreira: 1846–1902*. Lisboa: Cosmos, 1940.
- MOREIRA, Cecílio. *Fortalezas, Fortes, Fortins e Fazendas Fortificadas de Moçâmedes no Sul de Angola: Subsídios para a História em Angola*. Porto: Universidade Portucalense, 1991.
- MORENO, Mateus. *Fastos Militares da ocupação do Sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.
- MOTA, Avelino Teixeira da. «O problema da Travessia em meados do século XIX. As viagens de Ladislaus Magyar (1849–1859)». Em: *A Cartografia Antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique: 1500-1860*. Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, 1864.
- OLIVEIRA, Maurício de. *Armada Gloriosa. A Marinha de Guerra Portuguesa no Século XX (1900–1936)*. Lisboa: Parreira A. M. Pereira, 1936.
- *Os Navios do Ultimato*. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1946.
- PAIVA, Arthur de. *Expedição ao Cubango: Relatório do Capitão Arthur de Paiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845–1941*. 2 Volumes. Lisboa: Estampa, 1986.
- PEQUITO, Rodrigo Affonso. *A Sociedade de Geographia de Lisboa e o marquez de Sá da Bandeira*. Lisboa: Typographia do Jornal - O Progresso, 1877.
- PEREIRA, Rodrigues. *Grandes Batalhas Navais Portuguesas: Os Combates Que Marcaram a História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- PINTO, Alberto Oliveira. *História de Angola: da Pré-História ao Início do século XXI*. Lisboa: Mercado de letras Editores, 2004.
- PINTO, José Leiria. «Portugal e a Grande Guerra». Em: *Participação da Marinha em África na Grande Guerra (1914 – 1918)* (2018).
- REBELO, Manuel da Silva. *Ocupação do Litoral Sul de Angola*. Lisboa: s.n., 1971.
- REGALADO, Jaime Ferreira. *Cuamato–1907: Os Bravos de Mufilo no Sul de Angola*. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

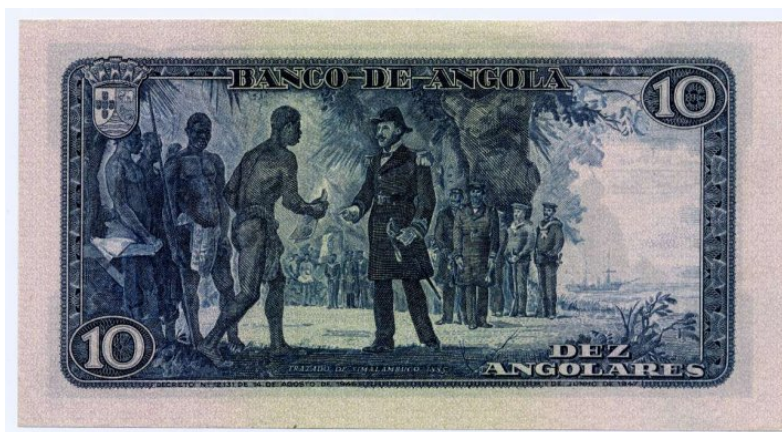
- «Reorganização Militar da província de Angola de 1902 à 1948». Arquivo Histórico Militar Cx. 08, 2ª Divisão, Número 1.
- RITA, José Gonçalo Santa. *Sá da Bandeira e a Política Ultramarina*. Lisboa: s.n., 1956.
- ROLLO, Maria Fernanda e Fernando ROSAS. *História da Primeira República Portuguesa*. 3ª Edição. Lisboa: Tinta da China, 2021.
- SAAVEDRA, António R. *O serviço de saúde no Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola em 1914 – 1915*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1935.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. *Das travessias científicas à exploração Regional em África: Uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.
- *Viagens e apontamentos de um Portuense em África: Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Leitura com introdução e notas por Maria Emília Madeira Santos. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986.
- SILVA, Fernando Augusto Pereira da. *Política Naval e Política Naval Nacional*. Lisboa: Tipografia Oficinas Gráficas do Instituto dos Pupilos do Exército, 1924.
- SILVA, Joaquim Duarte. *Artur de Paiva*. Lisboa: Cosmos, 1939.
- *General Padrel*. Lisboa: Cosmos, 1939.
- *Pedro Alexandrino da Cunha (Escôrço Biográfico)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939.
- SILVA, Marinho da. *A Acção da Marinha de Guerra na Ocupação do Cuanhama*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- TEIXEIRA, Luís Artur. *Diário da Campanha do Cuanhama*. Porto: s.n., 1959.
- TELO, António José. *Homens, Doutrinas e Organização: 1824–1974*. Lisboa: Academia de Marinha, 1999.
- «Tratado de Chinfuma Angola assinado em 29–9–1883 e outros». Arquivo Histórico de Marinha Cx. 1339A. 1883.
- VILLAS, Gaspar do Couto Ribeiro. *História Colonial*. Lisboa: s.n., 1938.
- WHEELER, Douglas L. e René PÉLISSIER. *Angola*. Londres: Pall Mall Press, 1972.
- WHEELER, Douglas Lanphier. *The Portuguese in Angola 1836–1891: A Study in Expansion And Administration*. Reprodução fac-similada da tese apresentada à Boston University em 1963. Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree Doctor of Philosophy. 1985.
- KI-ZERBO, Joseph. «Introdução Geral». Em: *Histoire Générale de L 'Afrique*. Paris: UNESCO, 1980.

Anexo I

Imagens

FIGURA I.1: Representação do Tratado de Simulambuco

(A) Representação do Tratado na Nota de Angolar.



(B) Padrão do Tratado.



Fonte: (Martins, 1972). [I.1](#)

FIGURA I.2: Campanha do Cuamato de 1904

(A) Segundo-tenente João Roby.



(B) Posto de Quipungo.



Fonte: (Júnior, 1937).

FIGURA I.3: Guerreiro Cuamato



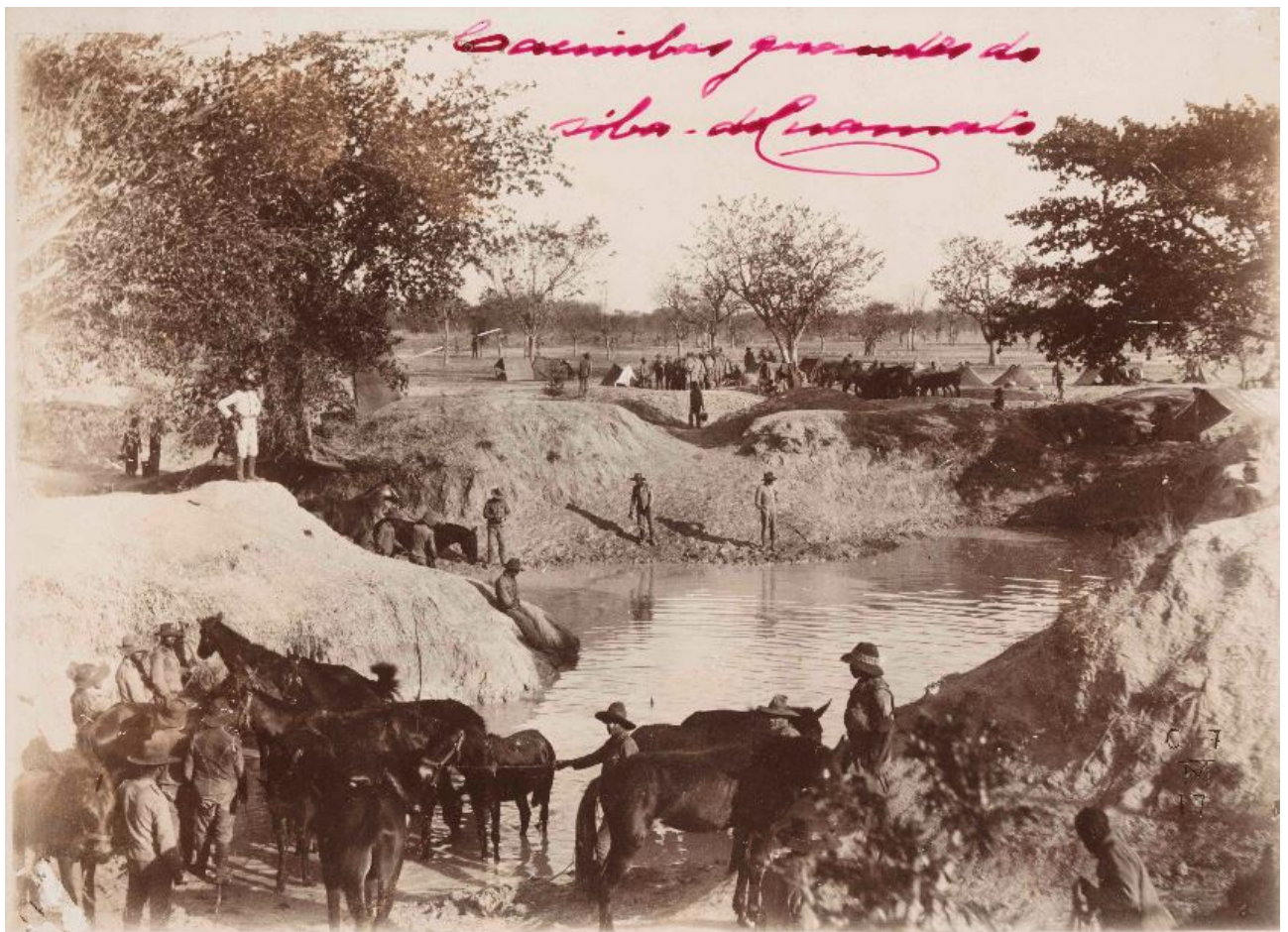
Fonte: (Freire, 2017).

FIGURA I.4: Os que morreram pela Pátria (Cuamato).



Fonte: Revista *Occidente* N° 929, 20 de Outubro de 1904, p. 1.

FIGURA I.5: Cacimbas grandes do soba do Cuamato Grande em Naloeque em 1907.



Fonte: Álbum do José de Almeida na Fundação Mário Soares.

FIGURA I.6: Campanha do Cuamato de 1907

(A) Telegrama (Adaptado de «Angola: Expedição Militar ao Cuamato». Arquivo Histórico Militar Cx. 09, 2ª Divisão, Número 22.)

(B) Edição de 1 de Junho de 1908 do Jornal “O Século”

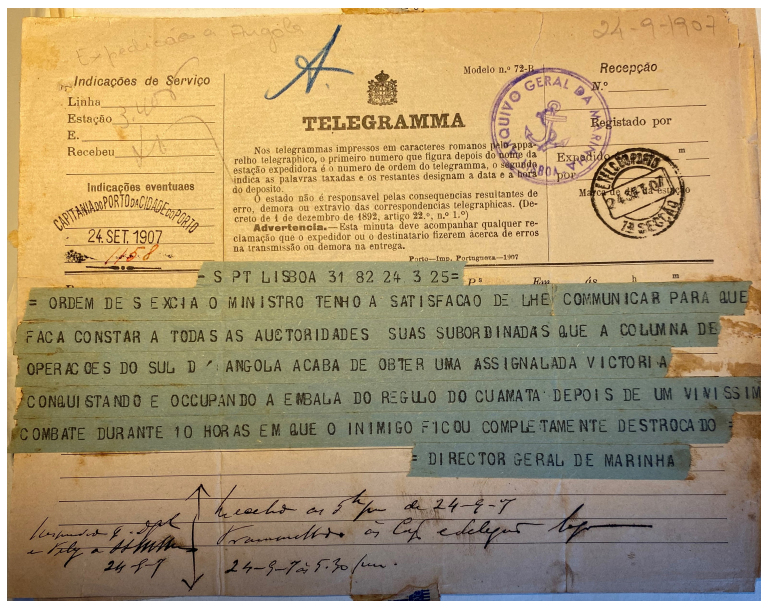


FIGURA I.7: Os Vencedores do Cuamato.



Fonte: Revista *Occidente* N° 1046, 20 de Janeiro de 1908, p. 12.

FIGURA I.8: Programa Naval de 1912.

A FUTURA ESQUADRA DE PORTUGAL

Desde ha muito o nosso sonho é possuir uma esquadra em condições de velar pelo nosso dominio ultramarino e pelas costas de Portugal, porque um paiz que possui tão dilatados territorios não pôde estar á mercê da primeira tentativa que sobre eles se queira fazer sem poder defendel-os.

Com o advento da Republica foi uma das primeiras coisas em que se pensou, estando elaborado um relatorio e feita uma proposta pelos quaes Portugal — que tem excelentes marinheiros — ficaria tendo tambem uma bela esquadra.

As maiores unidades serão tres couraçados do tipo do *Minas Geraes* ou do *S. Paulo*, os possantes navios, brasileiros com o deslocamento de vinte mil toneladas, com a velocidade de vinte e uma milhas e meia, artilhados com 8 peças de 305 centímetros, 21 de 12, e 8 de 47 milímetros.

Tres exploradores do tipo do *Almirante Spahn*, da ma-

4 de 76 milímetros e 2 tubos lança torpedos de 18 polegadas.

Doze torpedeiros no tipo do inglez *Cossak*, com um deslocamento de 830 toneladas, a velocidade maxima de 32 milhas, uma potencia maxima de 16:000 cavalos, armados com 4 peças de 76 milímetros e 2 tubos de lançamento.

Seis submersiveis, com o deslocamento de 360 toneladas, completarão a esquadra com o respectivo navio apoio dos submersiveis que deve custar uns oitocentos contos de réis. O seu papel consiste, como se depreende do seu nome, em prestar todo o auxilio de que careçam os submersiveis, fornecendo-lhe tudo quanto eles precisarem para as suas reparações, sendo até o abrigo das suas tripulações. Além de varias oficinas e depositos terá um compartimento para prova de submarinos, aparelhos de mergulhadores, equipe d'esse pessoal, telegrafia sem fios.

Taes serão os navios com que de futuro poderemos contar para a defeza das nossas possessões e das costas de Portugal, pois esta esquadra oferecerá sempre, pela sua constituição, uma grande resistencia.

Posta em pratica esta iniciativa, reorganizado todo este serviço, passaremos a ser, em vez d'um paiz onde



O ministro da Marinha
Sr. Dr. Celestino d'Almeida



Comparação entre a tonellagem da futura esquadra e da esquadra actual

ESQUADRA DO PROJETO:	
2 couraçados.....	40.000 toneladas
2 cruzadores.....	8.200 "
12 contra-torpedeiros.....	9.900 "
6 submersiveis.....	2.100 "
	60.200

ESQUADRA ACTUAL:	
Adamastor.....	1.700 toneladas
Republica.....	1.600 "
S. Gabriel.....	1.000 "
Almirante Reis.....	1.900 "
	6.200

rinha austriaca, com o deslocamento de tres mil e quinhentas toneladas com 6 peças de 12,



Os tres futuros couraçados de um deslocamento de 20.000 toneladas cada um

Fonte: Revista *Ilustração Portuguesa* Nº 116, 08 de Janeiro de 1912, p. 367. I.8

FIGURA I.9: Oficiais que partiram no Batalhão Expedicionário de Marinha.

Relação dos oficiais que, em 5 de Novembro de 1914, partiram no Batalhão Expedicionário de Marinha a Angola

POSTOS	NOMES	CARGOS	OBSERVAÇÕES
Capitão-tenente	Alberto Coriolano Ferreira da Costa	Comandante do Batalhão	Regressou à Metrópole por opinião da Junta de Saúde, entregando o comando do Batalhão ao já capitão-tenente Afonso Júlio de Cerqueira.
1.º tenente	Afonso Júlio de Cerqueira	Comandante da 1.ª companhia	
1.º tenente	Raúl Alexandre Cascais	Comandante da 2.ª companhia	Promovido a capitão-tenente em 25-5-915.
1.º tenente	Manuel Quintão Meireles	Comandante da 3.ª companhia	Morreu durante a Grande Guerra, comandando o «Roberto Ivens» que chocou com uma mina.
2.º tenente	Fernando Carvalho Araújo	Comandante da 1.ª secção de metralhadoras ...	
2.º tenente	Fernando de Oliveira Pinto	Comandante da 2.ª secção de metralhadoras	Regressou à Metrópole por opinião da Junta de Saúde, vindo a morrer em combate com um submersível alemão, quando comandava o «Augusto Castilho».
2.º tenente	Luiz A. de M. Ferreira de Castro	1.ª companhia	
2.º tenente	Armando Perestrelo Botelho	2.ª companhia	
2.º tenente	Henrique Owen Pinto	3.ª companhia	
2.º tenente	Fernando Teixeira Diniz	Ajudante do Batalhão	
2.º tenente	Fortunato Pires da Rocha	2.ª companhia	
2.º tenente	Juliano António de Carvalho	3.ª companhia	
2.º tenente	João Lobo dos Santos Moreira	1.ª companhia	
1.º tenente-médico	António Rui Vale Saavedra	Chefe do Serviço de Saúde	
2.º tenente-médico	Júlio Gonçalves	Serviço de Saúde	
2.º tenente-médico	Henrique Cândido Pinto da Cunha	Serviço de Saúde	
2.º ten. Adm. Naval ...	António de Campos Andrada	Chefe do Serviço de Contabilidade	
Guarda-marinha	Alberto Ângelo dos Santos	Adjunto do Serviço de Contabilidade	

Fonte: (Silva, 1940). I.9

FIGURA I.10: Combate da Môngua.



Fonte: (Pereira, 2013). [I.10](#)

FIGURA I.11: Oficiais do Batalhão Expedicionário de Marinha após Campanha no sul de Angola.

Relação dos oficiais do Batalhão Expedicionário de Marinha a Angola que regressaram à Metrópole em 15 de Outubro de 1915

POSTOS	NOMES	SERVIÇOS QUE PRESTARAM
Capitão-tenente	Afonso Júlio de Cerqueira	Guarneceu o posto avançado da Cahama; tomou parte na reocupação do Tchicusse; comandou o combate de Tchipelongo, onde foi ferido; fez parte do destacamento da reocupação do Humbe, da conquista do Cuanhama e da Ngiva; tomou parte nos combates da Môngua, e em toda a acção neste lugar.
1.º tenente	Raúl Alexandre Cascais	Fez parte do destacamento da reocupação do Humbe, da conquista do Cuanhama e da Ngiva; e tomou parte na acção da Môngua.
1.º tenente	Manuel Quintão Meireles	Serviços idênticos.
2.º tenente	Fernando de Oliveira Pinto	Serviços idênticos.
2.º tenente	Luiz A. de M. Ferreira de Castro	Serviços idênticos.
2.º tenente	Armando Perestrelo Botelho	Guarneceu o posto avançado da Cahama; tomou parte na reocupação do Tchicusse; entrou no combate de Tchipelongo; fez parte do destacamento da reocupação do Humbe, da conquista do Cuanhama e da Ngiva; tomou parte nos combates da Môngua e em toda a acção neste lugar.
2.º tenente	Fernando Teixeira Diniz	Fez parte do destacamento da reocupação do Humbe, da conquista do Cuanhama e da Ngiva; e tomou parte na acção da Môngua, onde foi ferido.
2.º tenente	Fortunato Pires da Rocha	Fez parte do destacamento da reocupação do Humbe, da conquista do Cuanhama e da Ngiva; e tomou parte na acção da Môngua.
2.º tenente	João Lobo dos Santos Moreira	Além dos serviços idênticos aos que prestou o oficial antecedente, guarneceu o posto avançado da Cahama e tomou parte na reocupação do Tchicusse.
1.º tenente-médico	António Rui Vale Saavedra	Fez parte do destacamento da reocupação do Humbe, da conquista do Cuanhama e da Ngiva e tomou parte na acção da Môngua.
2.º tenente-médico	Júlio Gonçalves	Além dos serviços idênticos aos que prestou o oficial antecedente, guarneceu o posto avançado da Cahama e tomou parte na reocupação do Tchicusse.
2.º tenente-médico	Henrique Cândido Pinto da Cunha	Fez parte do destacamento do Humbe.
2.º ten. Adm. Naval ...	António de Campos Andrada	Serviço idêntico.

Fonte: (Silva, 1940).

Anexo II

Mapas, cartas e tabelas

TABELA II.1: Distribuição das unidades das guarnições da província de Angola

	Região
Bateria mista de guarnição de montanha e de guarnição	Luanda
1ª Companhia mista de artilharia e de infantaria	Malange
2ª Companhia mista de artilharia e de infantaria	Chibia
Esquadrão de Dragões	Lubango
Companhia Europeia de Infantaria	Luanda
1ª Companhia indígena de infantaria	Cabinda
2ª Companhia indígena de infantaria	São Salvador do Zaire
3ª Companhia indígena de infantaria	Ambrizete
4ª Companhia indígena de infantaria	Duque de Bragança
5ª Companhia indígena de infantaria	Malange
6ª Companhia indígena de infantaria	Quela
7ª Companhia indígena de infantaria	Cassange
8ª Companhia indígena de infantaria	Cassanga
9ª Companhia indígena de infantaria	Quibundo
10ª Companhia indígena de infantaria	Bailundo
11ª Companhia indígena de infantaria	Bié
12ª Companhia indígena de infantaria	Moxico
13ª Companhia indígena de infantaria	Cubango (Forte Amélia)
14ª Companhia indígena de infantaria	Moçâmedes
15ª Companhia indígena de infantaria	Gambos
16ª Companhia indígena de infantaria	Humbe
Corpo de polícia de Luanda	Luanda
Batalhão Disciplinar	Luanda
1ª Companhia de depósito	Cabinda
2ª Companhia de depósito	Luanda
3ª Companhia de depósito	Benguela
4ª Companhia de depósito	Moçâmedes
1ª Banda de Música	Luanda
2ª Banda de Música	Benguela
3ª Banda de Música	Moçâmedes

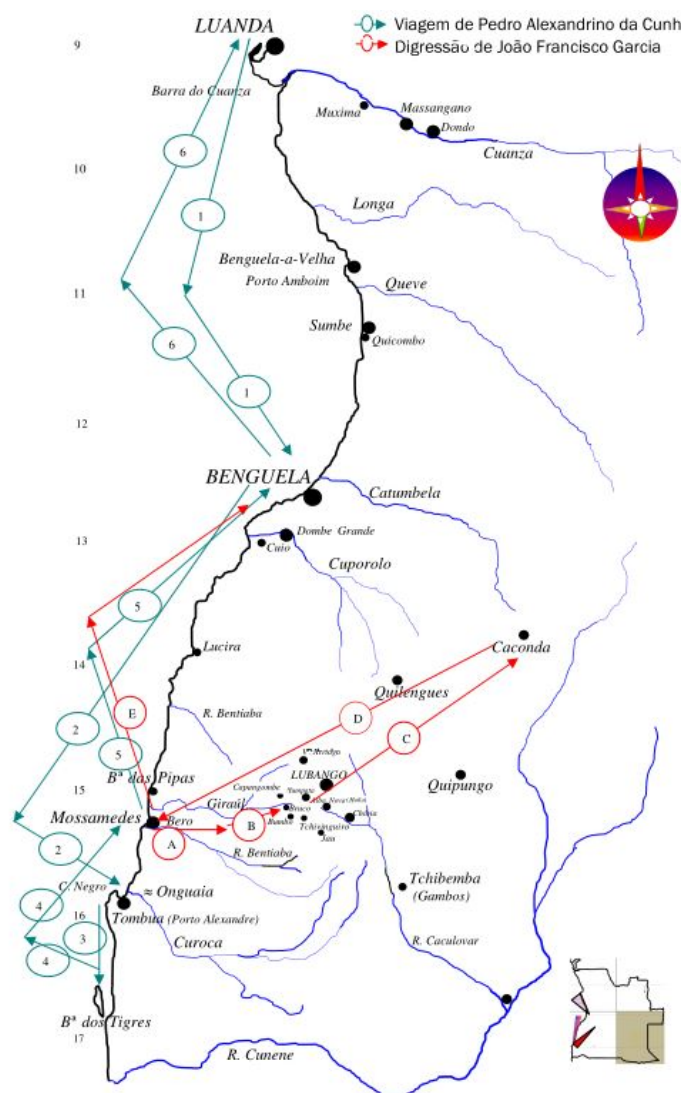
Fonte: «Reorganização Militar da província de Angola de 1902 à 1948». Arquivo Histórico Militar Cx. 08, 2ª Divisão, Número 1. [II.1](#)

FIGURA II.1: Carta Geográfica da Costa Ocidental Africana resultado do levantamento do tenente-coronel Pinheiro Furtado



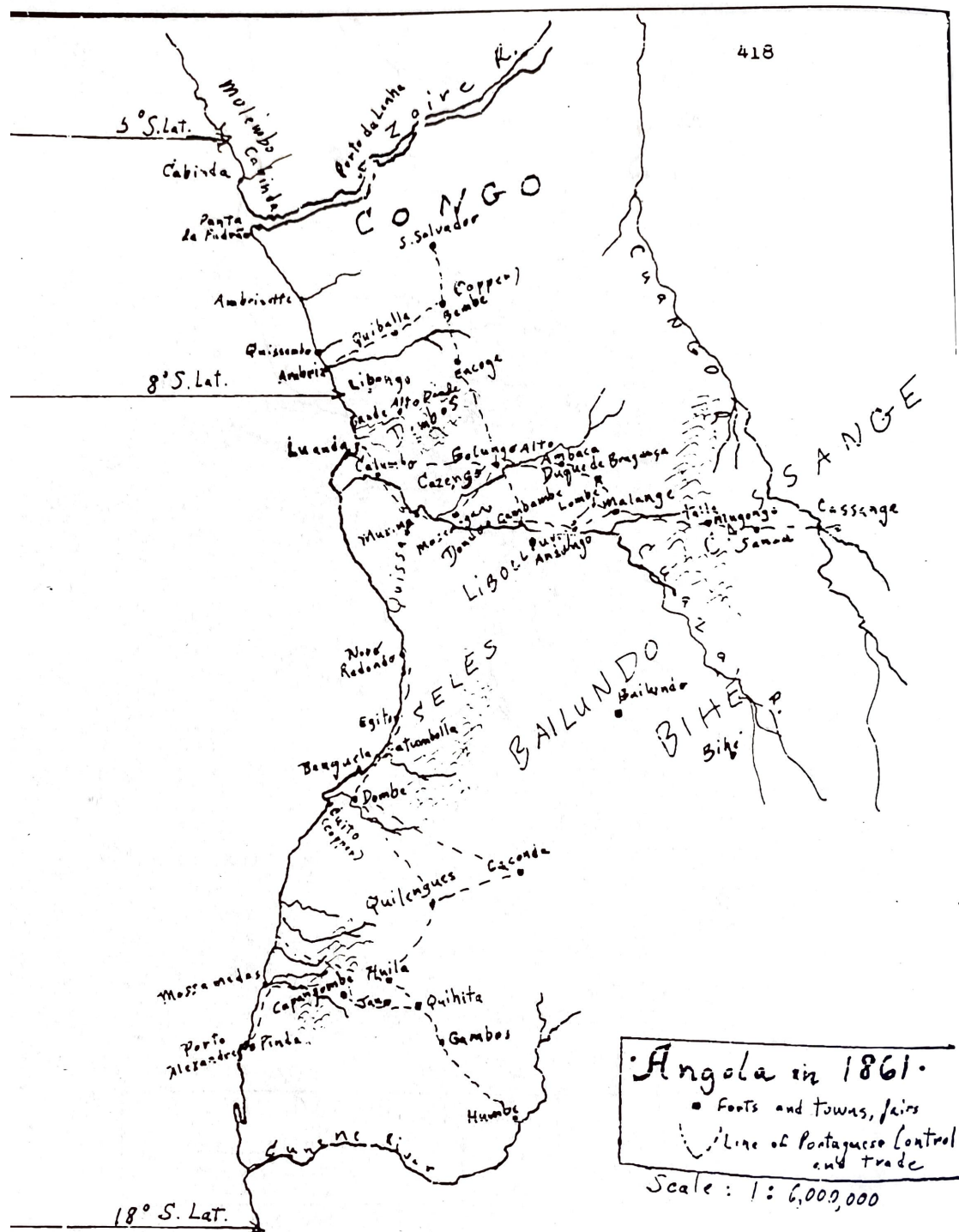
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. II.1

FIGURA II.2: Itinerários feitos nas explorações do tenente Pedro Alexandrino da Cunha e do tenente João Francisco Garcia



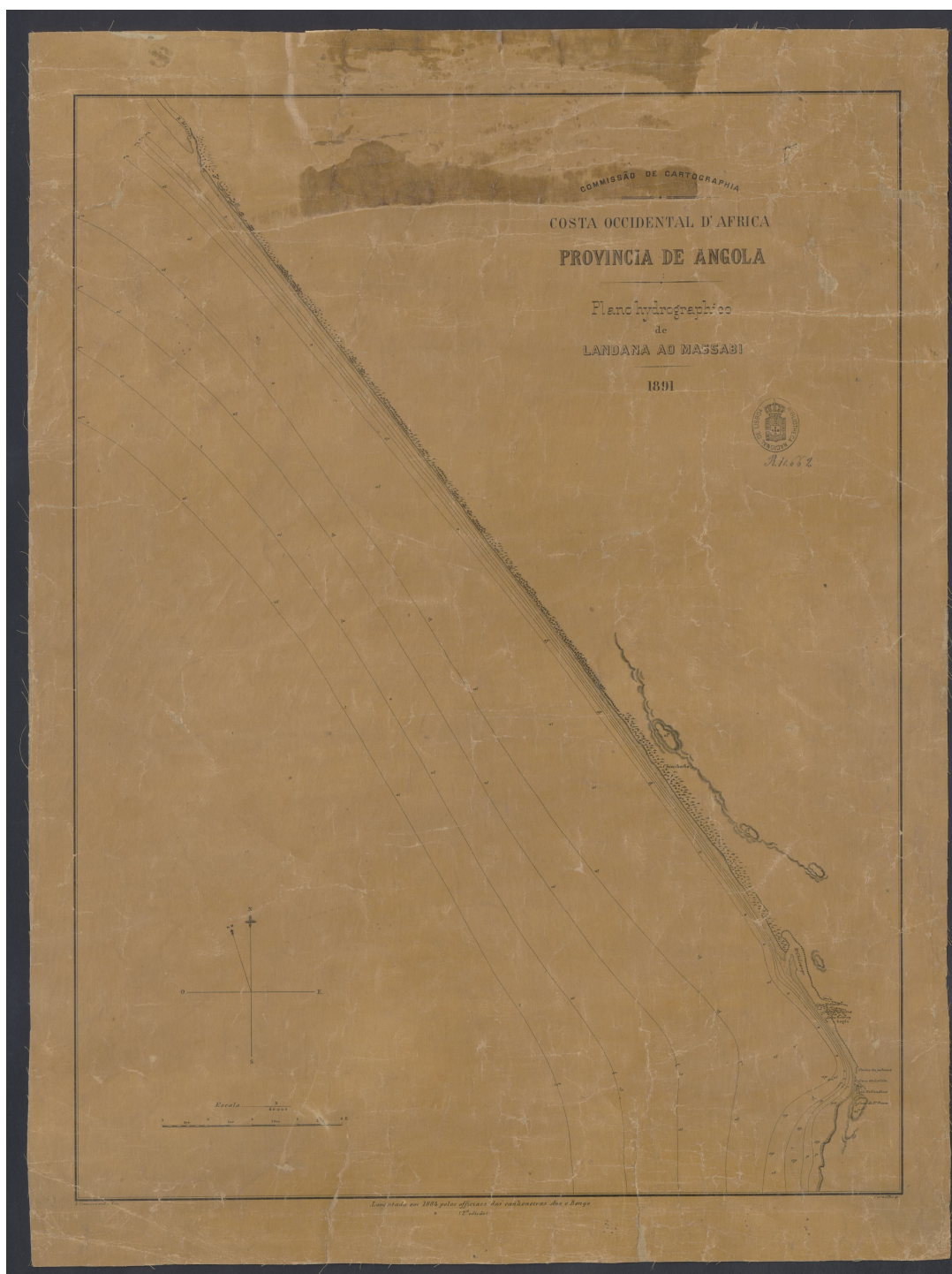
Fonte: (Azevedo, 2014).

FIGURA II.3: Angola portuguesa em 1861



Fonte: (Wheeler, 1985). II.3

FIGURA II.4: Levantamento Hidrográfico de Lândana e Chiloango realizado pelas canhoneiras *Bengo* e *Ave* em 1884



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. [II.4](#)

FIGURA II.5: Mapa de Africa Meridional



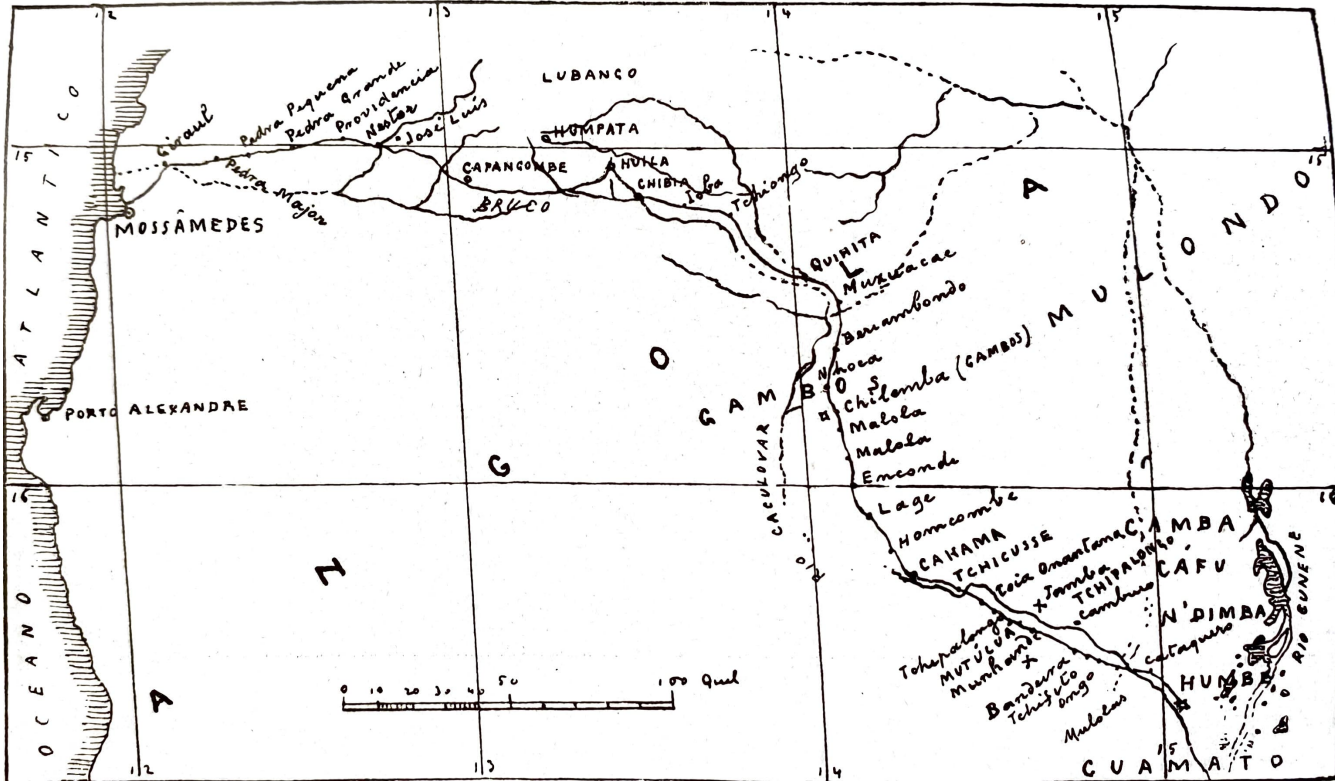
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. [II.5](#)

FIGURA II.6: Reino do Loango, Cacongo e Ngoio



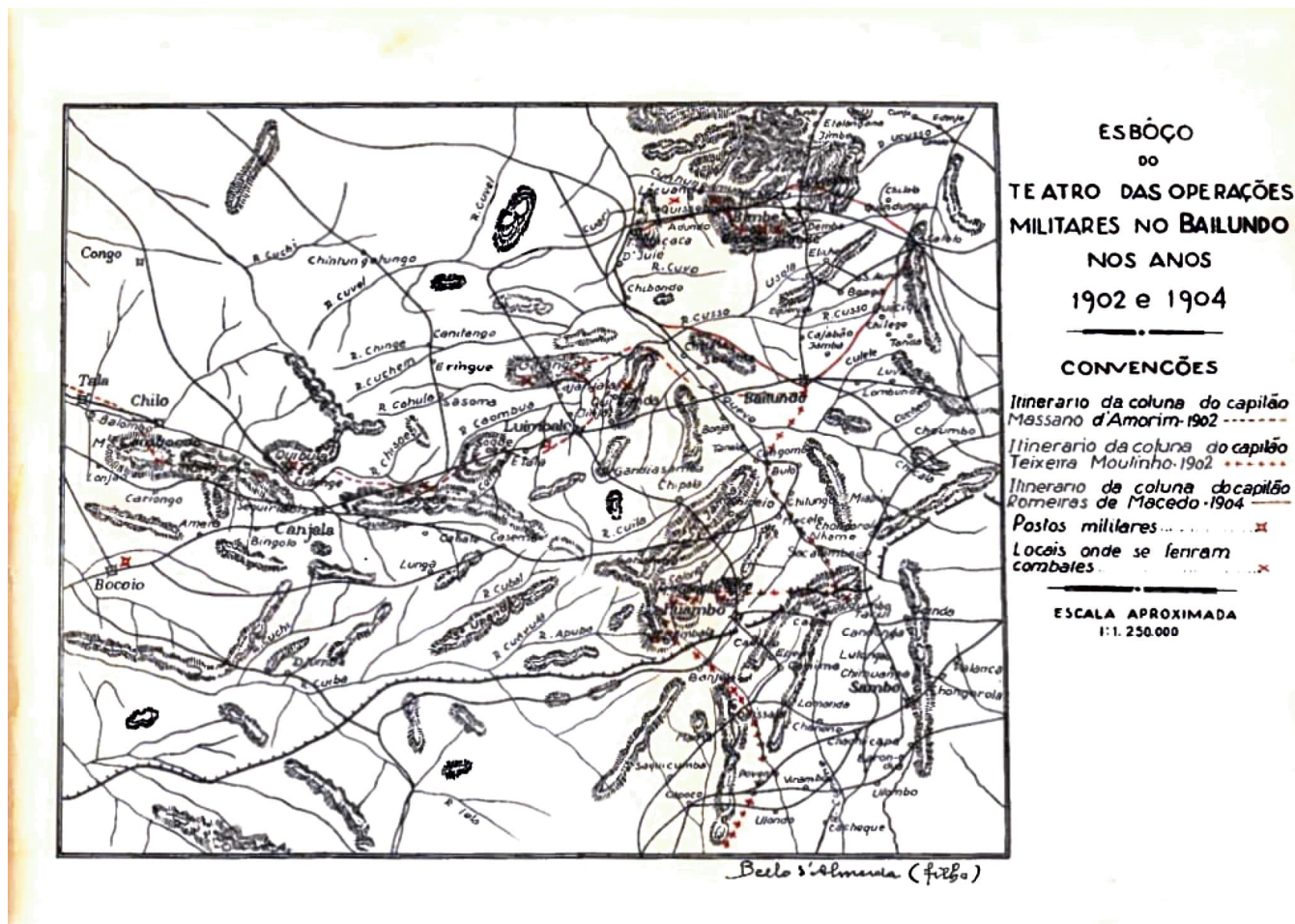
Fonte: (Martins, 1972). [II.6](#)

FIGURA II.8: Mapa Chibia - Humbe



Fonte: (Almeida, 1936).

FIGURA II.9: Operações Militares no Bailundo



Fonte: (Almeida, 1944).

FIGURA II.10: Efetivos após o ataque de 25 de Setembro de 1904

Unidades e Serviços	Mortos			Extra- viados			Feridos			TOTAL DOS FERIDOS	Efectivo do desta- camento	Percentagens das perdas			Obs.
	Oficiais	Pra- ças		Oficiais	Pra- ças		Oficiais	Pra- ças				Mortos e ex- traviados	Feridos	Total	
		europ. eus	indigenas		europ. eus	indigenas		europ. eus	indigenas						
Comando	-	-	-	3	-	-	1	-	-	4	4	75	25	100	Dragões - montados e apeitados Art.- 2º. mixta de inf. e art. e bat. mixta. de montanha e guarnição
1ª. Europeia	1	2	-	-	6	-	-	4	-	15	45	25	8	33	
Disciplinares	-	1	-	2	36	-	-	11	-	50	80	50	12	62	
6ª. indigena	-	-	2	2	4	75	-	-	12	95	120	70	10	80	
16ª. "	-	-	1	2	5	55	-	-	16	79	120	52	13	65	
Dragões	-	1	-	3	26	-	-	8	-	38	93	32	8	40	
2ª. Cº. mixta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Batr. mixta	1	1	-	-	10	5	-	3	1	21	32	53	13	66	
S. Saude	-	-	-	1	1	1	-	-	-	3	4	75	25	100	
S. Admº.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	100	-	100	
	2	5	3	14	90	136	1	26	29	306	499	50	11	61	

Fonte: «Angola: Expedição Militar ao Cuamato». Arquivo Histórico Militar Cx. 09, 2ª Divisão, Número 22.

FIGURA II.12: Itinerário efetuado pelas tropas do major Franck



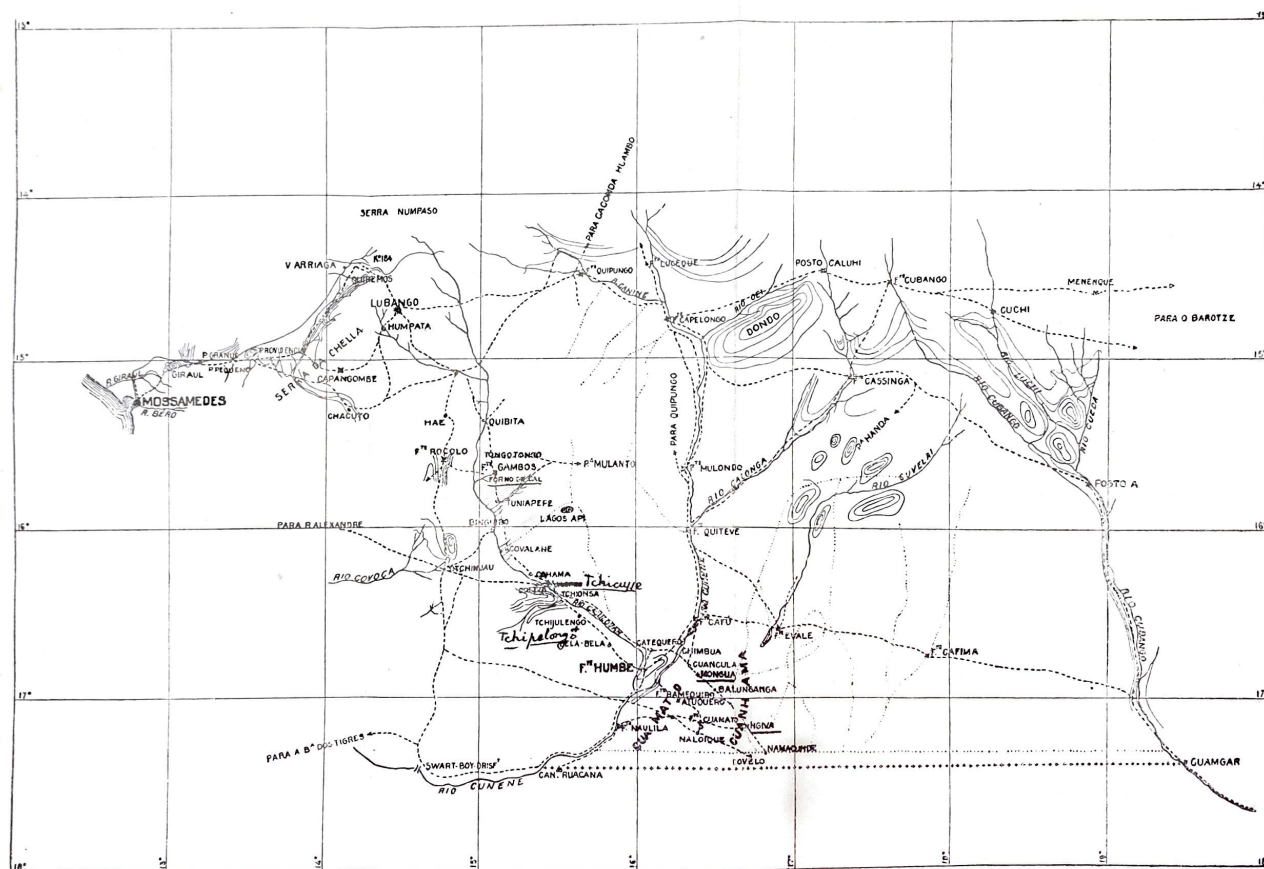
Fonte: (Borges, 2014).

FIGURA II.13: Zona de operações no Cuanhama



Fonte: (Eça, 1921).

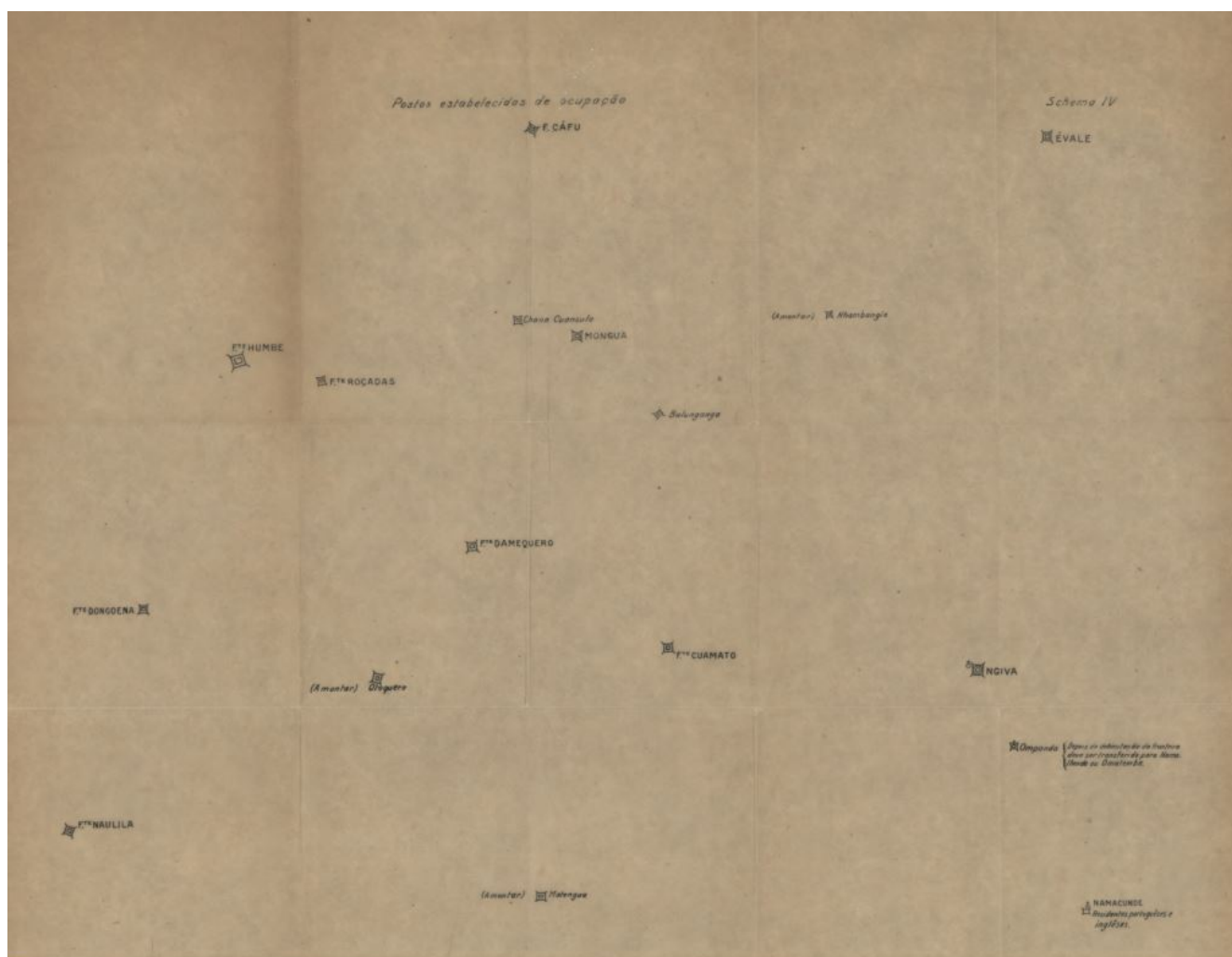
FIGURA II.14: Operações Militares do Batalhão Expedicionário de Marinha no sul de Angola



Nêste esbôço da carta para o estudo das operações militares no sul de Angola (1914-1915) vão devidamente assinalados os locais onde mais actuou o Batalhão Expedicionário de Marinha

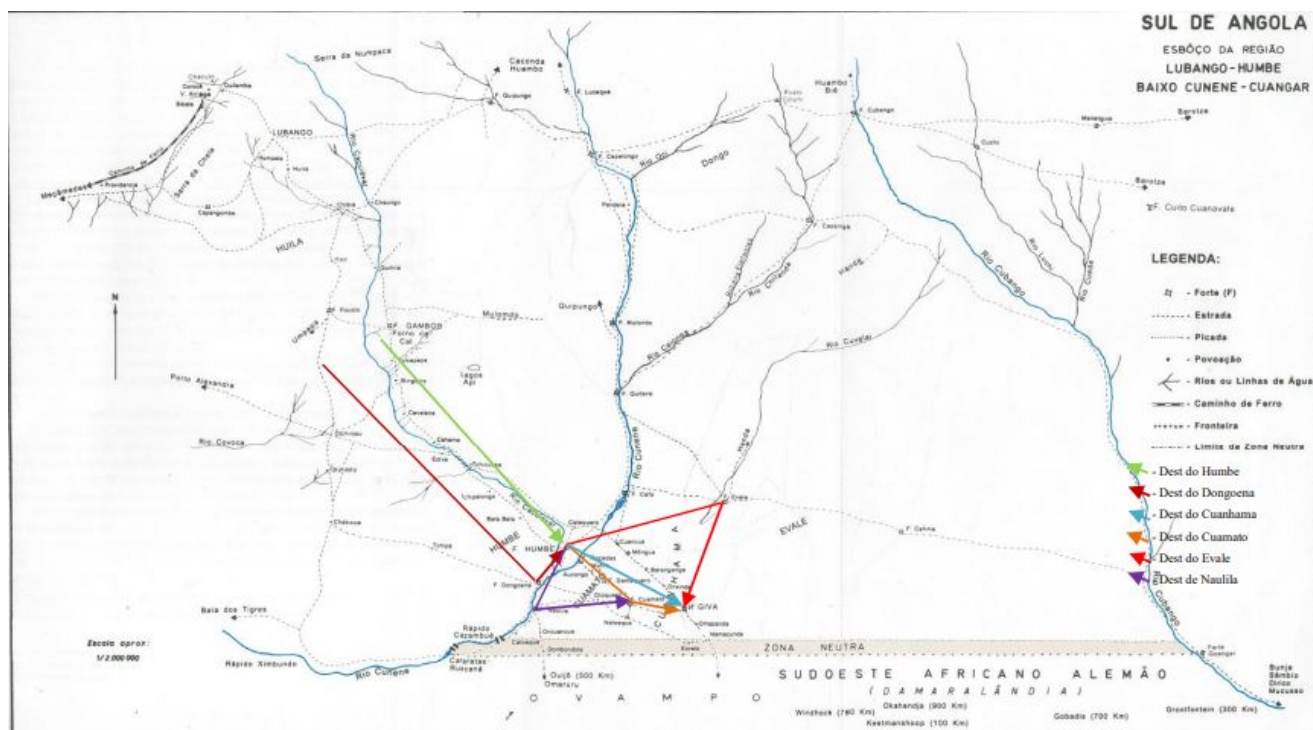
Fonte: (Silva, 1940).

FIGURA II.15: Postos estabelecidos durante a campanha do Cuanhama



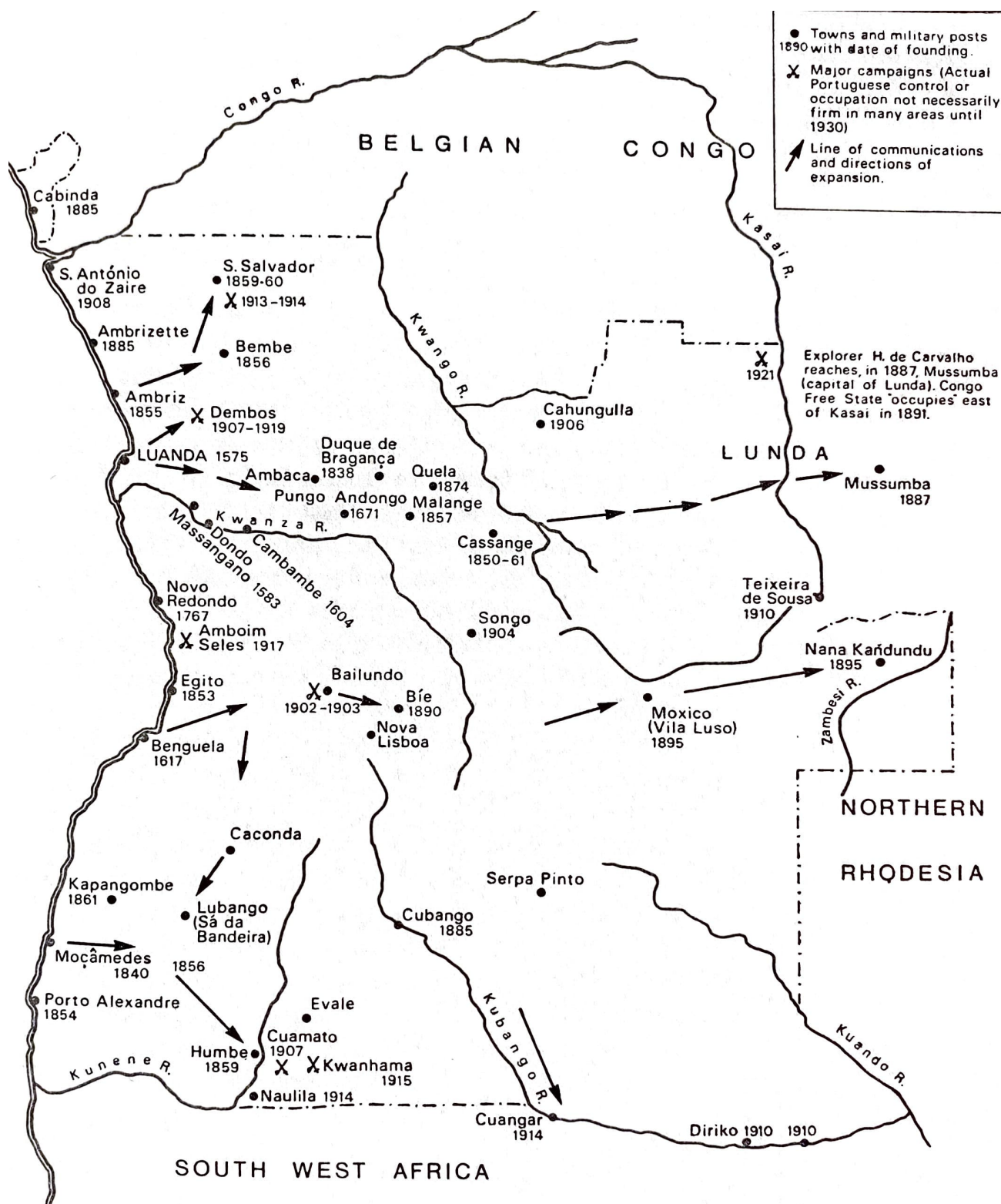
Fonte: (Eça, 1921).

FIGURA II.16: Destacamentos da Campanha do Cuanhama



Fonte: (Campino, 2014).

FIGURA II.17: Ocupação Portuguesa em Angola



Fonte: Douglas L. Wheeler e René Pélissier. *Angola*. Londres: Pall Mall Press, 1972, p. 53.

Anexo III

Tratado de Chinfuma

FIGURA III.1: Tratado de Chinfuma.

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e três, no morro de Chinfuma, em Lândana, na Costa Ocidental de África, achando-se reunidos como representantes por parte do Governo Português o capitão-tenente da armada Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta *Rainha de Portugal* e pela dos povos que habitam os territórios de ambas as margens do Cacongo, os Príncipes e mais cavalheiros atuais, chefes e governadores dos mesmos povos, que por todos presentes foram reconhecidos como sendo os próprios, juntamente com os comerciantes e empregados das casas comerciais estabelecidas em Lândana, Chiloango e margens do citado rio, os quais se prestaram a assistir a esta reunião como testemunhas dos atos que nela se praticassem, estando também presentes o *comander* Robert F. Hammiek da canhoneira inglesa *Flirt* e o gerente da casa Hatton & Cookson R. E. Dennet, foi pelo referido comandante declarado, que tendo alguns chefes manifestado desejos de pedirem a proteção de Portugal, sob cuja soberania queria ficar, por ser a nação com a qual mantinham mais constantes relações, tanto comerciais, como de hábitos e linguagem, desde que europeus haviam pisado terras de África para o sul do Equador. Ele, comandante, vinha agora munido de plenos poderes que lhe tinham sido conferidos pelo Governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal, a fim de fazer um tratado por ambas as partes contratantes [que] estabelecesse as futuras relações entre Portugal e os países governados pelos chefes que assinassem. E tendo os Príncipes e mais cavalheiros formalmente declarado que queriam firmar com a sua assinatura um documento pelo qual ficasse bem autenticado o Protetorado e Soberania de Portugal sobre todos os territórios que se estendem do rio Massabi (Luiza Luango, das cartas inglesas) até Malembo, se discutiram e aprovaram onze artigos dum tratado que depois de lido e explicado em boa e devida forma, tanto em português como em língua do país, foi por todos assinado (com o sinal de + cruz por não saberem escrever).

E para que de futuro ficassem bem autenticadas as resoluções tomadas

III.1

nesta solene reunião, se lavrou esta ata, que vai por todos assinada, ficando junto ao tratado, do qual se tiraram cópias devidamente certificadas e seladas com o selo usado nos documentos oficiais da corveta *Rainha de Portugal* e entregues aos principais chefes: Tali-e-Tali, Príncipe Regente do Reino de Caongo; Mancoche Rei do Encoche Luango, António Thiaba da Costa, Regente do Reino de Chinchôcho, Representando da Rainha Samano; Mangoal, Príncipe Regente do Mambuco Manipolo; António Thiaba da Costa, Governador de Massabi e representante dos chefes dali que receberam também a bandeira portuguesa para a mandarem içar nas suas povoações e nos locais que foram cedidos ao governo português, a fim de a conservarem e defenderem como símbolo representativo da Soberania e Protetorado de Portugal sobre os territórios por eles governados.

Morro do Chinfuma, 29 de Setembro de 1883 Assinaturas: Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta *Rainha de Portugal*.

Sinal do Príncipe + Tali e Tali; assinatura de A. Thiaba da Costa; sinal do Príncipe + Mancoche; sinal do Príncipe + Mambuco; sinal de Matanga + do Tenda; assinatura de João Manuel Guerreiro do Amorim, segundo-tenente da Armada; assinatura de Aquiles de Almeida Navarro, facultativo naval de primeira classe; assinatura de João Rodrigues Leitão Sobrinho, negociante em Lândana; assinatura de William Rattray de Chiloango; assinatura de Pedro Berynó, guarda-marinha; Fidel del Valle; António Nunes Serra Mouro, oficial de fazenda da Armada; Cristiano Gomes Frederico Krusse Gomes, tenente da Armada.

Guilherme Augusto de Brito Capelo, Capitão-tenente da Armada, comendador d'Avis e cavaleiro de várias ordens, comandante da corveta *Rainha de Portugal*, Delegado por parte do Governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal,

Concluo com os Príncipes Tali-e-Tali, regente do reino do Caongo, Mancoche, rei de Encoche Luango, António Thiaba da Costa, regente do reino do Chinchôcho, representando da Rainha Samano e Mangoal, regente do Mambuco e seus sucessores, bem como os mais chefes dos territórios que do Rio Massabi se estendem até Malembu, na Costa Ocidental de África, o seguinte:

Tratado

- Artigo 1º – Os Príncipes e mais chefes do país e seus sucessores declaram voluntariamente reconhecer a Soberania de Portugal, colocando sobre o Protetorado desta Nação todos os territórios por eles governados.
- Artigo 2º – Portugal reconhece os atuais Chefes e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos povos segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e proteção.

- Artigo 3º – Portugal obriga-se a fazer manter integridade dos territórios colocados sob o seu Protetorado.
 - Artigo 4º – Aos chefes do país e seus habitantes será conservado o senhorio direto das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma, para estabelecimento de fatorias de negócios ou outras industrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos para evitar complicações futuras; devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses.
 - Artigo 5º – A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o Governo Português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.
 - Artigo 6º – Os Príncipes e mais Chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras quando esta cedência seja de caráter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4º.
 - Artigo 7º – Igualmente se obrigam a proteger o comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos facilitando e protegendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas ou científicas que se estabeleçam temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim como o desenvolvimento da agricultura.
- § Único - Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.
- Artigo 8º – Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas será resolvida sempre com a assistência do comandante do navio de guerra português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra.
 - Artigo 9º – Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do país.
 - Artigo 10º – Os príncipes e Chefes cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terrenos em Lândana, Chinciocho e Massabi, que serão marcados de combinação com os chefes dessas localidades e a quem os Príncipes encarregam de fazer a entrega. Do ato de posse se lavrarão dois

autos, um dos quais ficará na mão do delegado do governo português e outro na do chefe indígena.

- Artigo 11º – O presente tratado, assinado pelos Príncipes e Chefes do país, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta *Rainha de Portugal*, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo Governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal.

Chinfuma, em Lândana, 29 de Setembro de 1883.

(Ass.) Guilherme Augusto de Brito Capelo.

Anexo IV

Tratado de Simulambuco

FIGURA IV.1: Tratado de Simulambuco.

Petição:

Nós abaixo assinados, Príncipes e Governadores de Cabinda, sabendo que na Europa se trata de resolver, em conferência de embaixadores de diferentes potências, questões que diretamente dizem respeito aos territórios da Costa Ocidental de África, e por conseguinte, aos destinos dos seus povos, aproveitamos a estada neste porto da corveta portuguesa *Rainha de Portugal*, a fim de em nosso nome e dos Povos que governamos, pedirmos ao seu comandante, como delegado do governo de sua majestade fidelíssima, para fazermos e concordarmos num tratado pelo qual fiquemos sob o protetorado de Portugal, tomando-nos, de facto, súbditos da coroa portuguesa, como já o éramos por costumes, hábitos e relações de amizade. E, portanto, sendo de nossa inteira, plena e livre vontade que de futuro entremos nos domínios da coroa portuguesa, pedimos ao Exmo. Sr. Comandante da corveta portuguesa, para aceder aos nossos desejos e dos Povos que governamos, determinando o dia onde, em sessão solene, se há-de assinar o tratado que nos coloque sob a proteção da bandeira de Portugal.

Escrito em reunião dos Príncipes abaixo assinados, no lugar de Simulambuco, aos 22 de janeiro de 1885.

Sinal + de Ibiála, membro do Rei, representante da Regência. Sinal + da Princesa Maria Simbo, Mambuco. (Ass.) Manuel José Puna, Barão de Cabinda. Sinal + do Príncipe Sambo Franque, governador do Chinga. Idem + do Príncipe Jack, governador de Boco-Sinto. Idem + de Fernando Mingas, filho do príncipe Jack. Idem + de King Jack, príncipe da Ponta do Tafe. Idem + King Taime, príncipe da Ponta do Tafe. Idem + de Fernando Sounça, governador do Povo Grande, Idem + de Mavúngo Mamgombe, governador de Simôma. Idem + Mangóve Velho, dono do Povo Grande. Idem + de Batte Jack, governador do Caco. (Ass.) Manuel B. Franque, governador de Pernambuco e Vitória, Sinal + de Manissábo, governador do Chóbo. Idem + Machimbi, mafuca Franque. Idem + do príncipe Manissambo, linguister de Francisco Franco.

Idem + de Fernando Sonça, Governador do Povo Grande. Idem + do Mangunvo Mangombe, Governador do Caio. (Ass.) Manoel Bonzela Franque, Governador do Porto Rico e Mutambe. (Ass.) Francisco Rodrigues Franque, Governador de Pernambuco e Vitória. Sinal + de Mani Sabo, Governador de Chóbo. Sinal + de Perico, linguester. Sinal + de Michimbi Mafuka Franque. Sinal + do Príncipe Mani Sambo,

- Linguester de Francisco Franque.

“Tratado de Simulambuco”

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da Armada, comandante da corveta *RAINHA DE PORTUGAL*, comendador d'Avis e cavaleiro de várias ordens, autorizado Governo de Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal, satisfazendo aos desejos manifestados pelos príncipes de cabinda em petição devidamente por eles assinada em grande FUNDAÇÃO, concluiu com os referidos Príncipes, Governadores e Chefes abaixo assinados seus sucessores e herdeiros o seguinte:

Tratado

- Artigo 1º – Os Príncipes e mais Chefes do país e seus sucessores, declaram voluntariamente reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protetorado desta Nação todos os territórios por eles governados.
- Artigo 2º – Portugal reconhece os atuais Chefes e confirmará todos os chefes que forem reconhecidos pelos povos segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e proteção.
- Artigo 3º – Portugal obriga-se a fazer manter integridade dos territórios colocados sob o seu protetorado.
- Artigo 4º – Aos chefes do país e seus habitantes será conservado o senhorio direto das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses ou pela autoridade em que o Governo de Sua Majestade delegar os seus poderes.
- Artigo 5º – A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o Governo Português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder

como julgar mais conveniente quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.

- Artigo 6º – Os príncipes e mais chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de caráter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4º.
- Artigo 7º – Igualmente se obriga a proteger o comércio, quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre vendedores e compradores, as missões religiosas e científicas, que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim como o desenvolvimento da agricultura.

§ Único - Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.

- Artigo 8º – Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas será resolvida sempre com a assistência do comandante do navio de guerra português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com terra, ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalizados.
- Artigo 9º – Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do país.
- Artigo 10º – Os príncipes e governadores cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terrenos, mediante os seus respectivos valores, a fim de neles o Governo Português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares.
- Artigo 11º – O presente tratado, assinado pelos príncipes e chefes do país, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta *Rainha de Portugal*, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo Governo de Sua Majestade.

Simulambuco, em Cabinda, 1 de Fevereiro de 1885

(Ass.) Guilherme Augusto de Brito Capelo,
comandante da corveta *Rainha de Portugal*.

+ de neto do Príncipe Gime, vice-rei. + de Ibiála, mambôma do rei representante da Regência. + Muanafúmo Mahundo, filho do falecido rei. + de

Mangove Dangoio Puata Puna. + da Princesa Maria Sambo, Mambuko. (ass.) Barão de Cabinda, Manuel José Puna. + Samo Franque, governador do Chinga. + Machimbi, mafuca Franque. + Mavúngo Mamgombe, governador de Samôma. (ass.) Manuel Bonzola Franque, governador de Pernambuco e Vitória. + Fernando Souça, governador do povo Grande. + Puentá Caetano, linguister de Porto Rico. + Manichúvula, Príncipe mambuco de Buco-Sinto. + King Jack, Príncipe de Ponta do Tafe. + King Taime, Príncipe de Ponta do Tafe. + Fernando Mingas, filho do Príncipe Jack do Buco-Sinto. + Mangóve Velho, dono do Povo Grande. + Filho do Príncipe Batte Jack, governador do Caio. Manissábo, governador do Chóbo. + Perico Franque, linguister de Mambuco. + Puata Puna. + Luêmba Franque, irmão do Príncipe Sambo, governador do Chinga. Este tratado foi lido e explicado em língua do país, ficando todos inteirados do seu conteúdo antes de assinarem e fazerem o sinal de + (cruz) na minha presença, comigo António Nunes de Serra e Moura, aspirante do corpo de oficial de Fazenda, servindo de secretário a este ato.

(Ass.) António Nunes Serra e Moura,

aspirante efetivo do corpo de oficiais de Fazenda da Armada,

Afirmamos e juramos, sendo preciso, que as assinaturas e sinais são dos indivíduos acima indicados, por os conhecermos pessoalmente e os termos visto assinar neste ato.

(Ass.) João Puna, João Barros Franque,

filho de Francisco Franque, coronel honorário que foi.

Vicente Puna e Guilherme Franque,

filhos de Francisco Franque, coronel honorário que fo.

Estiveram presentes as seguintes pessoas: (Ass.) Onofre Alves de Sousa. M. J. Contreiras. Alexandre. Manuel António da Silva. E os oficiais da corveta *Rainha de Portugal*: (Ass.) Cristiano Frederico Krusse Gomes, primeiro-tenente da Armada. Eduardo Ciriaco Pacheco, primeiro-tenente da Armada. João Matos e Silva, facultativo naval de primeira classe. Alberto António da S. Moreno, guarda-marinha. José Francisco da Silva, guarda-marinha. João António Ludovice, guarda-marinha.